

**O papel de Nikita Khrushchev no Complexo Militar e Industrial, no
quadro da Guerra Fria**

Pedro Manuel Batista da Silva

**Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas e Relações
Internacionais – área de especialização em Relações Internacionais**

Setembro, 2014

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Manuel Filipe Canaveira.

Para a Rita...

AGRADECIMENTOS

Não é fácil conciliar a vida académica com a vida profissional e pessoal. Nos dias que hoje correm, ainda mais complicado se torna. Neste contexto, os meus agradecimentos são dirigidos para as pessoas que se encontram no meu mais próximo círculo familiar e de amizade. O apoio, a confiança, o incentivo e, acima de tudo, a compreensão que demonstraram ao longo deste período com muitas ausências, constituíram-se como factores de motivação extra para levar este projecto a bom porto.

Pela excelência dos conteúdos e pela isenção de pensamento que revelaram, no decurso dos seminários da componente lectiva, expresso o meu agradecimento ao corpo docente do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, bem como à FCSH, como estrutura de ensino público superior que o permitiu.

Por fim, um agradecimento especial ao Professor Doutor Manuel Filipe Canaveira, pela orientação, críticas e sugestões que me proporcionou desde o primeiro momento em que entrei no seu gabinete e que, foram inestimáveis e preponderantes para a conclusão desta dissertação.

RESUMO

O PAPEL DE NIKITA KHRUSHCHEV NO COMPLEXO MILITAR E INDUSTRIAL SOVIÉTICO, NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA

PEDRO MANUEL BATISTA DA SILVA

PALAVRAS-CHAVE: Khrushchev, Complexo Militar e Industrial, União Soviética, Guerra Fria, Relações Internacionais, Política externa

A presente dissertação visa aferir a dimensão e a relevância das alterações operadas por Nikita Khrushchev, enquanto líder da União Soviética, no Complexo Militar e Industrial deste país, no período da Guerra Fria. Neste contexto, as mesmas serão analisadas e proceder-se-á, paralelamente, ao estudo do impacto das mesmas a nível interno, bem como a nível externo, na interacção da União Soviética com os restantes actores da comunidade internacional, nomeadamente os Estados Unidos. Mormente, como forma de contextualizar as referidas alterações, proceder-se-á também ao apuramento dos motivos que estiveram subjacentes à transmutação de uma componente relevante nas Relações Internacionais, o Complexo Militar e Industrial Soviético.

ABSTRACT

THE ROLE OF NIKITA KHRUSHCHEV IN THE SOVIET MILITARY AND INDUSTRIAL COMPLEX IN THE CONTEXT OF THE COLD WAR

PEDRO MANUEL BATISTA DA SILVA

KEYWORDS: Khrushchev, Military and Industrial Complex, Soviet Union, Cold War, Foreign Affairs, Foreign policy

The aim of this dissertation is to assess the relevance and the extent of the changes introduced in the Military and Industrial Complex, by Nikita Khrushchev, in the context of his leadership of the Soviet Union, under the Cold War period. As so, this changes and its consequences will be analysed both at the intern and also external levels, in particular in the interaction between the Soviet Union and the remaining actors in the internacional community, in particular the United States. Moreover, with the purpose to provide context to the transmutation of one relevant component of the Foreign Affairs, the soviet Military and Industrial Complex, the reasons behind this changes will also be taken in account.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO	7
1. A herança de Josef Stalin	7
1.1. A liderança de Nikita Khrushchev	9
1.2. O discurso secreto	10
1.3. O princípio da coexistência pacífica	12
1.4. A corrida tecnológica	13
1.5. A Crise de Outubro ou a Crise de Cuba?	15
1.5.1 O início	16
1.5.2 As motivações de Khrushchev.....	18
1.5.3 A resposta americana.....	19
1.6. NATO versus Pacto de Varsóvia	20
1.6.1. A criação da NATO e a resposta soviética.....	20
1.6.2 A tentativa de dissolução das alianças	22
1.6.3 A eventualidade do confronto.....	23
1.7. O armamento nuclear e a limitação de testes	24
1.7.1. O monopólio nuclear	24
1.7.2. O estatuto de potência nuclear.....	25
1.7.3. As primeiras iniciativas diplomáticas de limitação de testes nucleares.....	26
CAPÍTULO II - ESTRATÉGIA SOVIÉTICA	31
2. O início da détente.....	32
2.1. Correlação de forças	34
2.2. Política soviética e o Movimento dos não-alinhados	36
2.2.1. Interação no Sudoeste Asiático	37
2.2.2. Interação no Médio Oriente	38

2.2.3. África e o pós-colonialismo	39
2.2.4. Alinhamento militar – o fenómeno da neutralidade e do movimento dos não-alinhados	40
2.2.5. Bases e instalações militares – vantagem estratégica.....	41
2.2.6. Tratados de cooperação e amizade.....	43
2.3. O domínio marítimo	45
2.4. <i>Aktivnyye meropriatia</i> - As medidas activas como ferramenta da política externa soviética	47
CAPÍTULO III – CMI SOVIÉTICO	51
3. Enquadramento político	51
3.1. A importância nas RI	52
3.2. A relevância no PACTO DE VARSÓVIA	54
3.3. A relevância no Terceiro Mundo	57
3.4. Os factores económicos	59
3.5. Alterações operadas por Khrushchev	62
3.5.1. Mudanças Doutrinárias.....	62
3.5.2. Programa Nuclear	64
3.5.3. Programa espacial.....	70
3.5.4. Alterações na estrutura militar.....	72
3.6. Motivos	77
3.7. Reacções do aparelho militar	81
CONCLUSÃO	83
BIBLIOGRAFIA	86
LISTA DE FIGURAS	98

LISTA DE ABREVIATURAS

ASW - Anti-submarine Warfare

CENTO - Central Treaty Organisation

CIA - Central Intelligence Agency

CMI - Complexo Militar e Industrial

COMECON - Council for Mutual Economic Assistance

COMINFORM - Communist Information Bureau

EUA - Estados Unidos da América

IRBM - Intermediate-range Ballistic Missile

ICBM - Intercontinental Ballistic Missile

KGB - Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti

NATO - North Atlantic Treaty Organization

OTH - Over the Horizon

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SALT - Strategic Arms Limitation Talks

SEATO - South East Asia Treaty Organisation

INTRODUÇÃO

“Politics have no relation to morals”

Niccollo Machiavelli, 1513

Em 13 de Outubro de 1964, a pretexto de um problema no domínio das políticas de agricultura, Nikita Khrushchev viu-se forçado a interromper as suas férias na região da Abkhazia, para se dirigir a Moscovo. A elite política da União Soviética (URSS) assim insistiu (KHRUSHCHEV, BENSON, 2000). A viagem final até Moscovo constituiu-se como o derradeiro passo para o fim de uma era, marcada por episódios de grande intensidade no domínio das Relações Internacionais, no qual se destaca a Crise de Cuba, susceptível de se ter materializado como um evento definidor - e destruidor - da humanidade e da própria vida, como hoje a conhecemos. Khrushchev governou o destino da URSS entre 1953 e 1964, num dos períodos mais intensos da Guerra Fria, tendo como principal antagonista os Estados Unidos (EUA) e o correspondente poderio militar. A competição entre os dois actores da comunidade internacional, foi edificada nos respectivos Complexos Militares e Industriais (CMI), o que conduziu ao desenvolvimento de novas tecnologias e projectos inovadores de âmbito militar, que perduram até hoje, uma vez que muito desses projectos foram convertidos para o mundo civil.

A canalização de vastos recursos e, a interligação entre o domínio político, industrial e militar, conduziram à criação de estruturas - baseadas em equipamento militar - que suportaram a projecção de poder além fronteiras¹. O modo como tal foi operacionalizado na comunidade internacional por vários países em diferentes períodos de tempo, para além da guerra propriamente dita, tem vindo a ser consistente, verificando-se a criação de bases militares, tratados de cooperação e amizade ou militares. Este fenómeno, apesar de não ser inaudito, conheceu o apogeu no período da Guerra Fria. Paralelamente aos dois principais antagonistas, EUA e URSS, outros países desenvolveram também CMI com dimensões diferentes, sendo que hoje, para além da produção de equipamento militar,

¹ O conceito de CMI encontra-se exposto na obra da autora Irina Bystrova, Russian Military Industrial Complex, de 2011 e, será exposto no decorrer desta dissertação.

cada vez se assiste mais à prestação de serviços de consultadoria e de serviços logísticos em grande escala a exércitos e até a países².

Neste contexto, a presente dissertação irá debruçar-se sobre o CMI soviético, no decurso da liderança de Khrushchev e aferir a sua influência neste fenómeno, decorrente da sua intenção de alteração da doutrina militar. Não obstante a temática em análise contar já com mais de 50 anos, a situação recente na Ucrânia, nomeadamente com a anexação da Crimeia pela Rússia, que começou com o anúncio do fim do acordo comercial deste país com a Comunidade Europeia e o aprofundamento de laços com Moscovo, veio conferir actualidade ao estudo em causa.

O comportamento do actual presidente da Rússia, Vladimir Putin, tem vindo a ser equiparado com o de Khrushchev, em particular no campo da diplomacia arriscada do líder soviético, na Alemanha Ocidental³. Adicionalmente, no contexto da crise supra mencionada, a Rússia tem vindo a emular as mesmas tácticas utilizadas no período da Guerra Fria, anunciando a intenção de operacionalizar bases em Cuba, no Vietname, Nicarágua, Singapura e nas ilhas Seicheles, em África⁴. Curiosamente, a interligação entre indústria, política e o domínio militar surgem em toda a sua dimensão neste episódio, uma vez que a própria Rússia está dependente de infra-estruturas industriais edificadas na Ucrânia e que são primordiais para o abastecimento de equipamento às suas Forças Armadas⁵.

No que concerne ao enquadramento teórico do período em estudo, e da bipolaridade verificada entre os dois antagonistas, seria interessante invocar a teoria do Realismo e a obra de Hans Morgenthau, *Politics Among Nations*, em que o autor afirmava que, a política internacional tal como toda a política é uma luta pelo poder e que, a lei internacional seria violada, caso os interesses vitais de uma nação estivessem em risco. O filtro do Realismo, utilizado como orientação teórica, permitiu afirmar o Estado como o actor central das Relações Internacionais e, com base nesta premissa, foi analisada a disputa e as interacções entre os dois antagonistas.

² O caso mais paradigmático é o da empresa sul-africana Executive Outcomes que foi contratada pelos governos de Angola e da Serra Leoa. Para mais detalhes sugere-se a consulta do livro “Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry”, de Peter W. Singer

³ <http://www.foreignaffairs.com/articles/141390/cynthia-a-roberts/the-czar-of-brinkmanship>

⁴ <http://www.usatoday.com/story/news/world/2014/02/27/russia-cuba-warship/5876249/>

⁵ <http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2014/05/09/this-map-shows-how-russias-military-relies-on-ukraine/>

A vontade expressa na expansão dos ideais do Socialismo por parte de Khrushchev e, a sua intenção de incrementar a influência soviética a nível global, foi avaliada tendo em conta o papel do CMI e o respectivo impacto na interacção com os restantes actores da comunidade internacional. De igual modo, foi também aferida a resposta americana aos vários eventos que ocorreram no contexto do antagonismo entre as duas potências. Paralelamente, ainda no contexto do domínio político-militar, foram avaliadas outras medidas por parte da liderança soviética que visavam o mesmo objectivo. Tentou-se desse modo, proporcionar uma abordagem holística ao período em causa e, tendo em conta o núcleo subjacente da dissertação, o papel de Khrushchev no CMI soviético.

Identificado o objecto da presente dissertação, descrever-se-á a metodologia utilizada que conduziu à produção do presente trabalho. O período correspondente à Guerra Fria foi interiorizado, tendo em conta a transição entre o período das lideranças de Stalin e de Khrushchev, entre 1945 e 1964. Adicionalmente, para uma melhor integração e assimilação, foi analisada a sobreposição da liderança de Khrushchev com o período inicial da liderança de Leonid Brezhnev. Não obstante, refira-se que um estudo detalhado e minucioso destas transições ultrapassaria em muito o desiderato inicial da presente dissertação. Como tal, não foi realizada em profundidade a conexão dos dados resultantes dos três períodos, pese embora o interesse para uma melhor compreensão do fenómeno do CMI soviético no período em estudo. Paralelamente, foi adoptado um posicionamento centrado na figura de Khrushchev, o que permitiu plasmar a magnitude das suas propostas e respectiva operacionalização no contexto da doutrina militar soviética e do CMI. Concomitantemente, a política externa soviética de Khrushchev foi analisada tendo em conta as implicações das alterações por si propostas, bem como, o impacto das mesmas no contexto das Relações Internacionais.

Visando a análise organizada e estruturada das várias dimensões inerentes à presente dissertação, utilizaram-se o método qualitativo, descritivo e explicativo. Neste âmbito, privilegiaram-se as fontes de informação eminentemente descritivas e qualitativas, pese embora tenham sido consultadas de igual modo, fontes de informação quantitativas, como modo de proporcionar um contexto de escala ao fenómeno do CMI soviético.

No que concerne à selecção de fontes documentais, foram escolhidas aquelas que melhor poderiam reflectir o tema em análise. Como tal, para além de fontes primárias - biografias, relatórios oficiais, comunicados de imprensa - foram também consultadas fontes secundárias, que se traduziram em livros de referência enquadreadores das várias vertentes

associadas ao tema, órgãos de comunicação social e vários documentos académicos de referência.

Definidas as fontes documentais que suportaram a elaboração da dissertação, importa delinear a estrutura da mesma. Deste modo, foram contempladas duas divisões, sendo que a primeira compreende os primeiros dois capítulos de enquadramento teórico e, a segunda divisão, que incide directamente no fenómeno do CMI soviético e nas ambições de Khrushchev. No primeiro capítulo, proporciona-se o enquadramento histórico-diplomático do período em análise, bem como uma breve articulação da herança stalinista, como forma de contextualizar o posicionamento de Khrushchev e a sua visão, antagónica à do seu antecessor, sobre o CMI e a doutrina militar que visionava para a URSS. Mormente, foram introduzidos episódios de relevo na política externa soviética que, se tornaram em momentos preponderantes das Relações Internacionais e que envolviam directamente a componente do CMI soviético, como por exemplo, a Crise de Cuba. Adicionalmente, será também exposta a interacção entre a NATO e o Pacto de Varsóvia, e as respectivas iniciativas diplomáticas de Khrushchev relativamente às alianças. Por fim, inerente ao próprio CMI soviético, será apresentado o programa nuclear soviético. Adicionalmente, este fenómeno será contextualizado tendo em conta o antagonista americano e, as iniciativas diplomáticas tendentes a limitarem a expansão dos testes nucleares.

O segundo capítulo, no contexto político-militar, visa dar a conhecer a estratégia levada a cabo pela liderança soviética, em vários níveis. Neste âmbito, introduzir-se-á a temática da *détente* e da concepção soviética do conceito de correlação de forças como norteador da política externa soviética. Adicionalmente, será relevado o papel de Khrushchev na emergência do fenómeno do movimento dos não-alinhados e, a conexão desta intervenção com os interesses da própria URSS. Concomitantemente, a dinâmica deste fenómeno será também interligada com a componente do CMI soviético, como catalisador das interacções entre a URSS e os restantes actores internacionais deste movimento. Ainda no contexto internacional e, das ofensivas diplomáticas de Khrushchev, será prestada atenção ao Médio Oriente e a África, como palco da intenção do mesmo em expandir a influência soviética, bem como conter a ofensiva do Ocidente, no mesmo domínio. Ainda na esfera da expansão da influência soviética e contenção do Ocidente, o alinhamento militar, a instalação de bases militares e os respectivos acordos militares e de amizade, serão analisados perante o mesmo prisma. Inerente à capacidade de projecção de poder, seria redutor não analisar o poder da marinha de guerra soviética, enquanto ferramenta primordial de uma grande potência. Deste modo, as alterações no domínio

marítimo foram perscrutadas e, o resultado será desenvolvido no capítulo posterior. A encerrar o segundo capítulo, foi decidido analisar uma opção suplementar de Moscovo para intervir na comunidade internacional. Tratam-se das denominadas medidas activas, que compreendem um conjunto de técnicas encobertas ou ostensivas, com o desiderato de influenciar ou denegrir actores internacionais que se opunham à URSS. Estando tais medidas activas enquadradas no contexto político-militar e, sendo que a liderança soviética tanto uso fez das mesmas, suscita-se como interessante a sua inclusão na presente dissertação.

Por fim, no terceiro capítulo, será descortinado o CMI soviético e as respectivas intenções de Khrushchev relativamente a esta dimensão. De uma forma detalhada, serão analisadas as alterações doutrinárias decorrentes da visão de Khrushchev, e o respectivo impacto das mesmas. Mormente, serão aferidos o programa nuclear e espacial e as respectivas implicações, não só no contexto do CMI, mas também no relacionamento da URSS no seio da comunidade internacional. De um modo complementar - ainda que a pretensão da presente dissertação seja de carácter mais qualitativo - era inevitável a apresentação de dados quantitativos, para conferir uma dimensão de escala. Desse modo, foram aferidas as alterações na estrutura militar, ao nível dos respectivos equipamentos e de efectivos. Com o intuito de contextualizar o ponto anterior, serão aferidos os motivos que contribuíram para a substância das alterações introduzidas por Khrushchev, visando-se descortinar uma explicação para uma tão grande ambição do líder soviético. Finalmente, com a convicção de que uma mudança de paradigma desta dimensão, acarretaria consequências a vários níveis, foram analisadas as reacções do aparelho militar no período em causa. O *esprit de corps* inerente à dimensão militar, conjugado com o facto de a liderança soviética não ser criticada publicamente, afigurou-se como motivo de interesse suficiente para que este tema encerrasse este último capítulo.

A questão de investigação da presente tese, implicava aferir o papel de Khrushchev no CMI soviético. Não obstante, para além das alterações propostas neste domínio, e do respectivo relevo no quadro das Relações Internacionais, a figura do líder soviético por si só constituía-se como motivo suficiente de interesse. A complexidade da personalidade do líder soviético, traduziu-se também nas alterações que visou introduzir na estrutura militar. Tal característica, para além de estar inscrita de forma indelével na história, ainda hoje pode ser testemunhada no cemitério de Novodevichy, em Moscovo, onde se pode ver o seu sepulcro - idealizado pela sua própria família - que ostenta uma metade em granito preto e,

outra metade em mármore branco⁶. Trata-se de uma representação do carácter de Khrushchev e das facetas que o mesmo traçou no decurso da sua liderança da URSS e da sua própria vida.

Almejar dar resposta à questão proposta, tornou-se um desafio decorrente de vários factores. A dimensão do fenómeno, bem como a sua complexidade tornaram a análise do CMI soviético num moroso desafio de resistência. Adicionalmente, o arrojo das intenções de Khrushchev acrescentaram ainda mais dimensões ao já prolongado estudo empreendido. Numa perspectiva realista, existe a perfeita noção de que as conclusões obtidas serão necessariamente escassas, visando-se ainda assim contribuir para o enriquecimento do tema em análise.

⁶ <http://online.wsj.com/news/articles/SB125686267144917523>

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO

“This winter, it seems, will be a cold one”

John F. Kennedy, 1961

“We have to make Cuba a torch, a magnet attracting all the destitute peoples of Latin America, who are waging a struggle against exploitation by American monopolies. The blazing flame of socialism in Cuba will speed up the process of their struggle for independence”

Nikita Khrushchev, 1962

1. A herança de Josef Stalin

Por altura da morte de Josef Stalin em 1952, a URSS dispunha de uma considerável vantagem numérica sobre os EUA, no que concernia a armamento convencional. A magnitude desta vantagem traduzia-se na relação de nove para um, o que demonstra o esforço e a alocação de recursos realizados sobre a liderança de Stalin (ANDY, 2006). A ortodoxia Stalinista influenciava de maneira significativa todos os aspectos da vida soviética e, em particular, a linha de pensamento militar. Stalin acreditava na inevitabilidade do confronto entre os próprios países capitalistas e no confronto entre o Socialismo e o Capitalismo, encarando a guerra como uma certeza (MARANTZ, 1975). Neste sentido, a doutrina militar de Stalin era baseada nos denominados factores operacionais permanentes⁷, que postulavam como decisivos a estabilidade da retaguarda, o nível de confiança das Forças Armadas, a quantidade e qualidade das divisões, o respectivo equipamento e, as capacidades organizacionais dos respectivos comandantes (SIENKIEWICZ, 1978).

A política externa, durante a liderança de Stalin, era edificada no primado da luta de

⁷ Neste âmbito, e em oposição aos factores operacionais permanentes, também eram considerados os factores temporários, que expressavam ataques surpresa – tal como foi o caso da ofensiva alemã na Grande Guerra Patriótica – mas que tinham um significado transitório e, sem impacto no resultado final da guerra (BLUTH, 1992)

classes. O Capitalismo era entendido como um sistema manipulado pela burguesia, que encarava a URSS como uma ameaça directa. Tendo estas premissas por base, o conflito e a tensão no relacionamento com os vários países da comunidade internacional, eram encarados como normais e inevitáveis pela URSS. Mormente, decorrente da crença de Lenin de que a guerra entre os próprios países capitalistas era inevitável, previa-se também o confronto entre o Capitalismo e o Socialismo, uma vez que a violência resultante dos confrontos entre países capitalistas acabaria por tocar a URSS⁸. Ainda assim, caso deflagra-se este confronto, Stalin instituiu como certa a vitória do Socialismo sobre o Capitalismo (MARANTZ, 1975). Este quadro mental foi determinante para a linha seguida pela URSS, sob a liderança de Stalin, na definição do conceito das suas forças armadas. Neste âmbito, a matriz stalinista era assente no armamento convencional e num vasto número de militares, em dimensão muito superior ao dos seus inimigos, como garante da vitória final no inevitável conflito que se seguiria. Não obstante, a hierarquia militar soviética tinha a plena noção dos efeitos das armas nucleares e da capacidade de um ataque surpresa com recurso a esta tecnologia (SIENKIEWICZ, 1978).

O facto de o armamento nuclear não incluir os factores operacionais permanentes de Stalin, não significou a sua exclusão do arsenal soviético. Tal ficou patente nos esforços da *intelligence* soviética, que permitiram a recolha de informações relevantes para o desenvolvimento de armamento nuclear, com recurso a três acções separadas no laboratório americano de Los Alamos, no contexto do Projecto Manhattan⁹. Em 29 de Agosto de 1949, ocorreu a detonação de uma bomba atómica no deserto do Cazaquistão, terminando deste modo o monopólio americano sobre as armas nucleares (GADDIS, 2005). Por altura da sua morte, a doutrina militar de Stalin tinha produzido uma vantagem assinalável relativamente aos EUA, no que concernia a armamento convencional. Como herança para o seu sucessor, as forças armadas soviéticas disponham de 5 394 038 efectivos militares (ANDY, 2006).

⁸ No seu manifesto, Lenin retratou o capitalismo da seguinte forma : "Capitalism has grown into a world system of colonial oppression and of the financial strangulation of the overwhelming majority of the population of the world by a handful of "advanced" countries. And this "booty" is shared between two or three powerful world plunderers armed to the teeth (America, Great Britain, Japan), who are drawing the whole world into their war over the division of their booty"

⁹ A descoberta destes actos de espionagem deveu-se à implementação do Projecto Venona, que descodificava os telegramas soviéticos. Deste modo, foi possível aos EUA obstar aos esforços soviéticos e deter John Cairncross – um dos elementos dos “5 de Cambridge” que desenvolviam esforço similar no Reino Unido - Klaus Fuch, Theodore Hall, Harry Gold, David Greenglass, Ethel e Julius Rosenberg e, Lona Cohen. Os motivos subjacentes a esta colaboração foram de ordem ideológica, crença nos valores do comunismo e o desejo da existência de uma paridade nuclear como forma de evitar o conflito. Para uma descrição detalhada dos eventos, consultar “Stealing secrets, telling lies how spies and codebreakers helped shape the twentieth century” (GANNON, 2001)

1.1. A liderança de Nikita Khrushchev

Após a morte de Stalin, em Março de 1953, a principal preocupação dos elementos mais próximos do antigo líder, Beria, Bulganin, Voroshilov, Kaganovich, Malenkov, Mikoyan, Molotov, Pervukhin, Saburov e Khrushchev, era manter a sua posição dominante no partido e, conseqüentemente, no país (TAUBMAN et al, 2000). Na crise que se seguiu à queda de Stalin, Khrushchev estabeleceu-se como o líder da URSS após várias contendas entre três potenciais líderes: Beria¹⁰, Malenkov¹¹ e o próprio Khrushchev. O primeiro acabou por ser eliminado, o segundo remetido para o exterior da esfera política e, Khrushchev tornou-se um dos principais actores do palco político mundial (TAUBMAN et al, 2000).

No decurso da sua liderança, Khrushchev fez parte de vários momentos relevantes para a cronologia das Relações Internacionais. Um desses momentos teve o potencial de obliterar a humanidade: a crise dos mísseis de Cuba. Nascido na localidade de Kalinovka em 1894, perto da actual fronteira da Ucrânia, desempenhou várias funções até ascender à cúpula do aparelho político soviético, nomeadamente a de metalúrgico. Os traços da sua personalidade influenciaram directamente o rumo da política externa soviética, marcadamente contrastante com a do seu antecessor. O seu percurso, e a marca que deixou enquanto líder da URSS, não são consensuais no mundo académico. Segundo alguns estudos, a liderança de Khrushchev é descrita como uma transição do exagero do stalinismo para um padrão estável de desenvolvimento sob a égide do comunismo. Não obstante a marcada diferença de períodos, Khrushchev procedeu a reorganizações administrativas contraditórias, o que combinado com a sua retórica agressiva para com os elementos do partido, contribuiu para a criação de uma unanimidade em remove-lo do poder. Historiadores russos complementam a visão da liderança de Khrushchev, como não se tendo libertação dos efeitos perversos do poder absoluto e da adulação (ILIC, SMITH, 2011). No Ocidente, Khrushchev é encarado como uma personagem pragmática. Não era um ideólogo, mas sim alguém orientado para os objectivos e para a visão de um nível de vida confortável para os seus concidadãos dentro do regime comunista (ILIC, SMITH, 2011).

¹⁰ Larentiy Pavlovich Beria, entre 1938 e 1945 foi a autoridade máxima da polícia política da URSS e era o homem de confiança de Stalin. No período pós-guerra liderava o programa nuclear soviético.

¹¹ Georgy Maksimilyanovich Malenkov, ocupou cargos de responsabilidade no domínio económico, durante e após a guerra.

Um dos pontos-chave da liderança de Khrushchev traduziu-se na conversão do CMI soviético. Neste contexto, Khrushchev redefiniu a doutrina militar reduzindo o número de efectivos, os respectivos orçamentos e despesas operacionais resultantes do stalinismo. Khrushchev focou a defesa da URSS em mísseis, que a longo prazo, teria um custo-benefício superior às opções convencionais (ILIC & SMITH, 2009). Deste modo, a resposta de Khrushchev baseou-se em armas nucleares estratégicas e nos seus vectores de distribuição, os mísseis (KHRUSHCHEV & BENSON, 2000). A visão do então líder soviético, decorria da sua certeza de que uma eventual guerra começaria com um ataque com recurso a um míssil dirigido ao coração do território inimigo. Neste âmbito, Khrushchev considerava que o vasto território e a baixa densidade populacional da URSS, combinada com a respectiva resposta retaliatória, garantiriam a sobrevivência deste país (ANDY, 2006). Esta sua visão operou uma redefinição da estrutura militar soviética, tendo Khrushchev propagado a supremacia das armas nucleares sobre as convencionais.

1.2. O discurso secreto

Khrushchev visou operar uma mudança no paradigma de liderança da URSS. Uma das medidas que desenvolveu, constituiu-se num ataque perpetrado pelo próprio à liderança e ao culto da personalidade de Stalin. No denominado “discurso secreto”¹², realizado no vigésimo congresso do partido comunista em 1956, Khrushchev renunciou o culto da personalidade postulando que a força do Leninismo se centrava na união entre as massas criativas e o Partido Comunista (ILIC, SMITH, 2011). Tendo o Leninismo por base, a liderança de Khrushchev teria de ser orientada por tais princípios. Deste modo, ao contrário da liderança de Stalin, a liderança de Khrushchev teria de ter noção dos limites do seu próprio poder, conhecer o povo e o país, visitar as fábricas e as quintas (ILIC, SMITH, 2011). Este discurso provocou ondas de choque no mundo comunista, levando à perda de prestígio do comunismo soviético na Europa de Leste, nomeadamente na Polónia e na Hungria, onde os seus cidadãos começaram a exigir melhores condições de vida, o que levou a momentos de agitação na Polónia.

Em Julho de 1956, na cidade Poznan, a oposição à presença soviética intensificou-

¹² O seu filho Sergey Khrushchev, afirma que nenhum elemento da família soube antecipadamente do “discurso secreto”. Só após a prisão de Beria, dias depois, a família tomou conhecimento do discurso e do seu conteúdo.

se numa população maioritariamente católica e nacionalista. Como medida preventiva e, com o intuito de normalizar as tensões existentes, Moscovo permitiu a deposição de alguns líderes polacos demasiado conotados com o regime soviético (BROWN, MOONEY, 1981). Em meados de Outubro, a eleição de Wladislaw Gomulka¹³ para Primeiro Secretário e o afastamento de Marechal soviético Rokossovsky de ministro da Defesa, provocou alarmismo na liderança soviética. Com efeito, Khrushchev e três elementos do Politburo deslocaram-se até Varsóvia onde confrontaram a liderança polaca, num clima bastante tenso. A deslocação serviu para avisar frontalmente a Polónia que, uma invasão se seguiria, caso Moscovo não fosse consultado para a selecção de membros do governo polaco. Esta crise acabou por se resolver, decorrente da intenção da Polónia em se manter no bloco soviético, tendo a URSS aceiteado uma forma de comunismo nacionalista. Na Hungria, a situação tomou um caminho diferente, tendo em meados de Outubro despontado demonstrações espontâneas visando a linha dura da governação comunista e a influência soviética. O confronto entre a população e as tropas soviéticas decorreu entre 24 e 28 de Outubro, terminando com a formação de um novo governo, com o consenso de Moscovo. Ainda que aceitando uma diminuição da influência na Hungria, Khrushchev estava longe de aceitar o posicionamento húngaro da adopção da neutralidade, com o apoio americano. O líder soviético respondeu com a incursão das tropas soviéticas sobre Budapeste, numa atitude de força que esmagou a revolta e que voltou a colocar no poder um governo apoiado por Moscovo (BROWN, MOONEY, 1981).

O registo histórico da liderança de Khrushchev revela que nem tudo decorreu como postulado inicialmente no discurso secreto (ILIC, SMITH, 2011). Não obstante, o evento marcou um período de passagem para uma nova era no campo das Relações Internacionais. Tratou-se de um acto preponderante no domínio político soviético, reflectindo uma profunda reflexão sobre os erros cometidos durante a liderança de Stalin (ILIC, SMITH, 2011). A denúncia das campanhas de terror ocorridas por volta de 1930¹⁴, a destalinização da sociedade soviética que se seguiu ao “discurso secreto” e o período de relativa liberdade que se instalou, produziram ondas de choque no mundo comunista e também no Ocidente. O que começou por ser um assunto endógeno, acabou por repercutir-se de forma marcante nas Relações Internacionais, levando a um período *sui*

¹³ Wladislaw Gomulka esteve preso durante a liderança de Stalin

¹⁴ Trataram-se de operações massivas de terror na década de 1930 contra os cidadãos soviéticos, que incluíram tortura física pessoalmente aprovada por Stalin. Deportações em massa para os campos de trabalho forçado – denominados Gulag – eram decididas por entidades fora do domínio judicial. Este fenómeno ficou também conhecido por “As Grandes Purgas” (GETTY, 2002)

generis: a normalização e o descongelamento das relações entre a URSS e os EUA, intercalado com eventos marcantes em vários domínios das Relações Internacionais.

1.3. O princípio da coexistência pacífica

Apesar de nem Stalin, nem antes dele Lenin, colocarem ênfase na coexistência pacífica, em meados de 1950 Khrushchev começou a sistematizar o conceito e afirmou que tal era uma doutrina leninista. Esta doutrina supervisionava consistentemente a diplomacia soviética desde os primeiros dias da revolução. Apesar de mascarar desta forma as suas inovações, a revolução doutrinal que operou assumiu proporções sem precedentes (MARANTZ, 1975). Um dos pontos da sua revisão foi negar a inevitabilidade de uma guerra, passando somente a uma possibilidade que, as massas deveriam de forma enérgica prevenir. Mormente, sublinhou a importância do Socialismo no caminho da paz, não só na relação entre o Bloco Ocidental e o Bloco Socialista, mas também entre as próprias nações capitalistas (MARANTZ, 1975).

Khrushchev era tão otimista e voluntarista, como Stalin era determinista e pessimista, afirmando o primeiro em 1959 que as recentes alterações no contexto político mundial eram tão vastas que era viável, apesar de o Capitalismo coexistir lado a lado com o Socialismo, criar uma ordem internacional estável que tornasse impossível uma nova guerra mundial. Paralelamente, desconstruiu dois pilares primordiais da doutrina stalinista, quando afirmou que o cerco capitalista já não existia e, de forma clara, afastou a possibilidade da restauração do capitalismo na URSS (MARANTZ, 1975). Em suma, tratou-se de uma visão antagónica da doutrina de Stalin, que postulava a inevitabilidade da guerra e a correspondente mobilização de esforços e recursos para o potencial conflito. Este entusiasmo inicial acabou por sofrer alguns contratempos após 1959, face às críticas chinesas ao revisionismo soviético¹⁵ e ao potencial enfraquecimento das fundações da regra do partido único na URSS, resultante do repúdio claro das doutrinas tradicionais. Não obstante este abrandamento, os anos que se seguiram vieram trazer importantes alterações relativamente às perspectivas sobre o desarmamento, à natureza das divisões políticas no seio dos círculos de poder ocidentais e, às causas e consequências da tensão internacional (MARANTZ, 1975). Neste contexto, Khrushchev acreditava que era possível melhorar

¹⁵ Khrushchev foi acusado de ceder aos gestos cínicos de paz do Ocidente e de negligenciar a análise leninista da imutável e inerente agressividade do imperialismo americano (MARANTZ, 1975)

significativamente as relações entre soviéticos e americanos. A sua crença ficou reforçada após a visita aos EUA, tendo o mesmo afirmado perante os seus pares:

“I can tell you in all frankness, dear comrades, that as a result of my talks and discussions of concrete questions with the U.S. President, I have gained the impression that he sincerely wishes to see the end of the ‘cold war’, to create normal relations between our countries, to help to improve relations among all countries”

Em MARANTZ, P. (1975). *Prelude to Detente: Doctrinal Change under Khrushchev*. *International Studies Quarterly*. 19, 501-528: pp 511

Khrushchev foi subtil neste ponto, expondo uma potencial intenção do presidente americano numa normalização de relações entre os dois países. Não afirmou a sua própria intenção numa atitude semelhante, pois tal contradiria os pilares do marxismo-leninismo. Perante a renovação das críticas de Pequim, Khrushchev redefiniu o imperialismo vigente como mais aberto e optimista, com o intuito de legitimar as alterações que se encontrava a implementar (MARANTZ, 1975). Deste modo, foi veiculada a existência de dois grupos divergentes nas elites dos países capitalistas e, em especial, nos EUA. Um desses grupos, detinha uma visão moderada e realista da realidade internacional, ao passo que o outro grupo se mantinha anti-soviético (MARANTZ, 1975). Esta nova visão da política externa soviética veio substituir a corrente stalinista, libertando a diplomacia soviética para prosseguir novas vias relacionais com o Ocidente.

1.4. A corrida tecnológica

No contexto da Guerra Fria, a URSS sempre tentou contrabalançar os desenvolvimentos tecnológicos dos EUA, não só por uma questão de equidade em termos militares, mas também pelo prestígio perante a comunidade internacional. Historicamente, na URSS, desde os tempos de Pedro O Grande, a transferência de tecnologia a partir do Ocidente era a única alternativa para combater o atraso científico (ILIC, SMITH, 2011).

A Segunda Guerra Mundial veio definir o campo do desenvolvimento tecnológico. Antes deste evento, a tecnologia era transferida por canais comerciais e baseada em

inovações previamente conhecidas e amplamente divulgadas. No entanto, o deflagrar da guerra veio redefinir este fluxo, uma vez que os desenvolvimentos tecnológicos associados ao conflito contribuíram para o desenvolvimento económico do Ocidente (ILIC, SMITH, 2011). Com o início da Guerra Fria, os desenvolvimentos tecnológicos passaram a estar intimamente ligados com a tecnologia militar e com a consequente corrida ao armamento, o que conduziu a que a transferência de tecnologia passasse a pertencer ao domínio político. Deste modo, o Ocidente e os EUA, em particular, operacionalizaram um embargo aos estados socialistas no que concernia aos desenvolvimentos tecnológicos de ponta (ILIC, SMITH, 2011). Com o desiderato de ultrapassar estas dificuldades, Nikita Khrushchev desenvolveu o conceito de Revolução Técnico-científica, que preconizava a integração da ciência, teoria, tecnologia e produção em novos processos tecnológicos: utilização efectiva da energia nuclear, computadores e o processamento de dados por meios electrónicos, automação, cibernética e mísseis (ILIC, SMITH, 2011). Neste contexto, e no âmbito da contenda entre a URSS e os EUA, ocorreu o desenvolvimento acelerado dos CMI destes dois países, o que deu origem a um variado número de projectos militares, inclusive a militarização do Espaço (STARES, 1985). Os progressos tecnológicos e científicos alcançados pela URSS, no período temporal inerente à presente dissertação, permitiram à URSS equiparar, e muitas vezes ultrapassar o seu antagonista directo, os EUA. Mormente, decorrente da alocação de recursos humanos e financeiros à demanda tecnológica, Moscovo beneficiou da atenção da comunidade internacional e, consequentemente, da opinião pública ocidental relativamente aos progressos alcançados. Um desses feitos tratou-se da colocação do primeiro homem no espaço, o cosmonauta Yuri Gagarin, em 1961, que recebeu ampla cobertura mediática.

A criatividade e o engenho soviético eram prolíficos, o que deu azo à concretização de projectos de âmbito militar inovadores. Um desses projectos surgiu em 1964 na cidade de Gorkiy, actual Nizhny Novgorod, e foi desenvolvido e operacionalizado por Rotislav Yevgen'yevich Alexeyev¹⁶ e a sua equipa. Tratava-se de um aparelho de aplicações militares inovadoras que permitia transportar um elevado número de efectivos militares, realizar guerra anti-submarina, detinha uma enorme capacidade de carga, era invisível ao radar, entre outras. Batizado de *Ekranoplan KM* (*korabl'-maki*) ou, como foi denominado por um analista da *Defence Intelligence Agency* americana em 1967, após ter visualizado fotografias satélite, “o monstro do mar Cáspio” (LOSI, 1995). *Ekranoplan* é um tipo de veículo que voa

¹⁶ Responsável pelo complexo alocado para a construção do **KM** e o principal designer do aparelho

muito perto da superfície do oceano, tirando partido do efeito de solo o que permite obter consumos de um barco, mas com a velocidade de um avião (LOSI, 1995). Este aparelho foi desenvolvido tendo em conta dois vectores relevantes, o transporte de um elevado número de efectivos e a capacidade de operar na água, e em áreas cobertas de neve ou gelo, o que possibilitava o seu uso até em zonas polares. Para além disso, tinha a potencialidade de transportar mísseis. (KOMISSAROV, 2002).

O progresso tecnológico foi um dos pilares da modernização planeada por Khrushchev, apesar de Leonid Brezhnev, no quadro da *détente*, ter posteriormente obstado muitos dos programas e centrado a sua atenção no armamento convencional¹⁷. Uma das principais ferramentas de Khrushchev, que iria permitir não só equiparar o Ocidente mas ultrapassar os EUA, foi o desenvolvimento tecnológico (ILIC, SMITH, 2011).

1.5. A Crise de Outubro ou a Crise de Cuba?

O sistema internacional é intrinsecamente dinâmico. O ritmo das interacções entre os actores políticos que o constituem, caracterizadas pelas peculiaridades inerentes a cada um, é transversal às Relações Internacionais. É neste universo relacional que, por vezes, ocorrem singularidades com uma relevância de alcance global. Um desses eventos materializou-se numa contenda entre os EUA e a URSS em Outubro de 1962, tendo por palco a Ilha de Cuba. A Crise dos Mísseis de Cuba ou “A Crise de Outubro”, como era denominada na URSS, teve uma duração de treze dias (ALLYN, BLIGHT, WELCH, 1990). O prelúdio desta crise ocorreu em 1961, com a falhada tentativa de invasão de Cuba pelos EUA, denominada como Baía dos Porcos, que gerou motivos de preocupação ao líder soviético, tendo o mesmo afirmado posteriormente ao acontecimento, que o futuro de Cuba e a manutenção do prestígio soviético naquela parte do mundo, era um assunto do seu interesse (GADDIS, 2005). A redefinição da doutrina militar operada por Khrushchev, traduzida pela conversão do CMI de um carácter convencional para uma lógica baseada em mísseis, veio a tomar relevo na Crise dos Mísseis de Cuba.

¹⁷ O armamento convencional era encarado por Brezhnev como estratégico. Mormente, visava equiparar a URSS aos EUA neste domínio, o que levou ao incremento das despesas. Paralelamente com os investimentos no programa espacial e nuclear, as despesas crescentes foram uma das razões do seu empenhamento nas negociações da limitação de armamento estratégico (CRUMP, 2014)

1.5.1 O início

A perspectiva histórica do evento categoriza-o como a experiência mais intensa de confronto entre o Ocidente e o Bloco de Leste, decorrente do facto de a humanidade ter estado perante a aniquilação nuclear. O despoletar da crise ocorreu após a descoberta, com recurso a um avião de reconhecimento, de quarenta e dois mísseis de médio alcance, com capacidade de atingir grande parte do território americano. Tal levou a intensas movimentações diplomáticas e militares (NATHAN, 1975).

Tudo começou com a intenção de Khrushchev em instalar armas nucleares em Cuba. Os motivos que levaram o líder soviético a encetar tal acto serão posteriormente analisados. No que concerne à génese do projecto para a Ilha de Cuba, tal teve o seu início em fins de Abril de 1962, quando Nikita Khrushchev comentou com Anastas Mikoyan, seu braço direito, a sua intenção¹⁸ (ALLYN, BLIGHT, WELCH, 1990). A finalidade seria, em primeiro lugar, proceder à instalação dos mísseis em Setembro ou Outubro e, posteriormente, informar John F. Kennedy por carta a ser entregue pelo embaixador soviético, o que visava a destabilização política nos EUA, uma vez que teriam já ocorrido as eleições para o congresso americano. Para o efeito, Khrushchev reuniu em fins de Maio com o Presidium do Soviete Supremo da URSS, tendo a sua forte personalidade liderado a discussão, e imposto a sua visão (ALLYN, BLIGHT, WELCH, 1990). Não obstante, o líder soviético foi avisado das potenciais implicações desta manobra pelos seus pares. A nível diplomático, as manobras conducentes à consolidação da intenção do líder soviético, iniciaram-se no final de Maio, ocorrendo a substituição do embaixador soviético em Havana por Aleksandr Alekseev, que detinha relações de amizade com o líder cubano Fidel Castro e, com o seu irmão Raúl Castro. Em segundo lugar, também no final de Maio, uma pseudo “missão de agricultura” deslocou-se a Cuba com a intenção de discutir com os interlocutores cubanos o plano de instalação das armas nucleares. Nesta delegação seguiam o comandante soviético da força estratégica de mísseis e outros dois especialistas da temática. As reuniões entre esta delegação e o líder cubano, Fidel Castro, resultaram na aprovação da ideia lançada por Khrushchev. O aval dado à iniciativa soviética deveu-se em grande parte à implicação na alteração da correlação de forças a favor do socialismo e, no sentimento de gratidão existente e respectiva intenção de Cuba em assumir a sua quota de

¹⁸Segundo o historiador Sergo Mikoyan, filho de Anastas Mikoyan, tal aconteceu nesta data, ao contrário do que Nikita Khrushchev afirma nas suas memórias que esta ideia lhe surgiu entre 14 e 20 de Maio, na Bulgária.

risco em sequência disso mesmo. Mais do que acreditar na vantagem dos mísseis para defesa ou dissuasão, foram estes os motivos que concorreram para que Cuba se tornasse num foco de atenção mundial (ALLYN, BLIGHT, WELCH, 1990)

Apesar dos diferentes motivos, o líder soviético e cubano, deram início a todo o processo. Em Julho uma delegação cubana liderada por Raúl Castro deslocou-se a Moscovo com o desiderato de operacionalizar a instalação das armas nucleares em solo cubano, tendo sido formalizado os termos do acordo nos seguintes moldes: em primeiro lugar, a custódia integral e controlo das armas nucleares ficariam sempre a cargo da URSS. O espectro da operacionalização de uma, ou da totalidade das armas nucleares, sem a supervisão soviética poderia dar início a uma guerra nuclear. Em segundo lugar, não obstante o controlo soviético absoluto sobre o armamento, os locais seleccionados para a instalação, por um período de 5 anos, seriam sempre de soberania cubana. A renovação temporal do acordo, discutida no término do período acordado, constituía-se como o terceiro ponto do acordo. Em quarto lugar, todos os custos inerentes seriam suportados pela URSS. Por fim, o último termo do acordo previa o fornecimento de mísseis terra-ar a Cuba (ALLYN, BLIGHT, WELCH, 1990).

A par da conciliação da vertente diplomática entre os dois países, foi ainda criado pelos respectivos líderes um enquadramento ideológico de suporte à iniciativa. Num primeiro momento, o líder soviético conceptualizou que o objectivo da instalação dos mísseis nucleares na ilha, visava salvar a revolução cubana. Tal não foi aceite por Fidel Castro, tendo o líder cubano alterado o propósito inicialmente definido por Khrushchev para uma opção que, para si, garantiria a legalidade da instalação do armamento nuclear na ilha. Deste modo, Fidel Castro invocou como objectivo da iniciativa a mútua assistência militar (ALLYN, BLIGHT, WELCH, 1990).

Assegurada a vertente diplomática, o líder soviético passou à operacionalização da iniciativa, que viria a marcar as Relações Internacionais no sistema bipolar. Consciente da monitorização da *intelligence* americana, Nikita Khrushchev nomeou um oficial de cavalaria de nome Issa Pliyev para esta operação, com o objectivo de confundir o adversário americano¹⁹. No entanto, a desvantagem associada a esta escolha, decorria do facto deste oficial não deter experiência no que concernia a armas nucleares e muito menos à sua

¹⁹ Ainda assim, não é de excluir que esta nomeação tenha sido resultado do seu empenho em seguir à risca as instruções da liderança soviética no massacre Novocherkassk, que teve como resultado a morte de 21 civis às mãos do exército. Tratou-se de uma greve numa instalação fabril, decorrente das más condições de trabalho e da falta de comida (BARON, 2001). Issa Pliyev recebeu ordens do então Ministro da Defesa, Rodion Malinovsky

instalação (ALLYN, BLIGHT, WELCH, 1990). A referida nomeação, combinada com o facto de nunca ter sido realizada até então qualquer instalação de armas nucleares fora da URSS, levou a que fossem descurados aspectos securitários. Tal, levou a que a instalação do dispositivo nuclear em Cuba fosse realizada sem o recurso a qualquer tipo de camuflagem (ALLYN, BLIGHT, WELCH, 1990). Este descuido securitário acabou por ser aproveitado pelo opositor americano que logrou aferir a presença dos 24 mísseis de médio alcance e dos 18 de alcance intermédio, com recurso a fotografias aéreas de reconhecimento. O factor surpresa almejado pelo líder soviético extinguiu-se precocemente. Na sequência desta descoberta, seguiu-se um jogo de xadrez diplomático e militar de alto risco do qual poderiam ter resultado consequências vitais para o futuro da humanidade.

1.5.2 As motivações de Khrushchev

Tendo em conta a magnitude do evento, com foco na Ilha de Cuba, seria redutor validar ou majorar somente um motivo para a atitude soviética de instalar mísseis de médio alcance tão perto geograficamente e psicologicamente do seu opositor. Ao invés, vários motivos concorreram paralelamente para a decisão de Khrushchev, começando pela sua própria personalidade. Com efeito, segundo o autor John Lewis Gaddis, a iniciativa do líder soviético visava alastrar a revolução à América Latina, deixando-se Khrushchev levar pelo seu romanticismo ideológico, em detrimento de uma análise estratégica coerente dos acontecimentos que se desenrolavam (GADDIS, 2005).

A invasão de Cuba era um tema que preocupava o líder soviético, uma vez que inviabilizaria a referida difusão dos valores da revolução (ALLYN, BLIGHT, WELCH, 1990). Mormente, Nikita Khrushchev tinha a plena noção do desequilíbrio de forças em termos de arsenais nucleares entre a URSS e os EUA e, como tal buscava uma paridade com o seu opositor. Os americanos detinham sete a oito vezes mais armas nucleares que os soviéticos (GADDIS, 2005). A noção deste rácio levou a URSS a tentar contrabalançar a superioridade americana, com a instalação das armas nucleares na zona de conforto do seu inimigo. Complementarmente aos motivos supra citados, refira-se também a busca do prestígio no plano internacional e o orgulho nacional (ALLYN, BLIGHT, WELCH, 1990). No contexto da época, o prestígio era essencial, uma vez que a URSS visava alcançar influência nos países do terceiro mundo e estender a sua base de apoio ideológica de uma forma tão disseminada quanto possível. No que concerne ao orgulho nacional, o mesmo

sempre funcionou como um catalisador e ferramenta de propaganda política para a realização ou a alteração de projectos de índoles várias.

1.5.3 A resposta americana

A resposta americana a uma ameaça directa, e geograficamente tão perto do seu território, acabou por ser efectivar num bloqueio naval a Cuba que tomou o eufemismo de quarentena, tendo por objectivo impedir a entrada de qualquer embarcação soviética. Não obstante, um ataque cirúrgico à ilha foi objecto de consideração por parte dos conselheiros da administração Kennedy. Tal acabou por ser afastado, tendo o irmão do presidente, Robert Kennedy invocado a imagem do ataque japonês a Pearl Harbour, considerando que se a iniciativa americana fosse accionada, estar-se-ia perante um "*Pearl Harbour in reverse*" (NATHAN, 1975). Ainda no quadro das opções, a invasão de Cuba esteve iminente no auge do conflito, no dia 27 de Outubro, mas foi o próprio presidente americano que em oposição a esta opção, equacionou um acordo entre os dois países, envolvendo o desmantelamento dos mísseis JÚPITER²⁰ na Turquia a troco do desmantelamento do dispositivo nuclear soviético em Cuba (TRACHTENBERG, 1985). Este acordo foi alcançado após manobras públicas, com recurso a discursos na televisão e em emissões de rádio, mas também com recurso a discretos encontros diplomáticos entre Robert Kennedy e o embaixador soviético Dobrynin. Foram estas manobras que puseram fim a treze dias de crise, entre o dia 16 e o dia 28 de Outubro de 1962.

O desfecho da crise, em última análise, serviu para revelar que as armas nucleares constituíam uma ameaça aos dois opositores. O que impediu a escalada do conflito foi, em grande medida, o puro terror da aniquilação total que veio a ser denominado por "*mutual assured destruction*" (GADDIS, 2005).

²⁰ Após deliberação da administração Eisenhower, em 1957, foram iniciados os preparativos necessários para enviar para a Europa mísseis JUPITER. O objectivo era para fortalecer militar e psicologicamente a NATO. Com receio de antagonizar a URSS, a maioria dos aliados recusou a instalação de mísseis, tendo somente a Itália e a Turquia aceite a proposta. O acordo com a Turquia foi formalizado em 1959 nos seguintes moldes: os mísseis seriam propriedade do país anfitrião; as ogivas nucleares permaneceriam na posse dos EUA; a decisão de lançar os mísseis teria de ser de comum acordo pelos dois países; e, o complexo associado aos mísseis seria guardado por militares dos dois países (BERNSTEIN, 1980)

1.6. NATO versus Pacto de Varsóvia

1.6.1. A criação da NATO e a resposta soviética

O avanço do comunismo na Coreia e na Checoslováquia, e o bloqueio de Berlim, levaram a que os EUA e a União da Europa Ocidental²¹ combinassem esforços numa nova estrutura, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), em 1949. Em 1950, o presidente Truman, criou o Memorando 68, através do Conselho Nacional de Segurança, que previa um sistema de alianças à escala global (DUIGNAN, 2000). A NATO era um organismo defensivo cujo desiderato era a protecção da Europa Ocidental. Não previa a projecção de poder em qualquer outro local e tinha um carácter defensivo, numa perspectiva política. No entanto, a criação da NATO revelou-se como um momento fulcral na história dos próprios EUA e das potências atlânticas, dado ser a primeira vez que o país se encontrava ligado de forma permanente, no campo político e militar, à Europa Ocidental (DUIGNAN, 2000).

Em oposição à NATO e seis anos após, a URSS sob a liderança de Khrushchev, fundou em 1955 o Pacto de Varsóvia, denominado logo na altura como um “castelo de cartas” (BYRNE, MASTNY, 2005). Quinze anos após, era já considerada uma aliança com capacidades de conseguir até, derrotar o Ocidente. O Pacto de Varsóvia, composto pela URSS, Polónia, Alemanha de Leste, Checoslováquia, Hungria, Roménia, Bulgária e Albânia, não foi criado como uma resposta à NATO, nem decorrente de uma potencial ameaça militar à URSS. Foi sim encarado pelo líder soviético, como uma primeira *détente* na relação entre os dois blocos, tendo o mesmo anunciado logo após a criação formal da aliança, a intenção de reduzir o número de efectivos das Forças Armadas (BYRNE, MASTNY, 2005).

A génese do Pacto de Varsóvia encontrava-se ligada à situação internacional sentida na altura, que se caracterizava pela ascendência da NATO e a integração da Alemanha Ocidental na organização. Deste modo, a proclamação da aliança na capital polaca em 1955, quatro dias após a integração da Alemanha Ocidental, foi um expediente político e não um instrumento a ser utilizado para empreender uma guerra na Europa (BYRNE, MASTNY, 2005). A principal intenção subjacente ao Pacto de Varsóvia era a dissolução

²¹ Composto pelo Reino Unido, França, Bélgica, Luxemburgo e Holanda.

das duas alianças, Pacto de Varsóvia e da NATO, mediante o Tratado Europeu Geral sobre a segurança colectiva na Europa. O desmantelamento da bem definida e estabelecida NATO, conjuntamente com uma aliança existente somente no papel, levou a que elementos da NATO se referissem ao Pacto de Varsóvia como “castelo de cartas”, como já referido supra.

Um ano passado sobre a criação do Pacto de Varsóvia, Khrushchev matinha viva a sua intenção de desmilitarizar a Guerra Fria. Deste modo, o clima de *détente* atingiu um pico por esta altura, com a sua política de redução de forças convencionais, resultante da alteração da doutrina militar e do CMI, o que originou nervosismo e incerteza no seio da estrutura militar soviética. Neste âmbito, o líder soviético explicou a sua estratégia pouco ortodoxa numa sessão fechada do comité central do partido polaco:

“We have to smartly...move toward disarmament. But, we should never cross the line, which would endanger the survival of our conquests. We have to do everything to strengthen defense, to strengthen the army. Without these things, nobody will talk to us. They [Western enemies] are not hiding the fact that they have the hydrogen bomb, nuclear arms, and jet-propulsion technology. They know that we have all these things, and therefore they have to talk to us...;but [do] not be afraid...,this is a game...We must work...to reduce the troops and increase defense.”

Em BYRNE, M., & MASTNY, V. (2005). *A Cardboard castle?: an inside history of the Warsaw Pact : 1955-1991*. Budapest, Central European University Press: pp 7

Ainda em 1956, o sonho húngaro de obter maior independência da URSS, mediante a política levada a cabo por Nikita Khrushchev de de-stalinização, revelou-se nulo. A revolta foi prontamente esmagada pelo aparelho militar soviético, não obstante a vontade de Khrushchev em obter uma solução pacífica e assim, não provocar alterações na *détente* internacional que se verificava (SCHMIDL, RITTER, 2006). Não obstante este desaire com consequências políticas, o prestígio soviético e a auto-confiança de Nikita Khrushchev aumentaram, com o lançamento do satélite artificial Sputnik, em Outubro de 1957 (BYRNE, MASTNY, 2005).

1.6.2 A tentativa de dissolução das alianças

Os progressos no programa espacial soviético tiveram impacto nas relações com o Ocidente, decorrente da deslocação da “correlação de forças”²² para o lado soviético. Tal levou Khrushchev a retomar a sua campanha de dissolução das duas alianças, tentando capitalizar o momento favorável e apresentando novos incentivos. Deste modo, tornou público o esboço de um pacto de não-agressão entre os dois blocos e anunciou o corte de efectivos militares. Paralelamente, afirmou a retirada de forças da Roménia, dando o exemplo na esperança de levar os EUA a replicarem o gesto soviético e assim, retirarem de igual modo forças da Europa Ocidental. Apelou ainda à realização de uma cimeira Leste-Ocidente cuja agenda previa a cessação dos testes nucleares, a criação de zonas livres de nuclear na Europa e a questão alemã (BYRNE, MASTNY, 2005). Após todas estas iniciativas terem sido descartadas, Khrushchev voltou a insistir propondo um tratado de amizade e cooperação com a Europa e os EUA, a redução radical de todas as forças estrangeiras na Alemanha e a criação de uma zona de inspecção aérea na Europa Central (BYRNE, MASTNY, 2005). Previsivelmente, nenhuma das propostas foi aceite. A esta recusa, juntaram-se dois factores que condicionaram o posicionamento de Khrushchev relativamente à questão de Berlim. Em primeiro lugar, o líder soviético convenceu-se que a não intervenção do Ocidente no golpe militar ocorrido no Iraque em Julho de 1958²³, se ficou a dever à sua ameaça de manobras militares contra a Turquia. Em segundo lugar, a pressão exercida sobre Khrushchev pelos chineses, após o bombardeamento das ilhas Quemoy e Matsu e a ameaça de um conflito com os EUA (BYRNE, MASTNY, 2005). A soma de todos estes factores, conduziram Khrushchev a iniciar a crise de Berlim em Novembro de 1958. Esta decisão levou a uma alteração de rumo, traduzida no fim da intenção de Khrushchev num sistema de segurança colectiva, que previa a desmilitarização dos dois blocos (BYRNE, MASTNY, 2005).

A agudização da crise, consolidada com o êxodo generalizado de cidadãos da Alemanha Oriental para o lado Ocidental, levou à construção do Muro de Berlim em 13 de Agosto de 1961. Moscovo assumiu a construção do muro com uma acção do Pacto de Varsóvia, alegando a necessidade de protecção perante um conjunto de actividades

²²Termo que se traduz num equilíbrio determinado por processos históricos e sociais no qual a política dos Estados se traduz somente numa das componentes desse mesmo equilíbrio. Uma miríade de variáveis independentes condicionam as decisões dos líderes políticos e das respectivas políticas estatais (LAIRD, HOFFMANN, 1986).

²³ Revolução ocorrida no dia 14 de Julho de 1958 que pos termo à monarquia hashemita estabelecida em 1921

subversivas levadas a cabo no lado ocidental. Após esta acção, foi operacionalizado um exercício militar de grande envergadura denominado “Buria”, pelo Pacto de Varsóvia, que previa a invasão da Europa Ocidental (BYRNE, MASTNY, 2005). A crise de Berlim acabou por se desvanecer sem um confronto militar. No entanto, o carácter político do Pacto de Varsóvia acabou por ser substituído por uma maior vertente militar, passando de defensivo a ofensivo (BYRNE, MASTNY, 2005).

1.6.3 A eventualidade do confronto

Um novo evento no sistema internacional veio influenciar as dinâmicas relacionais entre os dois blocos. A Crise de Cuba, já reflectida no primeiro capítulo, elevou o patamar confrontacional entre os dois actores, com a perspectiva de uma guerra nuclear (BYRNE, MASTNY, 2005). A mudança operada no Pacto de Varsóvia, de uma vertente defensiva para uma vertente ofensiva, implicou uma integração mais próxima dos exércitos dos países de leste com o planeamento estratégico soviético (BYRNE, MASTNY, 2005). O exercício “Buria”²⁴ foi um passo nesse sentido, servindo para aferir as reais capacidades caso se desenvolvesse um confronto entre os dois blocos. Este exercício foi delineado tendo em vista um ataque nuclear massivo contra a NATO. Na base do exercício, estava a crença de que seria sempre a aliança capitalista a lançar o primeiro ataque. Esta noção de que o ataque seria sempre iniciado pela NATO, e detectado a tempo, supervisionava todos os exercícios levados a cabo pelo Pacto de Varsóvia. Adicionalmente, os exercícios previam ainda que, no caso de um putativo ataque da NATO, seriam os aliados a serem atacados, não havendo considerações sobre ataques em solo soviético (BYRNE, MASTNY, 2005). Este exercício militar foi bastante publicitado, tendo sido encarado pelo Ocidente como mensagem afirmativa do Pacto de Varsóvia, declarando deste modo o comprometimento soviético com a República Democrática Alemã, antevendo uma potencial acção militar do Ocidente (BYRNE, MASTNY, 2005).

Para o eventual confronto com a NATO, Moscovo previa utilizar, no contexto do Pacto de Varsóvia, os respectivos exércitos dos países membros. O exército checo teria como missão chegar a Lyon, o da Alemanha Oriental serviria somente como apoio ao

²⁴ Foi o primeiro exercício militar a envolver todos os exércitos do Pacto de Varsóvia, como coligação. Iniciou-se no dia 28 de Setembro de 1961. “Buria” traduz-se por “Tempestade”. O exercício terminava com uma ofensiva e ocupação de Paris em 16 de Outubro

soviético. No caso do exército polaco as acções ofensivas seriam orientadas para a Dinamarca e Alemanha Ocidental, o exército húngaro visaria Itália e também a Alemanha Ocidental, por fim, ao exército búlgaro caberia empreender acções sobre a Turquia e a Grécia. Adicionalmente, dependendo da conduta de Belgrado, seriam combinados os esforços da Roménia e da Hungria (BYRNE, MASTNY, 2005). Em suma, o Pacto de Varsóvia elaborou planos operacionais concretos para uma invasão em larga escala da Europa Ocidental, na eventualidade de um ataque da NATO.

1.7. O armamento nuclear e a limitação de testes

1.7.1. O monopólio nuclear

Em 29 de Agosto de 1949 os EUA viram-se privados do monopólio nuclear. Apesar de nada ter sido noticiado por ordem de Stalin, a detonação no deserto do Cazaquistão²⁵ foi detectada pelos americanos e o evento foi anunciado pelo presidente Truman a 23 de Setembro do mesmo ano. Só então, Moscovo confirmou a capacidade soviética (GADDIS, 2005). Pela primeira vez na história, dois países tinham uma capacidade destrutiva desconhecida até então. A previsão de Vladimir Ilyich Lenin, sobre a confrontação eminente entre o socialismo e o imperialismo e a vitória do primeiro sobre o segundo, poderia precipitar-se num ataque surpresa com características devastadoras. No entanto, a doutrina militar soviética, até 1953, encontrava-se moldada pelo primado da ortodoxia preconizada por Stalin. Esta linha de pensamento, assente na já descrita crença teológica de uma vitória soviética em qualquer futuro conflito, desprezava factores chave tais como as armas nucleares ou o elemento surpresa. Não obstante, a hierarquia militar soviética tinha a plena noção dos efeitos das armas nucleares e da capacidade de um ataque surpresa (SIENKIEWICZ, 1978). Após a morte de Stalin, Khrushchev adoptou o princípio da coexistência pacífica²⁶ e o fim da inevitabilidade da guerra. Consequentemente, operou uma alteração doutrinal realocando meios do sector da defesa para o sector doméstico, nomeadamente a agricultura. Tendo reduzido um terço das forças armadas convencionais,

²⁵ Realizado no complexo de Semipalatinsk, localizado no norte do país

²⁶ Apesar deste princípio ter sido consolidado e veiculado pelo líder soviético, o mesmo foi desenvolvido pelo professor Tunkin em 1955, especializado em lei internacional e na teoria do Estado (CALVO-GOLLER, CALVO, 1987)

instituiu na primazia das armas estratégicas e afirmou a capacidade de dissuasão e de retaliações soviéticas (SIENKIEWICZ, 1978).

Não obstante a redução, Nikita Khrushchev incrementou e diversificou os meios pertencentes às forças convencionais, decorrente da já referida crença de invencibilidade. Tal medida, tinha dois receptores, em primeiro lugar para o interior da própria URSS e, em segundo lugar, tinha o desiderato de reforçar a dissuasão junto dos EUA (SIENKIEWICZ, 1978). Com efeito, a criação de novos meios e a diversificação de opções estratégicas, operou alterações no CMI soviético que serão detalhadas posteriormente, com casos concretos.

1.7.2. O estatuto de potência nuclear

No que dizia respeito à posse da tecnologia nuclear, quer para os EUA, quer para a URSS, o estatuto de serem potências nucleares não se traduzia numa definição precisa das respectivas consequências (WALSH, SAVELIEV, 2004). Do lado americano, surgiram duas escolas de pensamento com posições extremadas no que concernia à partilha da tecnologia nuclear com outros países. Por um lado, os chamados “monopolistas”, que advogavam as armas nucleares como um activo com capacidade de proporcionar uma vantagem sobre todos os outros países. Deste modo, tal tecnologia não deveria ser partilhada, nem mesmo com os aliados mais próximos (WALSH, SAVELIEV, 2004). No extremo oposto, o grupo denominado “gestores”, que baseavam a sua opinião numa análise histórica da evolução militar. Tal como a pólvora, a aviação e os restantes desenvolvimentos tecnológicos de aplicação militar, também a tecnologia nuclear se iria disseminar a outros países. No lado soviético, a emergência de um conflito termonuclear com a capacidade de obliterar a humanidade, o colapso do sistema colonial e o enfraquecimento do capitalismo, promoveram uma perspectiva diferente à URSS e aos seus líderes. Neste contexto, e em particular através de Nikita Khrushchev, o princípio da coexistência pacífica começou a ser propagado como uma ferramenta de política externa (CALVO-GOLLER, CALVO, 1987).

Não obstante as considerações de natureza política, os testes nucleares, cujo desiderato era a obtenção de uma magnitude de destruição cada vez maior, continuaram. Em 01 de Março de 1954 foi levada a cabo a maior explosão alguma vez detonada pelos EUA. Tratou-se de um teste denominado BRAVO e ocorreu no atol de Bikini, no Pacífico,

com uma bomba de hidrogénio com uma capacidade equivalente a quinze milhões de toneladas de TNT. A potência da explosão, combinada com ventos inesperados, resultou na contaminação de uma tripulação de vinte e três elementos de um arrastão japonês devido a detritos radioactivos (SEABORG, LOEB, 1981). Em consequência do teste, ocorreu a morte de um dos tripulantes e a contaminação grave dos restantes. Também nas ilhas Marshall foi detectada contaminação por detritos radioactivos, embora com menor severidade. Posteriormente, e decorrente de outro teste levado a cabo pela URSS, mais detritos radioactivos atingiram o Japão. A indignação que se seguiu, por parte de um conjunto de respeitáveis líderes mundiais, traduziu-se num apelo para o fim dos referidos testes nucleares (SEABORG, LOEB, 1981).

1.7.3. As primeiras iniciativas diplomáticas de limitação de testes nucleares

A primeira tentativa diplomática, com o intuito de terminar os testes nucleares, ocorreu logo em Maio de 1955 por intermédio da Comissão de desarmamento das Nações Unidas. A iniciativa juntou os EUA, URSS, Reino Unido, Canadá e França, mas os receios soviéticos relativos às inspecções a serem levadas a cabo, que poderiam funcionar como actos de espionagem, fizeram emergir divergências insanáveis. Em 31 de Março de 1958, Nikita Khrushchev declarou unilateralmente o fim dos testes nucleares, logo após terem sido concluídos vários testes por parte da URSS e, imediatamente antes de os EUA iniciarem um previsível conjunto de testes similares. Um prévio anúncio por parte da administração americana sobre a intenção de realizar mais testes, serviu de desculpa para o líder soviético recuar na intenção previamente afirmada (GREENE, 2007).

Os primeiros passos com vista à limitação dos testes nucleares decorreram em Genebra, primeiro em 1955²⁷, onde foi recusada a proposta denominada “*Open Skies*” que previa missões mútuas de reconhecimento sobre as instalações nucleares dos dois países (GADDIS, 2005). A recusa deveu-se uma vez mais ao receio de actividades de espionagem e da real confirmação por parte dos EUA do numericamente inferior aparato nuclear soviético. Em segundo lugar, em 1958, decorreram conversações de cariz técnico envolvendo os EUA, a URSS e o Reino Unido. As negociações iniciais resultaram num quadro alargado de negociação por parte do Reino Unido, envolvendo cerca de 170

²⁷ Envolvendo os EUA, a URSS, o Reino Unido e a França.

estações de controlo espalhadas pelo mundo. Rapidamente foi adquirido um consenso sobre a vasta maioria dos métodos de detecção dos testes, embora tivesse sido aferida a necessidade de mais investigação relativamente à metodologia para a detecção de testes subterrâneos e de grande altitude (GREENE, 2007).

Apesar do entendimento supra mencionado, questões críticas tais como o número de autorizações a conceder a inspecções físicas nos locais, quais os procedimentos a adoptar para realizar a verificação de uma leitura sísmica de modo a aferir a origem como natural ou resultante de um teste nuclear e, definir o número de estações de controlo, os países onde as mesmas seriam operacionalizadas, e quais as nacionalidades dos respectivos inspectores (GREENE, 2007). O debate prolongou-se sobre este vasto número de variáveis e a complexidade associada. A piorar o caso, foram transmitidas ordens pelo então secretário de Estado, John Foster Dulles, para que os cientistas americanos se restringirem exclusivamente a assuntos técnicos e nunca políticos, uma vez que a partir de um certo nível de detalhe, seria cada vez mais difícil realizar a distinção entre estas duas vertentes. Assim, não foi obtido um consenso relativamente aos procedimentos de verificação e, decorrente disto, Khrushchev concordou com a proposta do presidente americano de um prolongamento das negociações (GREENE, 2007).

Em 1959, foi realizado um esforço diplomático de grande dimensão, com o convite endereçado a Khrushchev para visitar os EUA²⁸, por parte do presidente Eisenhower. Os treze dias de digressão pelo país pouco mais trouxeram do que algum entendimento pessoal entre os dois líderes, tendo sido possível detectar o surgimento de alguns laços de confiança (KHRUSHCHEV, BENSON, 2000). Não obstante, a questão da limitação dos testes nucleares, e a questão de Berlim, permaneceram por resolver. A situação não melhorou após o abate do avião espião U2 em 01 de Maio de 1960, que sobrevoava o espaço aéreo soviético. Como seria de esperar, a cimeira que se seguiu em Paris entre os dois líderes terminou sem qualquer resolução.

Após a eleição do novo presidente americano John F. Kennedy, ocorreram contactos diplomáticos por parte de Nikita Khrushchev indicando a disponibilidade para um encontro com o recente eleito presidente, tendo o local sido sugerido pelo interlocutor americano em Viena de Áustria (KHRUSHCHEV, BENSON, 2000). O momento não podia ter sido melhor seleccionado, uma vez que o prestígio soviético na comunidade

²⁸ Khrushchev preparou os detalhes da visita na sua estância na Crimeia. Com receio de ser humilhado, o líder soviético supervisionou pessoalmente grande parte dos detalhes da visita. A deslocação efectuou-se no avião TU-114, uma vez que permitia realizar a viagem sem paragens para reabastecer

internacional se encontrava em crescendo, decorrente de feitos científicos, militares e económicos. O lançamento do primeiro satélite artificial Sputnik, a colocação em órbita do cosmonauta Yuri Gagarin, a expansão das forças comunistas no sudoeste asiático, e o crescimento da produção industrial soviética acima dos níveis americanos, conferiram um invejável prestígio internacional à URSS. No que concernia aos EUA, o momento não podia ser mais díspar, uma vez que a administração americana encontrava-se ainda a digerir o fracassado golpe da baía dos porcos (SEABORG, LOEB, 1981).

A conferência de Viena, realizada entre 03 e 04 de Junho de 1961, veio a revelar-se um marco na relação entre os EUA e a URSS. Para além da temática da limitação dos testes nucleares, tendo os americanos proposto a realização de testes unicamente subterrâneos, o líder soviético abordou a questão de Berlim, enfatizando um acordo de paz a ser assinado com a Alemanha Oriental brevemente e, conseqüentemente, o condicionamento do trânsito para a cidade. Khrushchev adiantou ainda que, em caso de violação das fronteiras da Alemanha Oriental, a força seria utilizada (SEABORG, LOEB, 1981). Paralelamente, e no que concernia à questão nuclear, o líder soviético foi incisivo perante John F. Kennedy, não deixando margem para dúvidas. Após a conferência, o presidente americano afirmou:

“Mr. Khrushchev made it clear that there could not be a truly neutral administrator, in his opinion, because no one was truly neutral, that a Soviet veto would have to apply to acts of enforcement; that inspection was only a subterfuge for espionage in the absence of total disarmament; and that the present test ban negotiations appeared futile. [This was an excellent summary of the Soviet position, in very few words.] In short, our hopes for an end to nuclear tests, for an end to the spread of nuclear weapons, and for some slowing down of the arms race have been struck a serious blow. Nevertheless, the stakes are too important for us to abandon the draft treaty we have offered at Geneva.”

Em SEABORG, G. T., & LOEB, B. S. (1981). *Kennedy, Khrushchev, and the test ban*. Berkeley, University of California Press. pp 67

De facto, a conferência de Viena não correu totalmente de facção a John F. Kennedy. Apesar de esta opinião não ser unânime, dois reputados diplomatas com experiência em assuntos soviéticos confirmaram esta visão, George Kennan e Llewellyn Thompson (SEABORG, LOEB, 1981). No caso particular de George Kennan, o mesmo afirmou que a percepção que Nikita Khrushchev aferiu do presidente americano, como

pouco decisivo e esforçado, poderá ter contribuído para a decisão de instalar armas nucleares em Cuba (SEABORG, LOEB, 1981)²⁹.

Uma vez mais, Nikita Khrushchev iria ter um papel primordial. A sua decisão de colocar armas nucleares em Cuba, como já referido anteriormente, colocou o mundo à beira da obliteração nuclear. Durante 13 dias a comunidade internacional observou o desenrolar da crise em sobressalto. Após a Crise de Cuba, ficou evidente para russos e americanos o que o presidente Eisenhower havia já percebido. Segundo o mesmo, o advento das armas termonucleares levou a que o acto da guerra não fosse uma ferramenta do Estado. Ao invés, para garantir a sobrevivência dos próprios Estados, não poderia haver guerra alguma (GADDIS, 2005). O medo comum de uma aniquilação total, não só evitou a escalada do conflito, como serviu para reacender a discussão sobre o fim dos testes nucleares. O líder soviético ansiava pelo fim dos mesmos de um modo contundente e visava de igual modo o congelamento de futuros desenvolvimentos tecnológicos nesta área. Neste contexto, Khrushchev mantinha o seu cepticismo relativamente à proposta de permitir somente testes nucleares subterrâneos, uma vez que tal permitiria a continuação da corrida ao armamento nuclear, mas a custos muito superiores aos dos restantes métodos (KHRUSHCHEV, BENSON, 2000). As condições dos procedimentos de verificação continuavam a configurar ao líder soviético o espectro da espionagem. Para este, qualquer inspecção só deveria ser realizada após um desarmamento integral, posicionando-se deste modo os oponentes em pé de igualdade (KHRUSHCHEV, BENSON, 2000).

Em 25 de Fevereiro de 1962, o presidente americano insistiu novamente no fim dos testes nucleares por parte da URSS. A resposta soviética, em 7 de Março, consistiu numa reunião entre os ministros dos negócios estrangeiros dos EUA, URSS e Reino Unido em Genebra, para um plano universal de desarmamento comum. Como seria de esperar, a resposta ao plano de Moscovo resultou numa recusa americana ao plano de desarmamento e, concluiu-se com um ultimato de realização de testes nucleares atmosféricos sobre o Pacífico. Os mesmos iniciaram-se em 27 de Abril, chegando a vinte testes em 17 de Junho do mesmo ano (KHRUSHCHEV, BENSON, 2000). O recrudescimento dos testes nucleares consolidou em Nikita Khrushchev a noção de que não seria possível persuadir os EUA no sentido de serem banidos todos os testes nucleares, inclusive os subterrâneos.

²⁹No livro “Nikita Khrushchev: Creation of a Superpower”, Sergey Khrushchev, seu filho, ao contrário da noção geral que perdura, afirma que o seu pai considerava o presidente americano um adversário digno, mas que não toleraria que Kennedy se considerasse superior.

Do lado americano, em 30 de Agosto, o presidente John Kennedy afirmou a disponibilidade em cessar os testes nucleares excepto os subterrâneos, numa óptica de reciprocidade com a URSS, no dia 1 de Janeiro de 1963 (KHRUSHCHEV, BENSON, 2000). Tal proposta incitava os dois países à realização do maior número de testes subterrâneos possíveis até ao dia limite, com o desiderato de levar ao limite a tecnologia militar e, a sua capacidade destrutiva. Com efeito, o ruído das explosões no Pacífico e nas localidades de Novaya Zemlya e Semipalatinsk foi constante nos últimos dias antes da expiração do prazo previamente definido. Ainda assim, mesmo neste período, o líder soviético foi capaz de manter o discernimento. Perante a possibilidade de ser realizado um teste com uma ogiva de 100 mega toneladas, o mesmo retorquiu que não haveria um local no planeta onde tal pudesse ser realizado sem consequências nefastas para todo o globo. Essa ogiva seria utilizada somente para exercer pressão política sobre os adversários da URSS (KHRUSHCHEV, BENSON, 2000). Esta linha de pensamento reflecte bem a metodologia que o líder soviético empregou no decurso da sua actividade, enquanto esteve à frente do destino do seu país.

Ainda que aparentemente o processo de limitação dos testes nucleares parecesse bem encaminhado, Nikita Khrushchev voltou a insistir na limitação de todos os testes nucleares, reafirmando que os dois lados detinham já armas em número suficiente. Mas o presidente americano revelou-se inflexível e Khrushchev acabou por desistir da sua intenção inicial (KHRUSHCHEV, BENSON, 2000). O discurso de Kennedy na Universidade de Washington assinalou ao mundo a base de entendimento existente e, em 4 de Agosto de 1963 o tratado de limitação de testes na atmosfera, no espaço e subaquáticos foi assinado. Concomitantemente, foi também estabelecida a *hotline* entre os dois países, para uso em situações imprevistas, possibilitando um canal de comunicação directo, sem intermediários (KHRUSHCHEV, BENSON, 2000).

A interiorização da insegurança provocada pelas armas nucleares, conduziu a que as negociações de limitação de testes progredissem. Após Khrushchev, Leonid Brezhnev assumiu o poder na URSS e, juntamente com o também novo presidente americano Richard Nixon, foi assinado o primeiro Strategic Arms Limitation Talks (SALT), em Moscovo em 1969 (GADDIS, 2005). Subsequentemente, em 1972, e com os mesmos intervenientes, foi assinado em Viena o acordo SALT II (GADDIS, 2005). O relacionamento entre os dois opositores, e os blocos que ambos encabeçavam - NATO e Pacto de Varsóvia - entrava numa nova fase.

CAPÍTULO II - ESTRATÉGIA SOVIÉTICA

“Mr. Khrushchev, Britain today does not occupy the position that it once did in world affairs. Formerly Britain was the queen of the seas. Britannia ruled the waves and in many respects decided the policies of Europe and even of the world, but now we have become a different kind of country. Today the most powerful states in the world are the United States and you. Therefore a great deal depends on you. . . .”

Harold McMillan, 1959

O relacionamento entre nações está constantemente sujeito a alterações, decorrente de diversas variáveis. Ainda assim, a noção de relacionamento implica uma via de comunicação para o desenrolar das interações entre dois ou mais Estados. Curiosamente, até ao deflagrar da Segunda Guerra Mundial, os EUA e a URSS não tinham um contacto político significativo, mesmo depois do reconhecimento diplomático deste último país em 1933 (GARTHOFF, 1985). A única excepção resumiam-se a trocas comerciais no início de 1920, decorrentes da exploração de petróleo na URSS e no contexto da Nova Política Económica de Lenine, que postulava a importação de tecnologia ocidental para desenvolver, produzir e comercializar os seus recursos naturais (YERGIN, 1991).

O ponto de viragem ocorreu com a necessidade de uma colaboração decorrente da ameaça nazi. Deste modo, após a queda de Hitler, a suspeição e o medo, decorrente de pontos de vista políticos e ideológicos divergentes, conduziram ao período da Guerra Fria (GARTHOFF, 1985). Neste contexto, os EUA não partilhavam os receios dos seus parceiros europeus do ressurgimento de uma Alemanha revanchista. Tal decorria da barreira natural proporcionada pelo Oceano Atlântico e pela sua superior capacidade militar. Já a URSS, não podia contar com esta vantagem. A Polónia, a Alemanha e a Checoslováquia eram encaradas por Moscovo como uma zona tampão a potenciais invasões terrestres (BROWN, MOONEY, 1981).

Para além da potenciação destes países como barreiras defensivas, Stalin tentou expandir ainda mais a sua influência, consolidada na sua intenção de obter bases militares no Estreito de Dardanelos e na Grécia. Esta ambição, combinada com o domínio da Europa de Leste, conduziu ao empenhamento dos EUA na defesa da Europa Ocidental,

primeiro na forma do Plano Marshall, que visava a recuperação da economia europeia impedindo desta forma a expansão do comunismo, e na criação da NATO, em 04 de Abril de 1949. Foi a primeira vez que os EUA aceitaram formalmente a liderança do mundo livre, perante a ameaça comum do comunismo. A resposta soviética traduziu-se no estabelecimento de acordos comerciais bilaterais com a Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Jugoslávia, Polónia e Roménia. A nível político foi criado o COMINFORM³⁰, com o intuito de coordenar os partidos políticos comunistas e o Kremlin (BROWN, MOONEY, 1981).

A saída de Stalin e, a consequente subida de Khrushchev, veio introduzir uma nova dinâmica relacional e estratégica no âmbito das Relações Internacionais. No âmbito da *détente* que começou a emergir com a resolução da Crise de Cuba, desenvolveu-se o fenómeno da cooperação técnico-militar da URSS com os países do Terceiro Mundo. Neste sentido, o CMI soviético competiu na arena internacional com os EUA (BYSTROVA, 2011).

2. O início da *détente*

O despoletar da Crise de Cuba em Outubro de 1962, colocou o mundo à beira da extinção nuclear. Em pleno bloqueio naval à ilha, activado pelos EUA, decorreram tensas negociações entre os dois países. Finalmente, a perspectiva da eliminação mútua decorrente do armamento nuclear colocou um ponto final na crise, em 28 de Outubro de 1962. O período que se seguiu trouxe consigo os primeiros indícios de uma *détente* entre os dois países, consolidado por negociações na limitação de testes nucleares, o estabelecimento de uma *hot line* e um incremento de contactos civis entre as duas potências (NATHAN, 1975).

Quer tenha sido por uma busca consciente de uma *détente*, ou pela adopção de políticas pragmáticas que posteriormente necessitaram de ser legitimadas numa base doutrinal, a verdade é que uma nova visão da política externa do capitalismo, substituiu a interpretação stalinista, que até então constrangia a diplomacia soviética. Mormente, Khrushchev acabou por reconhecer que a política externa americana era o produto de

³⁰ A sede começou por se localizar em Belgrado e posteriormente em Bucareste, decorrente da expulsão do partido comunista da ex-Jugoslávia. O órgão de informação do COMINFORM, com edição semanal, era o jornal “*For Lasting Peace, for People's Democracy*”. O jornal era publicado em várias línguas e a versão chinesa, publicada em Outubro de 1949 teve uma tiragem de 520 000 cópias (MORRIS, 1953)

vários factores, sendo um deles o rumo da URSS. Assim, sendo as decisões do Ocidente baseadas nas acções soviéticas, era necessário, moderar as iniciativas com o desiderato de obter respostas sóbrias por parte do Ocidente (MARANTZ, 1975).

Em 1964, com a publicação de instruções dadas por Lenin aos delegados soviéticos presentes na Conferência de Génova de 1922, foi possível aferir que o mesmo defendia o apoio a alas pacifistas da burguesia, com o objectivo de as mesmas atingirem vitórias eleitorais. Cedo foi afirmado que Khrushchev se limitava a emular as tácticas de Lenin. No entanto, Lenin e Stalin enfatizavam as contradições entre países, ao passo que Khrushchev visava divisões no seio das elites políticas de determinados países (MARANTZ, 1975). Esta diferenciação permitia ao líder soviético potenciar o crescimento de forças moderadas dentro do círculo de poder dos EUA, com recurso à criação de um clima de normalização das relações na comunidade internacional. Em si, era isto que caracterizava a diferença, no que concernia a propostas de paz com o Ocidente, entre Stalin e Khrushchev (MARANTZ, 1975).

Para Stalin, a tensão internacional era inevitável e benéfica, uma vez que dela decorria uma justificação para o controle totalitário com que geria a URSS. Deste modo, pouca diplomacia existia na visão stalinista do mundo, e quando existia nunca poderia ser muito longa, nem muito profunda (MARANTZ, 1975). Khrushchev detinha uma visão antagónica do seu antecedente. Neste contexto, proclamou ser objectivo da política externa soviética reduzir ou eliminar este clima de tensão que, era encarado como prejudicial ao desenvolvimento do processo revolucionário. A liderança soviética, com uma perspectiva pragmática e realista, reconheceu um interesse comum no arrefecimento do clima de tensão, uma vez que normalizadas as relações e atingido um certo clima de confiança, a comunicação entre os dois países sobressararia e, deste modo, seria possível reduzir a ocorrência de uma guerra decorrente de um acidente ou de um engano (MARANTZ, 1975). Paralelamente, e coincidente com a visão de Lenine já supra mencionada, a emergência de um clima de *détente*, potenciaria no Ocidente a influência de círculos moderados com maior inclinação para a cooperação com a URSS, o que permitiria isolar cada vez mais os grupos que se opunham à URSS (MARANTZ, 1975).

No âmbito da análise do prelúdio da *détente*, importa reflectir quais terão sido os reais motivos para o caminho que a liderança soviética optou por seguir. Ou seja, terá Moscovo favorecido a *détente* porque acreditava que a normalização da tensão internacional seria potenciadora de uma revolução à escala mundial ou, ter-se-á socorrido do argumento de que o movimento revolucionário seria beneficiado pelo recurso à moderação,

precisamente porque favorecia a *détente*? Com efeito, a última hipótese afigura-se como a mais provável pelo facto de a liderança soviética ter apresentado justificações ideológicas para as suas políticas ortodoxas e, ter prosseguido no sentido de incrementar a *détente* entre os EUA e a URSS, apesar dos danos que tal provocou nas relações sino-soviéticas (MARANTZ, 1975).

A complexidade pessoal e política de Nikita Khrushchev, foi um dos catalisadores que conduziu à emergência de um período de normalização nas relações entre a URSS e os EUA. O líder que o precedeu, Leonid Brezhnev, intensificou a *détente* como paradigma relacional entre os dois países.

2.1. Correlação de forças

O conceito de correlação de forças é, na concepção soviética, uma ferramenta política ao invés de uma construção científica. Este conceito foi utilizado numa linha de actuação da política externa soviética, como um meio de justificar o status da URSS como um dos pólos de um mundo bipolar, decorrente da sua magnitude militar (LIDER, 1980). O seu campo de aplicação era amplo e cobria um grande número de interesses no âmbito da política externa soviética.

Decorrente da visão soviética, este conceito baseava-se na filosofia marxista-leninista que, postulava o mundo como evoluindo no caminho do Socialismo. Neste sentido, uma correlação favorável implicava um desenvolvimento benéfico nesta visão, bem como de futuras condições de tal vir a suceder (LIDER, 1980). Paralelamente, a massa política e académica soviética, encaravam o sistema internacional num plano relacional entre dois pólos antagonistas que disputavam as dimensões socioeconómicas, sistemas políticos, doutrinas e, também, na dimensão política (LIDER, 1980). Este conceito, subdividido em dimensões relacionais, compreendia quatro matrizes de correlação que serviam para aferir o equilíbrio da correlação de forças: numa visão holística, a escala global era utilizada na verificação da correlação de poder presente no antagonismo da URSS com os EUA ou, no plano ideológico, do Socialismo versus o Imperialismo. Num plano imediatamente inferior, a escala regional, de importância *major*, uma vez que concernia à correlação de poder entre o Pacto de Varsóvia, a NATO e a Europa. Já no âmbito da esfera do sistema Socialista, a correlação entre a URSS e os restantes Estados que o compunham. Por fim, a correlação com a China, desempenhava um papel significativo na

equação mundial do poder (LIDER, 1980). O peso da China era particularmente importante para a actuação de Khrushchev, decorrente das acusações de revisionismo de Pequim e, da influência da China na Comunidade Internacional. Com efeito, do nível mais alto até ao patamar mais baixo da sociedade chinesa, a campanha anti-Khrushchev provocou fricção na interação entre os dois países, decorrente de ter relevado as diferenças de opinião para o nível de conversa puramente informal, o que insultava o líder soviético, mas também porque o mesmo era acusado de erros ideológicos, de subverter a economia chinesa, de ser também o responsável pela carestia de comida na China e de apoiar actos subversivos contra o Mao Tse-Tung e o governo chinês³¹ (SCHECTER, 1963).

No contexto da política militar, decorrente do incremento do poder militar soviético, precedeu-se à assumpção do papel e da influência global da URSS como uma superpotência, valorizando a sua presença na Europa, como relevante para a Europa de Leste e o respectivo equilíbrio de poder nesta zona geográfica. Decorrente das assumpções prévias, postulava-se a predominância da URSS no universo Socialista. Neste sentido, o conceito de correlação de forças é predominante, pois dele decorria o desenvolvimento mundial, à luz da ideologia soviética (LIDER, 1980).

Este conceito era essencialmente dinâmico, decorrente de não utilizar somente indicadores relativamente ao número de forças militares. Traduzia sim, um cálculo relativo da superioridade entre dois opositores, incluindo adversários na arena política internacional (GARTHOFF, 1985). Para o cômputo da equação final, eram considerados uma série de factores económicos, militares, políticos, diplomáticos e psicológicos. O factor militar, compreendendo a força estratégica de armamento nuclear defensivo e ofensivo, não era determinante por si só, sendo um dos factores da equação. Tratava-se de uma forma de visionar todos os factores do poder num contexto mais alargado e, centrando mais o foco no potencial político do poder militar (GARTHOFF, 1985).

Esta visão da combinação dos vários factores do poder teve influência na relação da URSS com o Terceiro Mundo e com o movimento dos Não-Alinhados.

³¹ Como forma de se compreender a posição chinesa, transcreve-se a posição de T'ao Chu, um alto quadro do partido comunista chinês: "Long ago at the Twentieth Party Congress of the Soviet Union, Khrushchev and his like pointed out that Stalin committed the error of individual subjectivism in the suppression of counter-revolutionaries. Comrades! Did we not discuss it at that time? Our conclusion from beginning to end, is that Master Stalin has led a busy life, his meritorious service is great. Of course he made mistakes, too; he made them simply because he did not investigate comprehensively when he handled the affairs concerned. But he should not be the only one to blame for such mistakes. He should be still regarded as the master of the revolution and the good student of Lenin"

2.2. Política soviética e o Movimento dos não-alinhados

A conclusão da Segunda Guerra Mundial precipitou o fim do colonialismo em grande parte de África e da Ásia. Os novos países que emergiram desta ruptura, juntamente com a Jugoslávia, resultante da cisão entre Tito e Stalin, criaram o conceito de Não-Alinhado, com origem na conferência de Bandung, Indonésia, em 1955. Esta posição foi elaborada com o desiderato de impedir que os novos Estados fossem arrastados para a competição das super potências, no contexto da Guerra Fria. Tratava-se de uma ferramenta de política externa, substanciada na neutralidade, que rejeitava a rivalidade entre os dois blocos (ALLISON, 1988). A partir de 1960, os líderes mais influentes deste movimento³², que visavam assumir um papel mais activo na mediação entre as duas super potências antagónicas e, para projecção das suas próprias aspirações, cultivaram a noção de não-alinhamento, suplementando a política passiva e isolacionista baseada na neutralidade até então utilizada (ALLISON, 1988). Neste âmbito, estes Estados tornaram-se numa componente numericamente significativa na ordem internacional, tendo a sua importância sido reconhecida em primeiro lugar, pelos líderes soviéticos (ALLISON, 1988).

Sob a liderança de Khrushchev, a URSS encorajou a emergência do movimento, embora dentro do quadro das suas próprias políticas. Neste âmbito, a estratégia de Khrushchev visava utilizar o movimento dos Não-Alinhados para negar o acesso político e militar do Ocidente aos países do respectivo movimento, visando assim dividendos estratégicos para a URSS. Em Fevereiro de 1956 afirmou, no 20º Congresso do Partido, que uma das missões mais prementes da política externa soviética era o apoio aos países que visassem a neutralidade, independentemente da sua ordem social ou sistema económico (ALLISON, 1988). Este desígnio da política externa soviética, sob a liderança de Khrushchev, fica patente nas estimativas que apontam para a exportação de armamento para o Terceiro Mundo na ordem dos 2.7 biliões de dólares (PORTER, 1984).

³² Jawaharlal Nehru, primeiro-ministro da Índia; U Nu, líder nacionalista da Birmânia; Sukarno, presidente da Indonésia; Gamal Abdel Nasser, presidente do Egipto, Kwame Nkrumah, líder do Gana e Josip Broz Tito, presidente da ex-Jugoslávia

2.2.1. Interacção no Sudoeste Asiático

O pragmatismo de Khrushchev, relativamente à questão da neutralidade, traduziu-se logo em 1957 expressando a sua simpatia e compreensão por Estados como a Índia, Indonésia, Burma, a República Árabe Unida e o Camboja em aderirem a uma política de não participação em blocos militares (ALLISON, 1988). Nesse mesmo ano, a URSS confirmou o estatuto de neutralidade do Camboja. Na sequência deste acontecimento, em 1961 em Belgrado, na cimeira do movimento Não-Alinhados, o líder cambojano, Príncipe Sihanouk, propôs a criação de uma zona de neutralidade ou zona tampão, nas áreas palco de maior confrontação entre os dois blocos (ALLISON, 1988). Tal proposta decorreu da iniciativa soviética na Europa Central em 1950, que reconhecia a legitimidade da neutralidade e da criação de zonas tampão. Neste âmbito, o próximo país a capitalizar a iniciativa do Camboja foi o Laos que, em 9 de Julho de 1962, adoptou uma declaração de neutralidade. Na conferência de Genebra, a 23 de Julho, foi adoptada a neutralidade do Laos pelos Estados representados. Tal levou Moscovo a considerar como imperativo garantir e defender a neutralidade deste país (ALLISON, 1988).

Também em 1962, o Camboja apresentou uma proposta para um acordo sobre garantias internacionais de neutralidade, tendo por base o modelo do Laos, que recebeu uma recepção positiva por parte de Moscovo. Esta iniciativa do Camboja foi caracterizada pela URSS como um importante contributo para a redução da tensão internacional e para o fortalecimento da paz no sudoeste asiático (ALLISON, 1988). A diplomacia cambojana sugeriu uma conferência à semelhança da de Genebra, tendo a URSS e os Estados do bloco de Leste subscrito a iniciativa. No entanto, as potências europeias obstaram à realização de tal iniciativa. Apesar de não serem conhecidas preferências comunistas por parte do então líder do Camboja, as autoridades soviéticas estavam preparadas para fornecer as garantias solicitadas (ALLISON, 1988). Não obstante, o maior programa de assistência militar a um país do Terceiro Mundo ocorreu com a Indonésia de Sukarno que, entre 1958 e 1965, recebeu cerca de 1 bilhão de dólares em armamento soviético (PORTER, 1984).

Em suma, parte do esforço do CMI soviético, sob liderança de Khrushchev, foi canalizado para esta vertente da política externa de Moscovo.

2.2.2. Interação no Médio Oriente

Após chegar ao poder do Egipto em 1954, Gamal Abdul Nasser, tentou concretizar o seu objectivo inicial de criar um estado com um exército forte. Não sendo um apoiante do comunismo, ainda assim oponha-se à intervenção do Ocidente na política egípcia (KREUTZ, 2007). Neste sentido, optou pela neutralidade. Decorrente de não ter sido possível adquirir armamento ao Ocidente, devido à recusa de Nasser em não integrar o bloco militar dominado pelos EUA e assim não pegar em armas contra Israel, a URSS tornou-se o parceiro ideal para as ambições de Nasser (KREUTZ, 2007). Em 1955, foi formalizado um acordo que previa a cedência de armamento com origem na Checoslováquia, com o intuito de não quebrar deliberadamente o convencionado na conferência de Genebra, desse mesmo ano. Neste âmbito, os países do Bloco de Leste providenciaram tecnologia militar no valor de 250 milhões de dólares, com um significado político de grande relevo (KREUTZ, 2007). Paralelamente, Moscovo providenciou a construção da barragem de Assuão, e variados projectos de construção e industriais, muito deles ainda hoje relevantes na economia egípcia. A crise do canal do Suez em 1956, veio revelar o apoio da URSS ao Egipto, no plano das Nações Unidas e no plano geral, tendo sido vital para a mobilização da comunidade internacional. Não obstante, esta situação permitiu aferir a falta de projecção do poder soviético na região. Sem poder naval no Mediterrâneo e sem capacidade para exercer pressão económica às potências invasoras, Moscovo revelou-se incapaz de prevenir ou mediar o evento (KREUTZ, 2007).

Apesar da relevância do Egipto para a política externa soviética, a Síria foi também um foco de atenção, sendo que, em Novembro de 1955, um acordo comercial foi estabelecido entre os dois países. A ampla assistência militar e económica à Síria foi suplementada com a construção de centrais hidroeléctricas e projectos de irrigação de grande escala³³. A nível diplomático, decorrente de uma visita do presidente sírio Shukri al-Quatli a Moscovo, em 1956, a liderança soviética afirmou defender a independência síria (KREUTZ, 2007). A dimensão da cooperação soviética não passou despercebida aos interesses americanos. A doutrina criada pelo presidente americano Dwight Eisenhower, em 1957, tinha como intenção primária combater a progressão da presença soviética no Médio Oriente. Foi neste âmbito, que os EUA se afirmaram contra a existência de um país-

³³ Refira-se que durante a crise do Suez, a Síria apoiou o Egipto fazendo explodir vários oleodutos após o ataque francês, inglês e israelita. Tal deveu-se ao reconhecimento dos sírios da capacidade do líder egípcio em competir *vis-à-vis* com o Ocidente (ANDERSSON, 1995)

satélite de Moscovo sem ter uma fronteira contígua com a URSS. No contexto da tensão resultante da reacção americana, Khrushchev acusou os EUA de prepararem uma agressão contra a Síria e, declarou ser intenção da URSS obstar a tal iniciativa (KREUTZ, 2007).

2.2.3. África e o pós-colonialismo

Coincidentes com os objectivos delineados para as zonas geográficas já analisadas, os objectivos da política externa soviética, sob os auspícios da liderança de Khrushchev, mantinham-se iguais para África: o incremento da esfera de influência de Moscovo e impedir o alastramento do poder e influência capitalista. O súbito número de países africanos que recuperaram a sua independência em 1960, levou a uma intensificação das manobras diplomáticas soviéticas junto destes Estados, traduzidas no reconhecimento da independência e, no estabelecimento de acordos técnicos e comerciais. Paralelamente, vários responsáveis políticos soviéticos desdobravam-se em cerimónias por vários países do continente africano (NATUFE, 2011). Nesse mesmo ano, Khrushchev anunciou a sua intenção de incrementar os contactos diplomáticos com África através de uma digressão por alguns países. No entanto, a anunciada digressão nunca se chegou a concretizar. A confiança inabalável de Moscovo na preferência dos países africanos pela assistência técnica e económica soviética, levou a que tal fosse encarado como um facto consumado (NATUFE, 2011).

No entanto, a situação alterou-se com o falhanço da aliança com o Congo, com a expulsão do embaixador soviético da Guiné e com a independência da Nigéria. Neste último caso, a existência de estruturas sociais mais coesas, os vastos recursos naturais e a sua população, permitiu aos próprios nigerianos e aos observadores estrangeiros antever a liderança deste país no movimento anti-colonial em África (NATUFE, 2011). Este conjunto de factores tornou a Nigéria num palco de conflito no âmbito da esfera de influência entre o Ocidente e a URSS. Apesar de posteriormente se terem concretizado laços diplomáticos, com o estabelecimento de embaixadas, a situação nunca esteve totalmente decidida a favor de Moscovo. Posteriores retrocessos na Guiné e no Congo, levaram Khrushchev a reequacionar a iniciativa diplomática em África. Nos últimos dois anos da sua liderança, a política externa mudou o focus para a Argélia e para o Sudão (NATUFE, 2011).

2.2.4. Alinhamento militar – o fenómeno da neutralidade e do movimento dos não-alinhados

A emergência do fenómeno da neutralidade e do movimento dos não-alinhados teve a capacidade de proporcionar aos dois blocos, Ocidente e Leste, vantagens estratégicas, militares e políticas. No caso da URSS, o conceito de correlação de forças, na visão da política externa soviética, levou ao reconhecimento da importância destas novas dinâmicas. Em contraposição às tentativas do Ocidente em criar alianças com os países do Terceiro Mundo, Moscovo tentou caracterizá-las como intromissões com consequências negativas nos países-alvo e, deste modo, promovia a neutralidade e o não-alinhamento. Neste âmbito, a Ásia foi a zona que maiores preocupações colocou à liderança soviética (ALLISON, 1988).

Os EUA encararam o interesse de Moscovo com preocupação. Neste sentido, logo em 1951, concluíram tratados de defesa bilaterais com as Filipinas. Posteriormente, seguiram-se a Coreia do Sul em 1953 e com a Ilha Formosa em 1954. Adicionalmente, a Austrália, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia, Grã-Bretanha e a França foram signatários do South East Asia Treaty Organisation (SEATO), que visava criar um cordão de segurança contra a China e o Vietname do Norte. Em Fevereiro de 1955 foi criado o Pacto de Bagdad, subscrito pelo Iraque, Turquia, Irão, Paquistão e Grã-Bretanha tendo funcionado como um instrumento de contenção da expansão da URSS na Ásia. À posterior saída de Iraque em 1958, sucedeu-se a criação do Central Treaty Organisation (CENTO), reforçado pela conclusão de acordos militares bilaterais entre os EUA, Irão, Turquia e Paquistão, um ano após. Embora os EUA não fosse um signatário do CENTO, envolveu-se no planeamento de alguns dos comités militares e, comprometeu-se com uma resposta militar em caso de ataque a um dos membros (ALLISON, 1988).

Em resposta a estes acontecimentos, a liderança soviética operacionalizou uma campanha direccionada ao Médio Oriente e à Ásia, com o intuito de promover a neutralidade e o movimento dos Não-Alinhados. Na visão de Khrushchev, a intenção do Ocidente visava dividir o Médio Oriente e o sudoeste asiático para posteriormente recolher dividendos estratégicos. A manobra posterior foi incentivar países como a Turquia, o Irão e o Paquistão a renunciarem a pactos militares (ALLISON, 1988).

De uma forma mais alargada, a política externa soviética encetou várias tentativas de promover a dissolução do CENTO e do SEATO, pese embora o reconhecimento de

que a ameaça decorrente destes tratados era mais de ordem política que militar (ALLISON, 1988). Não obstante, era entendimento da liderança soviética, que a participação nestas duas organizações era um acto político de empenho para com o Ocidente e, concomitantemente, anti-soviético. Ainda que o entendimento fosse o supra mencionado, num patamar pragmático, a URSS visou cultivar relações cordiais com os Estados do CENTO e assim diluir a sua coesão militar. No que concernia à Turquia, decorrente do empenhamento com a NATO, o objectivo era o enfraquecimento deste laço (ALLISON, 1988).

2.2.5. Bases e instalações militares – vantagem estratégica

A projecção de poder na comunidade internacional conta com várias componentes, nomeadamente uma rede de bases militares em países aliados. Servindo propósitos estratégicos tais como armazenamento de munições ou comunicações, entre outros, a concessão de território pelo país anfitrião para a instalação de instalações deste tipo é, usualmente confirmada mediante um tratado.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a vantagem estratégica associada às bases militares pendia para os EUA, que detinham uma rede global massiva de instalações deste tipo em países aliados. Tal decorreu de uma mistura de conquistas, acordos com países aliados e, de acordos temporários com regimes neutrais (ALLISON, 1988). O desenvolvimento desta rede global, era encarado por Stalin como uma experiência de contenção militar, decorrente do número de bases americanas no perímetro da URSS. A URSS, desenvolveu e adquiriu uma estrutura de instalações aéreas e terrestres na Europa de Leste que, foram posteriormente integradas no Pacto de Varsóvia. Só com a revolução cubana em 1960, foi possível à URSS ter uma base avançada de dissuasão estratégica junto a solo americano (ALLISON, 1988). Com a morte de Stalin e a ascensão de Khrushchev, a política externa soviética reequacionou a questão das bases militares no exterior. Neste sentido, os constrangimentos políticos que existiam até então, passaram a ser questionados. Khrushchev não demonstrava objecções no que concernia à retirada de tropas soviéticas de um país, que não estivesse sob controlo directo de Moscovo (ALLISON, 1988). Assim, em 1955 foi tomada a decisão de retirar o efectivo militar da base militar e naval de Porkkala, localizada na Finlândia. Esta base foi negociada no âmbito do tratado de amizade soviético-

finlandeses de 1947³⁴. Nesse mesmo ano, Moscou articulou também com as potências ocidentais a retirada conjunta de efectivos da Áustria. Paralelamente, foi também tomada a decisão de abandonar os direitos de uso exclusivo da base naval em Port Arthur e o uso partilhado do porto de Dairen, na China (ALLISON, 1988).

No geral, a decisão de abandonar as bases foi disputada na reunião do Comité Central soviético. Não obstante, a vontade de Khrushchev prevaleceu sobre a oposição do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Molotov que receava que a decisão criasse um precedente aplicável a outros assuntos, não sendo de excluir a perda da Alemanha de Leste como base militar (ALLISON, 1988). A ofensiva diplomática soviética manteve o curso e, em 17 de Novembro de 1956 foi proposta a eliminação de bases militares, navais e aéreas externas por um período de 2 anos. O intuito da proposta era a criação de zonas com limitação de armamento e a promoção do desarmamento. Não obstante, a mesma não foi encarada pelo Ocidente como válida, decorrente de contemplar concessões assimétricas pelos dois blocos. Apesar da recusa, a liderança soviética continuou a pressionar a Islândia e a Itália a renunciarem às bases americanas ou da NATO (ALLISON, 1988).

No âmbito da estratégia soviética de prevenir a instalação de bases militares do Ocidente nas proximidades da sua fronteira, continuaram a ser monitorizados os países do Terceiro Mundo com preferências políticas por esse bloco, sendo constante a preocupação soviética com este tipo de instalações. A posição soviética de que as bases militares nos países do Terceiro Mundo podiam introduzir volatilidade nas relações entre os dois blocos, tornou-se evidente com a iniciativa soviética de estabelecer uma base de mísseis nucleares em solo cubano em 1962 (ALLISON, 1988).

No que concerne ao movimento dos Não-Alinhados, e no contexto dos conflitos entre as grandes potências, a questão das bases militares continuou no decurso da década de 60, a não merecer a disponibilidade para concessões. Esta determinação ficou patente na conferência do Cairo, em 1964. Estas instalações foram descritas como uma ameaça à liberdade e à paz internacional. Adicionalmente, houve lugar a uma condenação da intenção do Ocidente em instalar bases militares no Oceano Índico. Mormente, as potências ocidentais foram instadas a removerem as suas bases e respectivos efectivos militares dos países anfitriões (ALLISON, 1988). Para a política externa soviética esta decisão, que ia ao

³⁴ O acordo permitia à URSS usar os caminhos-de-ferro, rios, estradas e vias aéreas necessárias para o deslocamento de efectivos e carga da URSS para a base naval. Para além disso, podiam utilizar todas as formas de comunicação entre a base e o território soviético. A base situava-se a poucos quilómetros de Helsínquia, o que na prática permitia à URSS deslocar efectivos junto da capital finlandesa (JACKSON, 1948)

encontro das aspirações de Moscovo, foi declarada como estando inscrita nas resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, sobre esta temática, tendo afirmado tais decisões como um movimento alargado na luta contra o Imperialismo (ALLISON, 1988).

O diferencial entre a vantagem estratégica americana e soviética, no contexto das bases militares no estrangeiro, levou a liderança soviética a promover a política subjacente ao movimento dos Não-Alinhados num quadro de disputa política com o Ocidente. No que concerne ao referido movimento, no quadro desta disputa, houve uma intenção de recolher dividendos, decorrente da manutenção do estatuto dos países-membros na neutralidade e na posição de não-alinhamento. Tal orientação, permitia um equilíbrio estratégico de obtenção de concessões por parte dos dois blocos (ALLISON, 1988).

2.2.6. Tratados de cooperação e amizade

Um tratado formaliza a relação entre nações e define as regras da interacção entre as mesmas na arena da política internacional. Pela sua natureza, são considerados como mais vinculativos e representativos das intenções dos respectivos signatários do que qualquer outra forma de acordos internacionais, sendo por isso mesmo, um importante indicador de política externa (IMAM, 1983).

No contexto da Guerra Fria, os tratados de cooperação e amizade foram utilizados por Khrushchev como um meio de propagar a esfera de influência soviética. A crítica do líder soviético ao culto de personalidade de Stalin e ao consequente período de destanilização que se seguiu, repercutiu-se no contexto diplomático na forma de tratados de cooperação e amizade (STONE, 2012). Com o intuito de contornar a exclusão de alianças militares formais e pactos no Terceiro Mundo, a liderança soviética optou por uma série de negociações bilaterais de segurança com Estados asiáticos e africanos mediante tratados de amizade e cooperação. As implicações subjacentes à conclusão destes tratados para os parceiros do Terceiro Mundo variaram de caso para caso mas, pode-se inferir que a política de não-alinhamento de alguns Estados do Terceiro Mundo ficou comprometida (ALLISON, 1988). A figura diplomática do tratado sempre foi encarada pela liderança soviética, desde Lenin, como a ferramenta ideal para a prossecução das relações da URSS com o mundo exterior. Sob a liderança de Khrushchev, o recurso aos tratados foi incrementado, tendo-se constituído como uma ofensiva cultural e económica nos primeiros dois anos da sua liderança, da qual resultou a assinatura de mais de 300 tratados com cerca

de 40 parceiros. Deste total, a grande maioria tratavam-se de nações africanas e asiáticas, sendo que em 1955 foram firmados 143 tratados (135 dos quais bilaterais) e, 167 em 1956 (dos quais 142 bilaterais). Esta iniciativa de Khrushchev, tratou-se de um período de dois anos em que o governo soviético concluiu o maior número de tratados (TRISKA, SLUSSER, 1956).

Um desses tratados, foi concluído com a Coreia do Norte em 1961 e previa assistência militar e outra somente em caso de ataque, isto é com carácter defensivo e não ofensivo (SAHPIRO, 1975). Este tratado, reflecte bem a dinâmica inerente ao fenómeno da neutralidade no contexto da época e, os dividendos que eram possíveis arrecadar com o fenómeno. No contexto da Guerra da Coreia, ficou patente o descontentamento da liderança norte-coreana relativamente a Moscovo, decorrente da percepção de falta de apoio no que concernia a equipamento militar e à assistência económica no período pós-guerra. Este descontentamento acentuou-se ainda mais com política de destalinização empreendida por Khrushchev em 1956, o que causava desconforto ao líder norte-coreano Kim Il-Sung por recear ser rotulado como “stalinista”, devido às consequências desastrosas da recente implementada política na Europa de Leste e, pela reacção da China comunista de desagrado pelos ataques a Stalin (SAHPIRO, 1975). Ainda assim, foi afirmado o apoio soviético, durante 1950 e 1960, às ambições norte-coreanas de reunificação por meios militares ou pela fomentação de bolsas de revolta na Coreia do Sul, caso Kim-Il Sung se submetesse aos desígnios de Moscovo³⁵. À relutância inicial de Pyongyang, seguiu-se a recusa frontal, o que levou a liderança soviética a afirmar que não contemplariam qualquer esforço no domínio da reunificação, sem ser através de negociações bilaterais (SAHPIRO, 1975).

A partir de 1960 até 1964, a liderança soviética intentou captar a lealdade norte-coreana, decorrente da pressão de Pequim. Não obstante, a Coreia do Norte manteve o rumo da neutralidade, não só devido à sua posição geográfica, mas também devido aos benefícios económicos adquiridos no âmbito deste posicionamento. Não é de excluir que a preferência pela neutralidade do regime norte-coreano, tenha conduzido a URSS em 1961 a anunciar o cancelamento imediato de 90 milhões de dólares da dívida norte-coreana a Moscovo (SAHPIRO, 1975). Não obstante, na disputa pela atenção da Coreia do Norte,

³⁵ O líder norte-coreano considerava a URSS como um aliado em que não podia confiar. Khrushchev visitou primeiro os EUA em detrimento da China e, após ter visitado os EUA, não visitou a Coreia do Norte. Somente três dias após Khrushchev ter partido para visitar o seu principal rival, a Coreia do Norte colocou-se ao lado da China na questão disputa fronteiriça com a Índia (SZALONTAI, 2005)

quer Pequim quer Moscovo, acabaram por assinar em 1961 tratados de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua, em caso de ataque. Não obstante a determinação norte-coreana em implementar a reunificação, Moscovo não pretendia nenhum envolvimento militar nas ambições de Kim-Il Sung. A intenção base, difundida pela política externa de Khrushchev era limitar a influência chinesa no sudoeste asiático, no contexto da interacção com os EUA na era da *détente* (SAHPIRO, 1975). Deste modo, verifica-se que o recurso a tratados desta natureza na liderança de Khrushchev, era um prolongamento da política externa soviética, baseada na contenção dos seus opositores na comunidade internacional, em contextos geográficos considerados vitais para os interesses soviéticos.

2.3. O domínio marítimo

Uma das ambições inerentes a uma grande potência, é a capacidade de projecção de poder. Neste contexto, ao longo da história, uma marinha de guerra sempre teve um papel preponderante. A capacidade de operacionalizar capacidades militares ao largo da costa de um actor internacional, em qualquer ponto geográfico e de forma expedita, é um factor de dissuasão explícito.

No quadro da Guerra Fria, o foco da rivalidade entre a URSS e os EUA, centrou-se na questão nuclear. Não obstante, o que levou à difusão da Guerra Fria pelos vários actores da comunidade internacional foi, em grande parte, A capacidade naval dos dois opositores. Na tradição estratégica soviética, as forças aéreas e terrestres tiveram sempre maior preponderância do que a força naval, pese embora a influência que exercia nas prioridades estratégicas, sem ser o suficiente para as definir. No quadro da visão da doutrina marxista-leninista, a liderança soviética acreditava que qualquer conflito na Europa rapidamente se transformaria numa guerra global, em que ocorreria o embate dos dois sistemas sociais. Assim, os estrategas soviéticos, tinham a noção que os primeiros ataques nucleares determinariam o resultado final do conflito. Mas, paralelamente, reconheciam a importância da preparação das forças armadas para uma guerra convencional, já nas fases finais da guerra (NELSON, 1978).

A emergência da URSS como a segunda maior potência naval, logo atrás dos EUA, ocorreu após a morte de Stalin e a subida de Khrushchev (SONDHAUS, 2004). Em Setembro de 1959, no decurso da sua visita aos EUA, visitou a baía de São Francisco onde se encontrava um porta-aviões americano. Ao ver a embarcação, declarou ao seu

interlocutor Henry Cabot Lodge³⁶, que lastimava a presença de marinheiros numa plataforma móvel marítima tão vulnerável³⁷ (ANDY, JOSHUA, 2006). O líder soviético discordava do plano traçado durante o período de Stalin, considerando os porta-aviões como unidades ultrapassadas pelo armamento nuclear. Neste sentido, procurou inteirar-se de toda a situação no que concernia à construção, e custos associados, dos navios de guerra em fase de construção. Os custos relacionados com o combustível impressionaram-no de sobremaneira, sendo que o combustível alocado anualmente à Ucrânia era consumido pela frota do Mar Negro numa missão no mar. Khrushchev encarava a operacionalização dos navios de guerra ainda em construção como um fardo financeiro. Para além disso, os submarinos eram várias vezes menos onerosos (KHRUSHCHEV, 2000).

Em Janeiro de 1956, Khrushchev confiou ao Vice-Almirante Sergei Gorshkov a missão de implementar a sua visão, nomeando-o como Comandante da Marinha. Gorshkov, desenvolveu a sua actividade dentro dos limites impostos pelo líder soviético, que permitiu apenas a construção de navios de guerra menores, desde que estivessem armados com mísseis. Desta forma, constituíam-se como plataformas para a guerra anti-submarina (anti-submarine warfare ASW), em especial contra os submarinos americanos equipados com mísseis Polaris (SONDHAUS, 2004). A prioridade de Khrushchev eram os submarinos, por serem menos onerosos e, poderem ser utilizados como vectores de lançamento de mísseis nucleares em caso de conflito.

Para a doutrina soviética, os oceanos eram encarados como a continuação da massa terrestre, o que levou à adopção nos anos 60 de um horizonte operacional para a marinha soviética com um perímetro de até 2000 quilómetros a partir de solo soviético. O determinismo geográfico era ponderável na doutrina estratégica da URSS (NELSON, 1978). Para o domínio dos oceanos se efectivar, deveria ser exercido controlo em áreas estratégicas vitais denominadas “pontos de estrangulamento”. Neste âmbito, o domínio do Canal do Suez, o estreito de Bab El Mandeb, o estreito de Ormuz, o Golfo Pérsico, o estreito de Malaca e as rotas marítimas ao redor de África e das Caraíbas eram factores-chave no controlo dos oceanos. Para tal, Gorshkov desenvolveu para a liderança soviética, uma vasta frota de submarinos com propulsão nuclear e capacidades nucleares ofensivas, com capacidade de atingir o território inimigo, criar disrupção nos canais de comunicação e

³⁶ Representante permanente nas Nações Unidas entre 1953 e 1960

³⁷ Adicionalmente, afirmou ao seu interlocutor que a URSS dispunha de avião, ANTONOV AN-10, que tinha a capacidade de aterrar em aeroportos não equipados e com capacidade para transportar centenas de passageiros

destruir navios de superfície e submarinos. Paralelamente, Moscovo operacionalizou também a expansão da marinha mercante, a frota de pesca e de investigação oceanográfica e hidrográfica (NELSON, 1978).

A decisão de Khrushchev em fortalecer a frota com submarinos armados com mísseis, cujo auge ocorreu em 1958, permitiu à URSS dispor da maior frota da história, no que concernia a esta tipologia de embarcações (SONDHAUS, 2004). Apesar deste facto, a Crise dos Mísseis de Cuba em 1962 veio alterar o desígnio de Khrushchev relativamente a uma frota de superfície. O bloqueio naval imposto pelos EUA, na sequência do intenso momento e das negociações no contexto da referida crise, concorreram para que a capitulação de Khrushchev na definição dos meios da marinha de guerra se iniciasse. O Vice-Almirante Sergei Gorshkov, facilmente ganhou apoios para iniciar a suplementação dos navios de guerra de superfície, em contraponto à decisão inicial de Khrushchev. Neste contexto, e antes de ser substituído por Brezhnev, autorizou a construção de 4 cruzadores, cada um com 6000 toneladas (SONDHAUS, 2004).

2.4. *Aktivnyye meropriatia* - As medidas activas como ferramenta da política externa soviética

No âmbito da estratégia soviética, importa referir uma das opções utilizadas por Moscovo, no quadro da Guerra Fria, contra o Ocidente e os EUA em particular. No caso de Khrushchev, o enquadramento da Crise de Cuba e a questão nuclear, foram um campo fértil para a implementação de um conjunto de medidas, em paralelo com outras de carácter mais convencional, com o objectivo de proporcionar ganhos estratégicos à URSS. Trata-se do conceito de **medidas activas** (*aktivnyye meropriatia*), que se traduz por um conjunto de técnicas, encobertas ou ostensivas, com o intuito de influenciar as decisões políticas de outros governos, minar a credibilidade dos seus líderes e instituições, provocar disrupção nas relações com outras nações e, desacreditar e enfraquecer actores governamentais e não-governamentais (SHULTZ, GODSON, 1984).

Para a liderança soviética, a questão da guerra e da política eram indissociáveis, sendo a política um acto contínuo de guerra conduzido numa miríade de formas, incluindo operações militares (SHULTZ, GODSON, 1984). Neste quadro mental, Moscovo socorria-se de um leque alargado de opções, na vertente militar ou outras, contra os seus adversários. No contexto das **medidas activas**, o seu uso derivava da necessidade de

alcançar os objectivos inerentes à política externa soviética, potenciando o fortalecimento de aliados e enfraquecendo os oponentes. A sua operacionalização era tanto qualitativa como quantitativa e, sustentada durante longos períodos de tempo, sendo esta metodologia totalmente enquadrada na estratégia global soviética como mais uma componente de um quadro maior, sendo que para a prossecução destas iniciativas, eram dedicados extensos recursos financeiros e organizacionais, o que traduzia a importância desta componente para a estratégia soviética (SHULTZ, GODSON, 1984). Na doutrina soviética, as **medidas activas** dividem-se em dois blocos, compostos por **técnicas ostensivas**, cujo canal preferencial de veiculação da propaganda são órgãos de comunicação social soviéticos de projecção internacional e, **técnicas encobertas**, cujo *modus operandi* visava a utilização de organizações internacionais e de agentes de influência para condicionamento de vários actores na comunidade internacional (SHULTZ, GODSON, 1984).

O período que se seguiu ao final da Segunda Guerra Mundial, caracterizou-se pela proliferação e refinamento das técnicas de propaganda e de influência política. Entre 1960 e 1980, e com recurso à propaganda no contexto das **medidas activas**, a URSS era retratada como sendo um paradigma da sociedade quase perfeita. Esta propaganda era direccionada para os opositores de Moscovo e respectivos aliados: os EUA, NATO e outros países aliados. No que concerne ao uso de **técnicas ostensivas**, o meio privilegiado para a transmissão desta propaganda era o Pravda e a revista New Times, ambos politicamente alinhados com os desígnios do Partido Comunista soviético (SHULTZ, GODSON, 1984). Entre 1960 e 1962, a liderança soviética empregou o uso de termos como “agressividade, militarismo e sabotagem das propostas soviéticas de paz e de desarmamento” como argumentos num esforço colectivo de propaganda dirigido ao Ocidente. Os EUA, NATO e aliados eram referidos como os grandes obstáculos à paz e cuja presença de “círculos agressivos” nestes países e respectivos aliados se constituíam como uma frente política de obstrução às propostas de desarmamento de Moscovo. Mormente, era apontada a existência de forças concretas no interior do Pentágono que visavam promover os testes nucleares, os gastos relacionados com a defesa, a acumulação de armas nucleares e, de se encontrarem na retaguarda de actos provocatórios, tal como o incidente com o avião espião americano U2. Os EUA foram culpabilizados, decorrente da agressividade e do militarismo, pelas crises de Cuba, Congo e Laos (SHULTZ, GODSON, 1984).

Concomitantemente, a questão de Berlim foi também alvo do foco da propaganda soviética. Neste caso, foi apresentada uma caracterização mais negativa dos EUA, salientando-se a conduta americana como causadora de um agravamento da tensão

internacional e, como catalisadora da intenção do mundo capitalista em iniciar uma corrida ao armamento e na tomada de acções com vista à preparação para uma guerra. Logo após, em 1962, o tema preferencial da propaganda soviética foi a questão nuclear e a doutrina da resposta flexível de Kennedy, baseada na estratégia do primeiro ataque (SHULTZ, GODSON, 1984). Neste sentido, as acções americanas na comunidade internacional eram expostas como estando em contraponto à intenção soviética de atingir um mundo livre das armas nucleares. Assim, os EUA eram acusados de tentar militarizar o espaço, promover o uso indiscriminado de armas biológicas e químicas, de proporem planos de desarmamento cujo objectivo real era incapacitar o sistema soviético de defesa e, de caracterizar o Secretário de Defesa Robert McNamara como “o Napoleão do nuclear” (SHULTZ, GODSON, 1984).

A NATO, como força opositora ao Pacto de Varsóvia e, consequentemente dos desígnios soviéticos, foi também objecto de atenção da propaganda soviética. Com recurso a um alegado revanchismo germânico, foi intenção de Moscovo provocar uma cisão na NATO. A Alemanha Ocidental foi representada como uma séria ameaça à paz na Europa, decorrente de orquestrar um ressurgimento, em larga escala, do fascismo. Neste âmbito, era realizada a colagem dos EUA a esta problemática, sendo difundida a presença das forças militares americanas em Berlim Ocidental como uma fonte de tensão e conflito, sendo um dos objectivos, a transformação da cidade numa base militar (SHULTZ, GODSON, 1984).

No âmbito das actividades da *intelligence* americana, a liderança soviética visou a *Central Intelligence Agency* (CIA) afirmando a alegada manipulação desta agência do Peace Corps³⁸ para a consumação dos seus programas globais de espionagem. Concomitantemente, foram denunciadas as acções da CIA na Alemanha Ocidental, uma vez mais como provocadoras de atrito e de tensão, decorrente dos actos destabilizadores provocados neste local. Por fim, incrementando a pressão sobre a CIA, Moscovo denunciava a falta de controlo por parte do Congresso americano sobre as actividades da organização (SHULTZ, GODSON, 1984).

No que concerne às **técnicas encobertas**, Khrushchev privilegiou o uso de organizações internacionais e de agentes de influência, com o intuito de atingir os seus objectivos. Neste sentido, a ofensiva política socorria-se tantos de medidas ostensivas

³⁸Programa governamental americano, de base voluntária, com o objectivo de prestar assistência técnica e promoção e apoio na compreensão da cultura e valores americanos a países terceiros. O programa foi criado em 1961, pelo então presidente John F. Kennedy

como encobertas, incluindo diplomacia e negociações, para influenciar políticas e eventos em países alvo ou noutros actores internacionais. No que concerne ao uso de organizações internacionais, Moscovo adoptava um perfil discreto nas suas interacções com estes actores. Uma das medidas subjacentes a esta discrição era tentar sempre não imiscuir cidadãos soviéticos em cargos de direcção ou de relevo, evitando assim a projecção mediática. Não obstante, o controle era sempre uma peça central no funcionamento destas interacções. Uma destas organizações tratou-se do World Peace Council³⁹ que, promovia os objectivos da política externa de Moscovo, opondo-se aos programas e às políticas dos EUA e da NATO (SHULTZ, GODSON, 1984).

Outra metodologia inerente às **técnicas encobertas**, era o uso de agentes de influência em países estrangeiros com o objectivo de apoiar e promover as condições políticas desejadas por Moscovo. Estes elementos nem sempre actuavam conscientemente, ou seja, podiam desenvolver actividades em prol dos interesses soviéticos sem terem uma noção exacta dos seus actos. Em oposição, os agentes conscientes, detinham total conhecimento que as suas acções eram comandadas pelo superior interesse de Moscovo. No geral, estes agentes ocupavam posições que permitissem a propagação de acções de influência, tais como jornalistas, responsáveis governativos, líderes sindicais, académicos, *opinion makers*, artistas ou outros (SHULTZ, GODSON, 1984).

³⁹Organização internacional que defende o princípio da co-existência pacífica, o desarmamento universal e promove campanhas contra o imperialismo, armas de destruição em massa e todas as formas de discriminação

CAPÍTULO III – CMI SOVIÉTICO

“The basis of our defense is strategic missiles. Intercontinental and medium-range missiles can strike anywhere on the territory of an enemy, regardless of how far away it is or how well it is defended. Even if someday people learn how to shoot down missiles, some of them will always penetrate, and even a few warheads are enough to scare off any aggressor”

Nikita Khrushchev, 1963

3. Enquadramento político

A sofisticação industrial e tecnológica, aplicada ao domínio militar, ocorrida no contexto da Primeira Guerra Mundial, traduziu-se numa carnificina até então nunca testemunhada⁴⁰. Tratou-se de uma guerra, centrada no palco europeu, que exigiu a congregação de sinergias em várias dimensões: política, industrial, militar, cultural e social. A dimensão e a intensidade do conflito repercutiram-se na retaguarda dos respectivos países beligerantes, uma vez que a resposta na produção de armamento às solicitações do campo de batalha tinha de ser equiparada.

A Segunda Guerra Mundial operou uma escalada em termos do número de actores envolvidos, um vasto número de nações concentradas em dois blocos, Aliados e o Eixo, e no que diz respeito à abrangência geográfica, que envolveu um conjunto alargado de países. Tratou-se de uma guerra global que intensificou ainda mais o estado de preparação e de alocação de recursos financeiros, materiais, científicos, tecnológicos e humanos ao esforço de guerra (BORDEN, 1989). Este esforço concertado, envolvendo os vários quadrantes das sociedades modernas, levou à denominação deste fenómeno, pelo presidente americano Dwight D. Eisenhower, de “Complexo Militar e Industrial”. Eisenhower, no seu

⁴⁰ Não se afigura como verosímil apontar um número exacto para os milhões de mortos no decorrer desta guerra. Tal deve-se ao facto de alguns países não terem um eficaz sistema de registos de óbitos, uns não terem um sistema de todo ou, utilizarem metodologias diferentes no que dizia respeito a categorias: civis ou combatentes, mortos no campo de batalha ou em hospitais. Não obstante, existe algum consenso na ordem dos 30 milhões de mortos

discurso de despedida da presidência, alertou a sociedade americana para a influência indesejada da indústria de defesa (EISENHOWER, 1961).

Com efeito, o século XX testemunhou a emergência em larga escala de conflitos militares, consolidados nas duas guerras mundiais. Tratou-se de um empenhamento profundo com o envolvimento da retaguarda e da frente de combate, o que levou ao estabelecimento de economias militarizadas, que se traduziu pelo envolvimento entre o aparelho governativo, militar e industrial (BYSTROVA, 2011). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a situação alterou-se e ocorreu a redução drástica das despesas de âmbito militar por parte dos países beligerantes. Ainda assim, o surgimento da Guerra Fria, voltou a canalizar recursos para o contexto militar, o que resultou numa corrida às armas, em tempo de paz. Os processos que concorreram para a formação e o desenvolvimento do CMI coincidiram nos EUA e na URSS (BYSTROVA, 2011).

3.1. A importância nas Relações Internacionais

O conceito definido pelo presidente Eisenhower é de difícil aplicação directa à realidade soviética vivida no período da Guerra Fria. Com efeito, vários académicos apontaram dificuldades na tradução do fenómeno de interligação industrial e militar à estrutura soviética nesta época, chegando mesmo alguns a afirmar que se os EUA tinham um CMI, a URSS era um CMI (BARBER, HARRISSON, 2000). Não obstante a divisão existente no mundo académico sobre este tema⁴¹, uma vez que as estruturas políticas e sociais não são equiparáveis à realidade ocidental e, decorrente da forma como se aborda o tema utilizando uma maior ou menor latitude relativamente aos vários sectores envolvidos, torna-se necessário aferir um denominador comum que permita uma base de trabalho sólida para a presente dissertação. Neste sentido, utilizar-se-á uma conceptualização da autora Irina Bystrova que abrange, para além das componentes militar e industrial, um campo mais alargado, envolvendo o domínio político, social, científico e técnico:

⁴¹ Por exemplo: HOLLOWAY, D. (1983). *The Soviet Union and the arms race*. New Haven, Yale University Press; BYSTROVA, IRINA (2011). *Russian Military-Industrial Complex*. Aleksanteri Inst. Kikimora Publications. Helsínquia; BARBER, J., & HARRISON, M. (2000). *The soviet defence-industry complex from Stalin to Khrushchev*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, Macmillan Press.

“a powerful corporation that represented the common interests of social-political groups associated with the provision of the USSR’s national security: professional soldiers, party and state officials, representatives of the security agencies, and scientific-technical circles. In our view, the term “power elite” applies even more closely to the Soviet VPK than to the American, where the element of [private] property relations and economic dominance somewhat obscured a “pure” portrayal of political power”

Em BARBER, J., & HARRISON, M. (2000). *The soviet defence-industry complex from Stalin to Khrushchev*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, Macmillan Press.: pp 23

No contexto da presente dissertação, irá ser dedicado o esforço analítico à liderança de Khrushchev, que se tornou numa figura marcante da política externa soviética e que, no plano interno, visou operar uma alteração da estrutura militar decorrente da sua opção pelo armamento nuclear, em detrimento da vertente convencional. Neste sentido, o líder soviético anunciou medidas unilaterais de redução de efectivos militares e, paralelamente, apresentou propostas de desarmamento que visavam ir ao encontro das exigências do Ocidente (BYSTROVA, 2011).

No âmbito das Relações Internacionais, o CMI soviético era o maior fornecedor de armamento aos países do Terceiro Mundo e o líder da indústria militar de todo o bloco soviético, tornando-se desse modo num actor constante nas interações da comunidade internacional (BYSTROVA, 2011). A propaganda oficial e os círculos académicos soviéticos consideravam a existência do fenómeno do CMI como pertencendo ao domínio do capitalismo e, como tal, dentro de uma lógica agressiva e reaccionária do mundo Ocidental. Deste modo, foi sempre negada a existência de tal ocorrência na URSS. Não obstante, foi com Stalin que se desenvolveram as fundações de uma indústria de defesa, no início de 1930. A dimensão dos programas militares então delineados permitiram o desenvolvimento, em larga escala, de uma nova indústria associada ao ramo da Defesa (BYSTROVA, 2011). Mormente, foi também nesta época que se intensificaram as relações da profissão militar com a indústria, detendo o primeiro actor a prevalência no processo produtivo da indústria associada à Defesa. Esta interacção foi-se desenvolvendo, marcada por momentos chave, que foram redefinindo o curso da pesquisa e desenvolvimento de cariz militar. Com efeito, o ramo militar foi primordial no desenvolvimento do CMI soviético que, em 1960, passou a ser coordenado pela Comissão do Presidium do Conselho de Ministros da URSS. A elite militar, os marechais e generais tinham influência política e desempenharam um papel substancial no desenvolvimento de armamento inovador,

nomeadamente no que concernia a mísseis. Paralelamente, na Academia de Ciências, existia também um grupo de pressão em prol da indústria militar, concentrado nos departamentos de ciências técnicas e físicas (BYSTROVA, 2011).

Neste contexto, é possível citar uma divisão em seis períodos temporais, coincidentes com episódios históricos, no âmbito do CMI soviético. O primeiro período refere-se ao rearmamento e subsequente criação e desenvolvimento da indústria de defesa soviética independente, no início de 1930. O segundo período diz respeito à prioritização do esforço de guerra, entre 1938 e Junho de 1941, para o que se viria a tornar na Segunda Guerra Mundial. A eclosão da guerra e a sua dispersão pelo globo, enquanto fenómeno militar de escala global, constituiu-se como o terceiro momento, entre 1941 e 1945, onde se assistiu a um pico da militarização. Sublinhe-se que, os até agora enumerados três períodos, ocorreram sob a supervisão de Stalin. O quarto período tratou-se do momento singular que consistiu na Guerra Fria e que operou uma corrida ao armamento em tempo de paz, em particular no domínio nuclear. O quinto período refere-se à expansão além-fronteiras do CMI soviético a outros actores da comunidade internacional, em particular do Terceiro Mundo. Por fim, já em meados de 1980, as tentativas de reforma do fenómeno do CMI (BYSTROVA, 2011).

3.2. A relevância no PACTO DE VARSÓVIA

No contexto da presente dissertação, a Europa de Leste constituía-se como a principal esfera de influência da URSS, sendo que a sua hegemonia contemplava as dimensões política, económica, ideológica mas, acima de tudo, militar. Tal influência, consubstanciada no MIC soviético, advém da decisão de Stalin em expandir os interesses soviéticos a esta região no período do pós-guerra, decorrente da importância vital desta zona para a defesa das fronteiras, funcionando como uma zona tampão e como primeira linha de defesa. Mormente, a presença do poder militar soviético foi uma componente relevante para a criação dos Estados comunistas nesta zona, excepto no que respeita à ex-Jugoslávia, Albânia e à ex-Cecoslováquia (JOHNSON, 1981).

No final dos anos 40 e 50, as defesas aéreas operacionalizadas na região permitiam à URSS defender o seu território contra eventuais ataques de bombardeiros americanos e ingleses, com capacidades nucleares. Para além da vertente defensiva, a Europa de Leste poderia também ser utilizada como uma plataforma ofensiva avançada. O recrutamento

obrigatório foi introduzido em todas as Forças Armadas, tendo resultado em 1953, num incremento de cerca de um milhão e meio de efectivos. Paralelamente, o equipamento militar soviético substituiu, em ritmo acelerado, o armamento obsoleto da Segunda Guerra Mundial. Para além da presença de efectivos humanos e materiais, no decurso da liderança de Stalin, a cadeia de comando dos exércitos da Europa de Leste era preenchida por oficiais comunistas e pró comunistas, usualmente de baixo estrato social com pouca ou nenhuma experiência militar. Ainda assim, estes oficiais estavam subordinados a oficiais soviéticos, com a mesma nacionalidade que estes últimos, mas que tinham previamente prestado serviço militar no Exército Vermelho como cidadãos soviéticos. A organização interna, metodologias de treino, a doutrina militar, tácticas e, até os uniformes eram conformes com os ditames soviéticos em vigor na altura. Mormente, centenas de conselheiros soviéticos marcavam presença nos exércitos dos países da Europa de Leste, constituindo-se como uma cadeia de comando à parte e, respondendo directamente a Moscovo (JOHNSON, 1981).

Com a chegada de Khrushchev, as considerações económicas passaram a ser relevantes, sendo considerado pouco racional a alocação de recursos militares realizada por Stalin, na Europa de Leste. Neste sentido, as divisões de Infantaria foram substituídas por divisões motorizadas com o intuito de diminuir o número de efectivos, no quadro da nova realidade da era nuclear. Paralelamente, os exércitos de leste foram equipados com tanques T54 e T55, aviões MIG-21⁴² e SU-7, e outro tipo de equipamentos. Adicionalmente, alguns destes exércitos receberam também veículos de lançamento de mísseis nucleares, embora as ogivas permanecessem presumivelmente em solo soviético. Este esforço, levou a que fosse operada uma harmonização de armamento, sendo abandonadas as capacidades de produção de armamento dos países da Europa de Leste, sendo exemplo o desmantelamento da recente indústria de aviação militar da Alemanha de Leste e o fim do desenvolvimento, do lado polaco, de aviação de combate, em 1969. Tudo isto, inseria-se na conceptualização de empenhamento militar da aliança no âmbito do Pacto de Varsóvia, desenvolvida no início de 1960, que redefinia e expandia o papel dos exércitos de leste no planeamento militar soviético. A aplicação prática deste conceito traduziu-se em exercícios militares de grande escala, em vários períodos, destacando-se o denominado “*Brothers in Arms*”, em Outono de 1961, em evidente conexão com a crise de Berlim (JOHNSON, 1981).

⁴² Para além da Europa de Leste, os MIG-21 foram também vendidos a vários países, nomeadamente à Índia, que soube tirar proveito da rápida deterioração da relação entre Moscovo e Pequim (DEVEREUX, 2009)

Apesar de terem sido desactivados alguns programas industriais de equipamento militar, existiam projectos locais com muito sucesso que perduram para além da liderança de Khrushchev. Um desses programas, do qual a URSS era totalmente dependente, era o avião a jacto de treino Delfin L-29, originário da ex-Tchecoslováquia. O facto de o mercado internacional se encontrar saturado por produtos de similar qualidade levou a que o esforço produtivo se concentrasse no Pacto de Varsóvia, não obstante tivesse existido a intenção de encontrar outros mercados (CUTLER ET AL, 1987). Ainda assim, o sucesso de alguns programas, serviam apenas para camuflar o facto de a tecnologia militar e industrial dos países de Leste estar a definhar, não tendo capacidade de ultrapassar a obsolescência perante os rivais internacionais, sendo que as licenças de co-produção de 1950 não estavam a ser renovadas. Ainda a agravar a situação, após 1961, nenhum país de Leste recebeu novas licenças de produção de nenhum sistema relevante soviético de armamento, com a excepção de tanques. Como forma de obstar a este declínio crescente, a indústria militar dos países de Leste, com as suas tradicionais linhas de produção, continuaram a desenvolver armamento de base soviética e, paralelamente, foram criadas novas linhas de produção tendentes a produzir projectos próprios, tendo por base a tecnologia previamente licenciada nos anos 50. Não obstante o engenho utilizado, a falta de sofisticação associada ao produto final impedia a sua competitividade (CUTLER ET AL, 1987). A relutância de Moscovo em partilhar a sua tecnologia militar decorria do facto de pretender ser menos dependente de intermediários no que concernia aos acordos de armamento com os países do Terceiro Mundo, visando desse modo excluir qualquer tipo de competição directa. Paralelamente, o fluxo de divisas estrangeiras decorrente destas transacções, criou uma dependência a qual a URSS dificilmente pretendia abandonar. Tal é suportado pelo facto de muitas das transferências de armamento terem por base subsídios, empréstimos, pagamentos na moeda local ou em matérias-primas o que, posteriormente, veio a ser gradualmente substituído por pagamentos a pronto, em divisas estáveis e sem grandes flutuações cambiais. Apesar de o modelo anterior de negociação não ter cessado, tal só era efectivado em casos excepcionais, à semelhança dos restantes actores internacionais que forneciam armamento (CUTLER ET AL, 1987).

Acima de tudo, num quadro geral, relativamente à capacidade industrial de base militar dos países de Leste, a alteração doutrinal operada por Khrushchev do domínio convencional para o nuclear, levou a que os requerimentos militares do Pacto de Varsóvia se alterassem, o que conduziu à existência de fortes incentivos para monopolizar a produção da maioria do armamento (CUTLER ET AL, 1987).

No domínio da operacionalização do Pacto de Varsóvia para uma situação de guerra, importa definir como seriam os meios humanos e materiais. A Alemanha de Leste, a Polónia e a ex-República Checoslováquia constituíam a frente norte do Pacto de Varsóvia e as Forças Armadas destes países foram preparadas desde o início de 1960 para participarem em missões militares dirigidas por Moscovo, com um carácter expedito, massivo e ofensivo em território da NATO, em caso de uma guerra no continente europeu. No que diz respeito à frente sul, merecendo menor atenção por parte do centro de decisão em Moscovo, era constituída pelos exércitos da Hungria e da Bulgária. A realização de somente 9 exercícios multilaterais em 50, entre 1955 e 1976, atesta isso mesmo. Ainda assim, a Hungria tinha maior proeminência do que a Bulgária, não só decorrente da supressão da revolução ocorrida em 1956, mas também devido ao facto de as 4 divisões soviéticas poderem ser utilizadas numa ofensiva na Europa Central ou, por exemplo, numa intervenção na ex-Jugoslávia. Decorrente dos efeitos da revolução húngara, este país foi o último a receber equipamento militar de última geração apesar de ter sido forçado a abraçar igualmente o conceito de empenhamento militar da aliança, que previa o empenhamento massivo em caso de guerra no teatro europeu (JOHNSON, 1981).

Por fim, refira-se o caso da Roménia que, se apresentava como um incómodo para a URSS em dois planos: o político e o militar. Com efeito, a autonomização na esfera militar da Roménia em 1960 provocou sentimentos de encorajamento noutros países de leste a tomarem acções similares. Este evento constituiu um importante desafio à conceptualização do Pacto de Varsóvia, no que concernia aos assuntos militares na Europa de Leste (JOHNSON, 1981).

3.3. A relevância no Terceiro Mundo

A conexão política e estratégica da URSS com os países do Terceiro Mundo foi já alvo de atenção no segundo capítulo da presente dissertação. Importa agora aferir, a dimensão e a relevância do MIC soviético neste domínio, decorrente da atenção que Khrushchev revelou com este bloco. Deste modo, no contexto da contenção da expansão dos interesses político-militares do Ocidente, irá ser analisada a ajuda económica e militar prestada pela URSS. Khrushchev que, para além dos ganhos estratégicos que esperava atingir, visava o desenvolvimento das infra-estruturas estatais industriais nacionais (GUAN-FU, 1983). Foi com Khrushchev que o fenómeno começou a ganhar projecção,

traduzindo-se numa cooperação técnico-militar que se contemplava em duas facetas. A primeira dizia respeito à assistência política, no contexto da luta pela independência e visando o desenvolvimento de partidos comunistas, a segunda, concernia directamente com a vertente militar e a correspondente cedência de equipamento a crédito, prevendo prazos de 10 anos com taxas de juro de 2% anuais. A maioria destes países nunca foi capaz de amortizar a dívida, tendo acumulado níveis incontroláveis de endividamento (BYSTROVA, 2011).

O domínio da cooperação militar entre a URSS e os países do Terceiro Mundo, assumiu diferentes formas, sendo difícil de identificar uma correlação clara entre a cooperação de carácter militar e a cooperação de carácter económico. Com efeito, o Irão, a Turquia e Marrocos, que foram três dos maiores receptores de ajuda económica soviética entre 1954 e 1981, não detinham cooperação ao nível militar com a URSS. Mormente, não parece também existir nenhuma correlação entre as transacções anuais de armamento de um destes países e o número de elementos enviados para a URSS para receberem formação específica, embora o senso comum leve a crer que seja possível inferir uma correlação deste tipo entre estes dois dados, uma vez que a transferência dos equipamentos militares implique pessoal especializado no seu manuseamento. Não é de excluir que a hipótese mais provável se relacione com o nível tecnológico do país receptor. De igual modo, não existe também uma relação simples entre o número de elementos enviados para a URSS, ou para países da Europa de Leste, para receberem formação neste domínio, e a presença de conselheiros militares destes dois países, em países do Terceiro Mundo (CUTLER ET AL, 1987).

Não obstante estas particularidades, os países do Terceiro Mundo tentaram capitalizar a rivalidade existente neste domínio entre as duas super-potências e os seus respectivos aliados. Neste sentido, ocorreram vários casos em que o CMI soviético forneceu armamento a países que tinham recebido recusas relativamente a sistemas de armas específicos ou, relativamente a condições específicas contratuais. A Índia e o Egipto foram disso exemplo, em 1960 e meados, após a recusa dos EUA, Reino Unido e a França (CUTLER, ET AL, 1987). Paralelamente à cedência de armamento, os próprios países receptores, tentaram instalar a capacidade produtiva militar nos seus próprios países. Neste domínio, a URSS sempre se mostrou relutante. Ainda assim, a Índia obteve o direito de produzir importantes sistemas de armamento soviéticos no início de 1960. A URSS construiu neste país duas fábricas para a produção de motores, estrutura mecânica e equipamento electrónico associados aos aviões MIG-21. Mormente, no início de 1954, a

URSS procedeu ao estabelecimento de fábricas na China cujo intuito era a produção alargada de armamento convencional. Neste âmbito, foram contempladas linhas de produção para os caças MIG-15/17 e MIG-19, 11-28 bombardeiros tácticos, helicópteros Mi-4 e tanques de combate t-54. A cisão sino-soviética, em 1960, levou a que a China expulsasse todos os técnicos e conselheiros soviéticos em Agosto, o que confrontou a URSS com o facto de ter armado um actor internacional hostil. Este facto, conjugado com os eventos na Hungria e na Polónia em 1956, contribuiu para a decisão de Moscovo em cessar com a emissão de licenças de produção para os restantes aliados. (CUTLER, ET AL, 1987).

No contexto da Guerra Fria, a área da cooperação militar tornou-se numa disputa pela influência e pela contenção entre a URSS e os EUA. No que concerne ao escopo da presente dissertação, a transferência de armamento para os países do Terceiro Mundo, revelou-se uma ferramenta da política externa soviética, que visava atingir este objectivo.

3.4. Os factores económicos

O fim da Segunda Guerra Mundial proporcionou aos soviéticos, o acesso a novos desenvolvimentos tecnológicos em domínios específicos, tais como armamento, electrónica, energia nuclear, aeronáutica e sector químico. Adicionalmente, bombardeiros de grande dimensão e motores de aviões de combate dos aliados, foram analisados ao nível tecnológico e mecânico, tendo os soviéticos aferido os detalhes necessários para reconstruir ou aperfeiçoar os mesmos. A nível estrutural, a URSS procedeu também ao desmantelamento de 25% das instalações fabris das zonas ocidentais da Alemanha, bem como equipamento industrial adicional que representava 65% da capacidade de produção de motores para automóveis, 75% da produção de pneus e 40% da capacidade produtiva de cartão e papel da Alemanha de Leste. Da Manchúria, cerca de 2 mil milhões de equipamento industrial japonês, rumou à URSS. Tudo isto, permitiu desenvolvimentos em novas indústrias de armamento, que posteriormente se traduziu na indústria de base militar soviética de produção de mísseis estratégicos, bombardeiros intercontinentais e armas nucleares (LUKE, 1985).

Em 1949, com a criação do Conselho de Assistência Económica Mutua (COMECON)⁴³, a URSS desenvolveu um conjunto de programas que visavam o desenvolvimento dos países incluídos na esfera de influência soviética e, com o objectivo de paralelo de incrementar os laços de dependência destes com a super potência. Deste modo, o COMECON funcionava como um instrumento que visava a promoção da integração económica do bloco socialista, sendo o mesmo dominado pela URSS e, adicionalmente, pretendeu-se criar uma divisão socialista do trabalho. Refira-se no entanto, que os termos em que o COMECON foi operacionalizado, eram bastante desfavoráveis à URSS, uma vez que exportava matérias-primas e maquinaria e, importava dos seus aliados produtos manufacturados de pouca qualidade e bens tropicais. As matérias-primas soviéticas eram cedidas aos países aliados a preços substancialmente inferiores ao da cotação nos mercados mundiais. Concomitantemente, créditos, subsídios e ajuda externa eram igualmente cedidos, sem um critério aprimorado (LAVIGNE, 1979).

Em paralelo com as medidas do COMECON foram operacionalizados os desenvolvimentos tecnológicos adquiridos, que conduziram à implementação de um modelo militar de defesa baseado em avultados investimentos. A dimensão do MIC soviético e os respectivos gastos são relevantes o suficiente para que se justifique analisar este fenómeno, no contexto dos factores económicos, sua conexão com a política externa soviética e interacção no âmbito das Relações Internacionais.

Decorrente do ambiente de secretismo do Estado soviético e da sua desconfiança perante o Ocidente, os orçamentos referentes ao capítulo da defesa, não eram discriminados nas suas várias rubricas. Deste modo, investimentos directamente envolvidos no domínio militar eram alocados a rubricas diferentes, como é o caso de investimentos em empresas dedicadas à defesa que tinham cabimento na rubrica “Finanças da Economia Nacional”. Paralelamente, investimentos científicos de ordem militar, eram alocados à rubrica “Medidas sociais e culturais”. Outro factor de peso nesta análise decorre em aferir se os dados oficiais, relativamente a gastos com defesa, podem ou não ser considerados fiáveis. Ainda que tal não seja totalmente possível de garantir, os dados estatísticos correspondentes a eventos com implicação directa nas Relações Internacionais, como é o caso do fim da Segunda Guerra Mundial ou a Guerra da Coreia, permitiram apurar uma magnitude e uma tendência identificável e compatível com os expectáveis investimentos

⁴³ Estabelecido para contrapor ao Plano Marshall americano. Neste âmbito, refira-se o pensamento seminal de John Lewis Gaddis que afirma que este plano foi implementado com o desiderato de criar um centro de poder europeu independente e não visando um bloco americano hegemónico

(HUTCHINGS, 1971). Saliente-se ainda que todos os trabalhos existentes sobre a dimensão dos investimentos em defesa e sobre a respectiva indústria de defesa soviética, são baseados em deduções, em maior ou menor grau, e têm todos origem no Ocidente (LEITENBERG, 1979).

A magnitude dos investimentos na indústria de defesa e a forma como foram realizados, variaram consoante o modelo político e económico do respectivo país. No caso da URSS, e no período em análise, em que o processo de decisão é altamente centralizado e em que as transferências de poder ocorrem de forma irregular, as coligações assumem um papel de destaque. Neste sentido, no decurso das várias lideranças da URSS, o domínio militar sempre teve preponderância, pese embora em diferentes medidas, sendo que a expectativa de serem alocados recursos em troca da coligação tenha estado sempre presente (KUSACK, WARD, 1980).

Numa economia de planeamento centralizado, como era a da URSS, os efeitos da performance económica colocavam constrangimentos na alocação de recursos ao domínio militar, apesar da interdependência com o poder político. Tal decorre da abundância de ferramentas de gestão e de controlo inerentes ao sistema político em análise. Deste modo, um momento económico desfavorável colocava pressão na liderança política para proceder a cortes orçamentais, com a intenção de redistribuição noutros sectores, nomeadamente na melhoria das condições de vida dos cidadãos soviéticos. A medida política de satisfazer as necessidades dos consumidores, numa economia controlada, foi denominada por “comunismo gulash”⁴⁴ e demonstrou ser uma explicação válida para as flutuações na alocação de orçamentos, aos vários domínios da economia soviética. Mormente, esta política orçamental foi reconhecida como um instrumento para a resolução de disputas políticas internas (KUSACK, WARD, 1980).

O peso do aparelho militar na URSS, ditou a forma como a estrutura industrial foi construída. Neste sentido, a indústria pesada tornou-se primordial em oposição à indústria ligeira, devido à importância do MIC. O sistema soviético de produção subordinava-se às necessidades materiais do Estado e do respectivo aparelho militar. A produção era dirigida para equipamentos e materiais específicos tais como tanques, armas, aviação de combate, explosivos e mísseis. A economia soviética encontrava-se militarizada, devido ao facto de a

⁴⁴ O termo deriva da especialidade culinária húngara e refere-se a uma miscelânea de factores, que no fundo se traduz num desvio do stalinismo

interacção na comunidade internacional ser enquadrada pela hostilidade com outras potências estrangeiras, nomeadamente os EUA (CLARKE, 2007).

Ainda assim, o período coincidente com a liderança de Khrushchev registou uma queda em despesas relacionadas com o sector da defesa, comparando com a liderança de Stalin. Com efeito, tendo registado uma queda mais acentuada no período imediatamente após a morte de Stalin, nos finais de 1950 ocorreu um incremento na ordem dos 10%, tendo-se verificado nesta década um período dourado de crescimento económico na URSS (POPOV, 2010). Em 1970, ocorreu nova subida, para os 13%. Como forma de contextualizar tudo o que foi exposto até aqui, refira-se que o nível de despesa associada à economia soviética foi particularmente elevado, sendo três vezes superior ao do grupo dos países industriais, em particular ao dos EUA. Não é de excluir que tais números tenham reflectido as aspirações da URSS em obter o estatuto de super-potência mundial e sustentar a sua posição no mercado global de armamento. Apesar de não ser contemplada como uma estratégia de crescimento socialista, esta dinâmica associada ao MIC contribuiu para um forte impacto no padrão de crescimento económico da URSS (OFER, 1988).

3.5. Alterações operadas por Khrushchev

3.5.1. Mudanças Doutrinais

Com a subida de Khrushchev ao poder, uma nova era ficou para trás. Com efeito, a mobilização massiva de um grande número de militares e a respectiva alocação de recursos financeiros a este esforço, foram encarados pelo líder político como inviáveis para o futuro da URSS, como uma superpotência da comunidade internacional (KHRUSHCHEV, BENSON, 2000). Com o intuito de promover a melhoria das condições de vida dos seus concidadãos, nomeadamente através da criação de infra-estruturas de habitação, promoção de novas indústrias e de projectos de agricultura em larga escala, Khrushchev necessitava de uma alternativa eficaz ao aparelho militar existente. O esforço, tinha de ser repartido entre esta ambição e a competição estratégica com o adversário americano, bastante superior no domínio da tecnologia militar. A URSS necessitava de uma redefinição da sua doutrina militar, e Khrushchev não tardou em implementá-la.

Os primeiros anos do pós-guerra foram fortemente influenciados pelo posicionamento stalinista referente às armas nucleares que, por si só, não eram avaliadas

como factores decisivos para a obtenção de uma vitória na guerra, sendo o armamento convencional considerado como fundamental. Este quadro doutrinário conduziu ao desenvolvimento do armamento convencional entre 1945 e 1953, pese embora a URSS tenha desenvolvido a bomba atómica em 1949. Em meados de 1950, Khrushchev iniciou um novo ciclo no aparelho militar soviético, com a redução das Forças Armadas e respectivos orçamentos, que durou entre 1957-1968 (BYSTROVA, 2011). Paralelamente, entre 1953 e 1959, Khrushchev concentrou os esforços no desenvolvimento de armas nucleares e na sua integração nos *stocks* militares, o que permitiu à URSS, utilizar este recurso como uma forma de *bluff* estratégico e como mais uma ferramenta da política externa. Mormente, esta opção foi consolidada a nível estrutural no aparelho político, com a criação de um ramo especial das Forças Armadas soviéticas, designado por Força de Mísseis Estratégicos (BYSTROVA, 2011).

O líder soviético não deixou de sublinhar internamente a sua intenção. Em 17 de Janeiro de 1960, após um anúncio de redução de efectivos militares num discurso no Soviet Supremo, enfatizou a dissuasão nuclear com o recurso a uma força de mísseis estratégicos, em detrimento do elevado número de efectivos e do armamento convencional, como o novo paradigma da doutrina militar. Ao afirmá-lo, invocou critérios económicos, políticos e militares, exagerando na real capacidade de produção de mísseis⁴⁵. Segundo Khrushchev, estas alterações permitiriam a redução da força militar soviética em 1.2 milhões de efectivos (EVANGELISTA, 1997).

Acrescendo à redução do número de efectivos, era também intenção de Khrushchev a retirada das tropas soviéticas da Europa Central, tendo inclusivamente sugerido esta intenção às lideranças cooptadas húngaras e polacas. Consistentemente, o líder soviético invocou uma combinação de factores militares, políticos e económicos como sustentação para esta intenção. Era sua convicção que a defesa da URSS e países aliados era garantida pela dissuasão nuclear e não pelos exércitos tradicionais, equipados com armamento convencional (EVANGELISTA, 1997).

⁴⁵ Neste contexto, foi desenvolvido um projecto que visava erigir mísseis de borracha e madeira. Adicionalmente, enormes submarinos dos mesmos tipos de materiais foram também construídos, com o intuito de confundir os esforços da *intelligence* americana. Outro episódio de dissimulação tratou-se do episódio que acabou por se tornar conhecido como “*bomber gap*”. Tratou-se da primeira aparição do bombardeiro a jacto *Bison*, na parada de Maio de 1954. No dia da aviação, em 13 de Julho de 1955, um grupo de 9 ou 10 destes aviões passaram consequentemente três vezes no local, dando a ideia de que a URSS dispunha de 29 bombardeiros operacionais (BLUTH, 1992)

Para a concretização de uma viragem tão acentuada, era necessária a coordenação por alguém do aparelho militar que tivesse a capacidade de concretizar a intenção do líder soviético. Nesse sentido, Khrushchev contou com a execução do Marechal Georgy Zhukov, que iniciou muitas das propostas tendentes à redução de efectivos e de gastos militares e que, promoveu activamente a mudança para o armamento nuclear das Forças Armadas soviéticas (EVANGELISTA, 1997).

No decurso da liderança de Khrushchev, e da sua intenção expressa na reconversão das Forças Armadas com base no armamento convencional para uma força nuclear, o programa nuclear soviético conheceu importantes desenvolvimentos.

3.5.2. Programa Nuclear

À semelhança dos restantes actores da comunidade internacional, o programa nuclear soviético conheceu duas facetas: a energética e a militar. No contexto da presente dissertação, o foco dirige-se à militarização da fissão nuclear.

A obtenção da primeira bomba nuclear soviética, coincidente com o fim do monopólio americano, foi o resultado da confluência de desenvolvimentos científicos levados a cabo pela comunidade científica soviética e por acções de espionagem dirigidas ao Projecto Manhattan, operacionalizado por americanos, ingleses e canadianos⁴⁶. O projecto inicial que visava atingir a paridade com os EUA, desenvolveu-se com Stalin e, nomeadamente, através dos esforços do físico Igor Kurchatov⁴⁷ que, em vésperas da invasão nazi, conjuntamente com os restantes elementos do corpo científico, detinha já conhecimentos técnicos suficientes para iniciar um projecto de desenvolvimento de armas nucleares. Não obstante esta capacidade, um dos factores que contribuiu para a demora na militarização mais precoce da fissão nuclear, por parte da URSS, foi a falta de visão no que concernia à aplicação prática dos conceitos teóricos à vertente militar. Concomitantemente, o país não possuía uma estrutura organizacional nem apoio governamental para um projecto desta escala (SCHWARTZ, 1987).

⁴⁶Projecto que visava o desenvolvimento da bomba atómica

⁴⁷ Denominado como o pai da bomba atómica soviética. Antes de se ter dedicado ao programa nuclear, desenvolveu actividades na guerra anti-submarina. O trabalho inicial no Instituto que hoje ostenta o seu nome, era secreto e recebeu o nome de código “Montage Workshops”. A montagem da reacção da combinação urânio-grafite, permitiu reacção nuclear em cadeia sustentada (BULLETIN OF THE ATOMIC SCIENTISTS, 1967)

Apesar do estado de inanição do projecto nuclear soviético, em Maio de 1942 ocorreu um facto que promoveu a alocação de recursos por parte de Stalin. Após o anúncio por parte da comunidade científica soviética da descoberta da fissão espontânea, foi possível aferir que não houve qualquer reacção por parte das publicações especializadas em Física, no Ocidente. A interpretação deste silêncio, traduziu-se na assumpção de que os EUA se encontravam já a ultimar uma arma nuclear (SCHWARTZ, 1987). Apesar de Stalin privilegiar o armamento convencional, o espectro do antagonista poder vir a ter em sua posse uma arma com a capacidade de obliteração do adversário, foi suficiente para que o líder soviético empossasse o físico Igor Kurchatov como director do projecto nuclear, logo em 1942 (SCHWARTZ, 1987). Não obstante, o real começo dos trabalhos só se iniciou em Março de 1943. As previsões soviéticas iniciais estimavam atingir o objectivo numa janela de tempo entre os 10 e os 20 anos. Esta janela temporal foi equacionada tendo em conta o facto de alguns dos principais cientistas soviéticos, considerarem o prazo para atingir uma solução prática demasiado alargado para se constituir como uma vantagem útil para o esforço de guerra. Mormente, surgiram dificuldades em colectar quantidades significativas de urânio e grafite e, atingir-se a conjugação de sinergias do governo central, da indústria e do próprio projecto de desenvolvimento da bomba atómica. No final de 1943, o projecto soviético era uma sombra comparada com a envergadura do projecto Manhattan (SCHWARTZ, 1987).

Por altura da conferência de Potsdam, entre 27 de Julho e 1 de Agosto de 1945, o projecto de desenvolvimento da bomba atómica era já liderado por Lavrentiy Beria, nomeado por Stalin. O grau de intensidade foi incrementado, tendo sido criadas estruturas especializadas de apoio, nomeadamente centros técnicos, avaliações mais criteriosas de engenheiros e cientistas e, a criação de complexos de investigação em áreas remotas para desenvolvimento e posteriores testes. Ainda assim, os problemas persistiam decorrente da pouca preparação tecnológica dos cientistas soviéticos neste campo e, a já referida falta de urânio e grafite. Ainda assim, a URSS atingiu o seu objectivo, detonando a bomba atómica em 1949, no Cazaquistão (SCHWARTZ, 1987).

A celeridade na obtenção da bomba atómica, por uma nação devastada pela Segunda Guerra Mundial surpreendeu o mundo, uma vez que o prazo estimado – por soviético e americanos – era de 10 anos. A URSS demorou 4 anos, após a detonação da primeira bomba pelos americanos em Nagasaki, no Japão. Neste contexto, importa referir o uso da espionagem por parte do regime stalinista junto do projecto Manhattan, desenvolvido em Los Alamos, nos EUA. Com efeito, entre 1942 e 1954, o KGB (*Komitet*

gosudarstvennoy bezopasnosti)⁴⁸ teve acesso a centenas de páginas de informações técnicas com recurso à colaboração de vários cientistas, recrutados pela *intelligence* soviética. A qualidade e quantidade dos dados obtidos foi de tal monta que, as instalações alocadas ao desenvolvimento de tecnologia nuclear eram praticamente idênticas em tamanho e, especificações técnicas, à do antagonista americano (SCHWARTZ, 1987).

Ainda assim, o desenvolvimento associado à tecnologia nuclear não cessou. No início de 1950, os EUA continuavam na vanguarda da investigação do armamento nuclear. Com a subida de Khrushchev à liderança soviética, visou-se a alteração da doutrina militar do armamento convencional para o nuclear, uma vez que o líder soviético percebeu que a bipolaridade nuclear ditaria um estado permanente de co-existência pacífica entre os dois sistemas sociais antagonistas. Após o afastamento de Lavrentiy Beria do programa nuclear soviético em 1953, a elite científica envolvida, nomeadamente Igor Kurchatov, teve acesso privilegiado e informal ao líder soviético através de uma linha telefónica governamental protegida (GADDIS, 1999). Deste contacto próximo, resultou uma grande empatia entre ambos e a transmissão de informações relevantes, tais como os perigos associados à contaminação nuclear. Esta interacção teve um impacto profundo, uma vez que Khrushchev incluiu Kurchatov numa delegação oficial que se deslocou à Inglaterra em Abril de 1956. Refira-se que até então, o nome e as funções desempenhadas pelo físico soviético eram segredo de Estado (GADDIS, 1999).

A ameaça americana levou a liderança soviética a empreender um grande esforço, com vista a atingir o estatuto de super-potência. Neste contexto, a convicção de Khrushchev na superioridade das armas nucleares, levou a que entre 1953 e 1962 a URSS tenha tido o seu período mais prolífico no desenvolvimento de armas termonucleares, com a detonação da primeira bomba de hidrogénio alcançada pelo físico nuclear Andrey Sakharov, tendo o líder soviético expressado o seu entusiasmo da seguinte forma:

“No one else, neither the Americans nor the British, had such a bomb. I was overwhelmed by the idea. We did everything in our power to assure the rapid realization of Sakharov's plans.”

⁴⁸ Organização de segurança interna da URSS, criada em 1954 e que sucedeu ao MGB (*Ministerstvo Gosudarstvennoi Bezopasnosti*). O KGB detinha competências policiais e de recolha de informações de segurança e estratégicas, actuando tanto a nível interno como externo, em países alvo da *intelligence* soviética. Para um aprofundamento da temática, recomenda-se o livro *“The Sword and the Shield: The Mitrokhin Archive and the Secret History of the KGB”*, de Christopher Andrew e Vasili Mitrokhin

Em GADDIS, J. L. (1999). *Cold War statesmen confront the bomb: nuclear diplomacy since 1945*. Oxford, Oxford University Press: pp 143

Os desenvolvimentos tecnológicos soviéticos em mísseis e em submarinos nucleares foram de tal maneira impressionantes que, por vezes, não era possível aferir qual das nações mantinha a liderança na corrida tecnológica pelo armamento nuclear. Não obstante, num quadro estratégico alargado, o saldo continuava negativo para a URSS. A nova política de segurança nacional americana em 1953, o relatório MC-48 da NATO de 1954 que previa o planeamento do uso de armas nucleares em caso de ataque, a decisão de integração da Alemanha Ocidental na NATO em 1955 e, em 1957, a colocação de Mísseis Balísticos de Médio Alcance (IRBM) na Europa, contribuíram para a desvantagem soviética (GADDIS, 1999). Apesar da aparente desvantagem, Khrushchev continuou a enfatizar a vitória do Socialismo sobre o Capitalismo numa eventual guerra nuclear, reforçando assim a sua imagem de liderança perante as elites soviéticas e os directores do CMI, não revelando vacilações no que concernia à segurança da URSS, perante a sua disputa política com Molotov e Malenkov. No vigésimo Congresso do Partido em 1956, Khrushchev definiu a sua posição e assinalou como prioridade a via do nuclear como novo paradigma militar nas Forças Armadas soviéticas (GADDIS, 1999).

A partir de 1955, intensificou-se o desenvolvimento de mísseis de médio alcance, que se traduziu por um anúncio da agência TASS⁴⁹, de um teste com êxito de um míssil balístico em Agosto de 1957. Tratou-se do primeiro míssil balístico intercontinental do mundo (ICBM), denominado “semyorka”. Em Outubro do mesmo ano, ainda que contra as objecções dos militares, o líder soviético autorizou testes pioneiros no âmbito da exploração espacial, que permitiram colocar em órbita o satélite Sputnik. O espectro da substituição do satélite artificial por uma ogiva nuclear colocou o mundo e, em particular os EUA, em alerta uma vez que doravante se encontravam vulneráveis perante um ataque nuclear. O feito tecnológico contribuiu para a crescente crença de Khrushchev na superioridade da opção nuclear sobre o armamento convencional (GADDIS, 1999). Paralelamente, decorria o desenvolvimento do míssil R-7 de combustível líquido, com 300

⁴⁹ Tyelyegrafnoye agentstvo Sovyetskogo Soyuzu. Agência noticiosa soviética criada por decreto do Comité Central em 10 de Julho de 1925. Foi antecedida pela Agência Telegráfica de Petrogrado, criada por Lenin em 1914. Posteriormente, em 1918, decide fundir esta agência com o órgão responsável de imprensa, criando a ROSTA (Rossiyskoye telegrafnoye agentstvo). Tratava-se de uma instituição centralizada e que difundia informação pela imprensa russa (INTERNATIONAL COMMISSION FOR THE STUDY OF COMMUNICATION PROBLEMS, 1980)

toneladas, tendo 4 ficado operacionais em 15 de Dezembro de 1959, na localidade de Plesetsk. Um segundo complexo ficou operacional em 1961 na localidade de Tyura-Tam. Não obstante, os silos dos ICBM necessitavam de protecção contra eventuais ataques aéreos americanos, o que levaria vários anos e vastas quantidades de recursos financeiros. Consolidadas as estruturas físicas da dimensão nuclear soviética, Khrushchev anunciou a criação da estrutura organizacional correspondente, que se traduziu na criação de um novo ramo nas Forças Armadas Soviéticas: A Força de Mísseis Estratégicos. Em 30 de Outubro de 1961, o líder soviético elevou a ameaça nuclear a um patamar inaudito com a explosão de uma ogiva com 50 mega toneladas sobre Novaya Zemlya, uma ilha de pequenas dimensões no círculo ártico. Até à data, foi a maior explosão realizada pelo homem. Não obstante a força destruidora da explosão, a ogiva estava preparada para acomodar um dispositivo de 100 mega toneladas. O teste realizado em Novaya Zemlya tratou-se de uma afirmação de anunciada superioridade sobre o seu adversário principal, constituindo-se como um teste político que não trouxe consequências militares ou científicas ao programa nuclear soviético (GADDIS, 1999)

Khrushchev não era de todo alheio à dimensão da guerra e do sofrimento que o fenómeno acarreta (GADDIS, 1999). Assistiu pessoalmente à invasão nazi de vastas proporções do seu território natal e, esteve presente em Estalinegrado, que se constituiu como um dos palcos mais sangrentos da Segunda Guerra Mundial, tendo ficado chocado com a falta de preparação de Stalin para a inevitável entrada do exército nazi. A guerra teve um efeito profundo no líder soviético, o que lhe deixou a determinação de impedir que situação semelhante se voltasse a repetir. Neste sentido, nos anos se seguiram à morte de Stalin, Khrushchev recusou-se a permitir que algo desta magnitude voltasse a atingir a URSS (GADDIS, 1999).

A sua crença na bipolaridade nuclear como factor preponderante no princípio da coexistência pacífica impulsionou a alocação de recursos ao programa nuclear, que se tornou uma componente de referência no CMI soviético. Ainda assim, dados desconhecidos pelo Ocidente, começavam a indiciar que o esforço empreendido dava sinais exaustão. Por volta de 1957, a economia soviética encontrava-se já em um estado caótico, decorrente dos elevados custos de pesquisa e desenvolvimento de nova tecnologia militar que, tinham já ultrapassado os recursos previamente alocados. Entre 1958 e 1961, a produção militar na URSS mais que duplicou, incrementando de 2.9% para 5.6% do Produto Interno soviético. Os custos associados ao desenvolvimento de mísseis estratégicos situavam-se na ordem de 1.4 milhões de rublos por unidade em 1962

(GADDIS, 1999). Devido à construção de complexos para a produção em massa de armas estratégicas, os investimentos de capital em programas de armamento incrementaram muito rapidamente. Como medida tendencialmente correctiva, Khrushchev viu-se forçado a descartar os últimos três anos do plano quinquenal. Complementarmente, com o deflagrar da Crise de Cuba, Khrushchev começou a encarar a corrida ao nuclear por outro prisma. Gradualmente, a URSS e os EUA iniciaram um processo negocial tendente a acordos sobre a interdição parcial de testes nucleares (GADDIS, 1999).

Apesar da massiva mobilização de recursos e do desenvolvimento do CMI soviético em prol do armamento nuclear, Khrushchev tinha noção de que o uso desta arma inviabilizaria o futuro da humanidade. A interiorização desta noção ficou patente numa declaração a um jornalista:

“When I was appointed First Secretary of the Central Committee [in September 1953] and learned all the facts about nuclear power I couldn't sleep for several days. Then I became convinced that we could never possibly use these weapons, and when I realized that I was able to sleep again. But all the same we must be prepared. Our understanding is not sufficient answer to the arrogance of the imperialists”

Em GADDIS, J. L. (1999). *Cold War statesmen confront the bomb: nuclear diplomacy since 1945*. Oxford, Oxford University Press: pp 145-6

Tendo noção da inviabilidade do uso das armas nucleares, Khrushchev visava com o desenvolvimento do programa nuclear a aceitação por parte dos EUA, do princípio da co-existência pacífica. Nesse contexto, o líder soviético necessitava de sublinhar a eventualidade do uso de toda a magnitude do seu potencial nuclear, o que o levou a criar o sentimento, na comunidade internacional, que realmente estaria disposto a cometer tal acto. Deste modo, a sua visão levou-o a seguir uma via diplomática potenciadora de situações de risco, o que por sua vez se traduziu no uso intensivo da ameaça, sem que de facto houvesse a real intenção de a concretizar. A reunificação da Alemanha e a sua integração na NATO, os problemas económicos e tecnológicos da URSS, que colocavam o país em real desvantagem perante o seu antagonista, concorreram para a política seguida por Khrushchev assente na ameaça do uso do potencial nuclear (GADDIS, 1999).

3.5.3. Programa espacial

Uma análise histórica alargada permite aferir que períodos de guerra conduzem sempre a desenvolvimentos tecnológicos. A contenda entre a URSS e os EUA, no contexto da Guerra Fria, revelou ser transversal numa multitude de domínios técnicos, científicos, políticos e geográficos. Neste contexto, concretizou-se o desenvolvimento de programas espaciais por parte dos dois antagonistas, com o desiderato de permitir a militarização deste domínio. Na génese da história da exploração espacial, encontra-se o desenvolvimento de mísseis para o transporte de ogivas nucleares, ainda na liderança de Stalin. O desenvolvimento da tecnologia de mísseis é indissociável dos programas espaciais soviéticos e americanos.

O primeiro míssil balístico de longo alcance, foi operacionalizado entre 1947 e 1948, constituindo-se como um ponto marcante nos eventos do programa espacial soviético (SIDDIQI, 2000). O período do pós-guerra assistiu a sustentados níveis de progresso no desenvolvimento de mísseis, o que permitiu que fossem operacionalizadas as bases do programa espacial, sob supervisão de Korolev⁵⁰ que concebeu o primeiro míssil R-1, no Instituto de Pesquisa Científica NII-88, situado em Podlipki, a norte de Moscovo. Posteriormente, foram desenvolvidos os mísseis R-2 e R-3, tendo sido este último em 1949, o maior e o mais dispendioso esforço neste domínio da URSS. Subsequentemente, ocorreu o aprimoramento da tecnologia no supra citado instituto, do qual resultou o desenvolvimento do míssil denominado R-5, que foi o primeiro míssil estratégico soviético com capacidade de atingir qualquer país na Europa à excepção de Espanha e de Portugal (SIDDIQI, 2000).

O alcance efectivo do R-5 não era compatível com as ambições de Khrushchev. Da conjugação desta ambição, com o arrojo tecnológico de Korolev, surgiu o projecto do míssil R-7, que deste modo se tornou o primeiro ICBM soviético e que permitia atingir os EUA em 30 minutos. A capacidade de, mediante algumas alterações, a ogiva nuclear ser substituída por um satélite artificial, veio consolidar a intenção de Khrushchev em concretizar o míssil R-7 em 1956, o que permitiria as duas valências: arma nuclear e vector de lançamento de satélites (SIDDIQI, 2000). Foi o início da projecção da URSS como uma potência no domínio do espaço. Khrushchev foi o primeiro a consciencializar-se das possibilidades ilimitadas que tal domínio proporcionaria aos líderes governamentais,

⁵⁰ Sergei Korolev. Liderava o projecto de mísseis ICBM e de lançamento de satélites

mediante a obtenção da supremacia no domínio espacial e dos mísseis, permitindo e encorajando o desenvolvimento da cosmonáutica e de campos do conhecimento relacionados. Tal noção, foi amplamente utilizada na política externa - e também interna - permitindo evidenciar a superioridade do socialismo sobre o capitalismo (CHERTOK, 2005). Não obstante, o aparelho militar não deixou de manifestar a sua repulsa pelos preciosos recursos que eram alocados a experiências científicas ao invés do desenvolvimento da tecnologia ICBM. Ainda assim, em 04 de Outubro de 1957, com recurso ao míssil R-7, o sinal de rádio emitido pelo Sputnik 1 foi captado pelo Centro de Controlo de Tyura-Tam, sinalizando o lançamento com sucesso do primeiro satélite artificial (BREZINSKI, 2007).

O esforço soviético empreendido na odisseia espacial, resultante da determinação de Khrushchev, permitiu atingir neste domínio uma vantagem sobre os EUA. Neste contexto, numa análise retrospectiva, é possível aferir a emergência de dois padrões na primeira década de corrida espacial. O primeiro refere-se a feitos concretos, sendo que todos os principais sucessos - excepto no que concerne a ancoragem no espaço e a missão a Marte pela sonda Mariner 2 - foram primeiro alcançados pela URSS, desde o primeiro satélite artificial à aterragem das primeiras sondas automáticas na superfície da lua. Tal sucesso traduziu-se numa aparente alavancagem soviética sobre os EUA, referente à tecnologia míssil, que perdurou no tempo para além do que realmente se verificava. Concomitantemente, instalou-se um sentimento nacional de inferioridade nos EUA, só ultrapassado pelas missões de encontro e ancoragem no espaço, em 1965 e 1966, do programa espacial Gemini (SHELTON, 1971). O segundo padrão, com maior significância, refere-se a uma consistência temporal entre os eventos tecnológicos no domínio espacial alcançados pelos soviéticos e, a respectiva resposta americana, que era na ordem dos 3 ou 4 meses. Tal não deixa de ser surpreendente, tendo em conta o facto de, na altura, existir uma quase total ausência de permuta de dados científicos entre os dois países (SHELTON, 1971).

O programa espacial soviético, em particular o lançamento do satélite Sputnik, veio induzir alterações na balança global do poder a favor da URSS e, também, para a Europa, decorrente do facto de Unidos crerem naquele período, na importância das bases militares, junto dos seus aliados (HEALEY, 1958)

3.5.4. Alterações na estrutura militar

Em Janeiro de 1960, Khrushchev anunciou ao mundo pela primeira vez após a Segunda Guerra Mundial, que a dimensão do efectivo humano das Forças Armadas soviéticas era de 3 600 000 militares (GARTHOFF, 1990). Paralelamente, afirmou a sua intenção em proceder a um corte de um terço desse mesmo efectivo num prazo de três anos. Esta afirmação inaudita provocou ondas de choque no Ocidente e, em particular, no seio da *intelligence* americana. Pela primeira vez, a CIA foi chamada a pronunciar-se sobre uma estimativa holística das forças convencionais soviéticas do Exército, Marinha e Força Aérea. Nesse mesmo ano, e resultante da prospecção encetada pelos analistas da agência norte-americana, foi concluído que Khrushchev tinha divulgado um número consonante com a realidade. O número estimado pelos americanos era 3 625 000 militares (GARTHOFF, 1990). No que concernia às forças terrestres, estimadas em 2 445 000 efectivos, foram aferidas 170 divisões. Destas, só 100 foram consideradas como aptas para entrar em combate num efectivo grau de prontidão. As restantes 70, encontrar-se-iam num baixo nível de preparação e não em equivalente estado às restantes 100. Relativamente à Força Aérea, o número estimado era na casa dos 365 000 efectivos, tendo a agência norte-americana deparado com dificuldades no apuramento deste valor, decorrente da transição de militares da artilharia para os mísseis terra-ar. Às forças navais estariam, ainda segundo a CIA, alocados cerca de 495 000 efectivos. Por fim, servindo de modo de comparação, à força de ataque de longo alcance, foram atribuídos 85 000 militares, sendo que destes, 70 000 pertenceriam à aviação de longo alcance. Os restantes estariam adstritos à organização, manutenção e operacionalização dos mísseis de longo alcance. Nesta estimativa global, foi realizada uma ressalva relativamente aos elementos da sociedade civil alocados ao aparelho militar. Neste âmbito, foi reportado que um substancial número de civis desempenhavam funções de pesquisa e desenvolvimento no âmbito da Academia de Ciências, no Comité Estatal para a Defesa Tecnológica, para tecnologia de aviação, assuntos técnico-científicos, Rádio-Electrónica e, também, na estrutura governamental responsável pelo desenvolvimento e produção de armas nucleares. Mormente, funções adstritas a militares no passado, decorrente das anunciadas reduções, encontravam-se por altura do levantamento realizado pela CIA, ocupados por elementos civis, nomeadamente na área da construção e logística (GARTHOFF, 1990).

A política externa soviética era profundamente influenciada pela mistura curiosa de realismo de Khrushchev, com uma forte crença nos ideais do comunismo. Ao contrário do

seu antecessor, o líder soviético ambicionava a projecção e o envolvimento da URSS na política internacional. Paralelamente, Khrushchev visava a redução dos recursos militares, tendo discernido o potencial nuclear relativamente ao armamento convencional. Neste contexto, em 1959, Khrushchev operacionalizou a Força de Mísseis Estratégicos como um ramo independente das Forças Armadas, em igualdade com o exército, marinha e força aérea. Khrushchev utilizou habilmente este domínio, recorrendo à decepção, alegando capacidades de armamento nuclear para além das reais capacidades da URSS (STONE, 2006).

Preponderante ao projecto do líder soviético, era a redução do efectivo militar, com o intuito de reduzir os custos associados ao vasto contingente das Forças Armadas soviéticas, tendo sido conceptualizadas várias etapas para a concretização deste desiderato, entre 1950 e 1960. Decorrente da análise de documentos desclassificados, foi possível aferir que as reduções apresentavam um desfasamento cronológico com o anúncio desse acontecimento, sendo que as primeiras grandes reduções de efectivos ocorreram em 1953, logo após a morte de Stalin, e não por altura do anúncio de Khrushchev em 1955. Apesar de ter sido propagada a redução de 600 000 efectivos, somente 340 000 efectivos foram desmobilizados. O restante efectivo foi alocado a unidades inactivas, não tendo ocorrido na realidade uma desmobilização real. Posteriormente, novas reduções foram publicamente anunciadas tal como em 1956, referente à desmobilização de 1 200 000 efectivos. Em 1958, um mês após a URSS ter terminado com a sua participação no subcomité de desarmamento das Nações Unidas, um novo corte unilateral de 300 mil efectivos foi comunicado. A efectivação desta redução ocorreu um ano após o referido anúncio. Complementarmente, em 1960, Khrushchev voltou a divulgar a desmobilização de 1 200 000 efectivos, entre eles 250 000 oficiais. Não obstante, decorrente da crise de Berlim a intenção não foi concretizada (EVANGELISTA, 1997).

O executor das reduções iniciais propostas por Khrushchev foi o Marechal Georgy Zhukov⁵¹ que ocupou o cargo de ministro da Defesa entre 1955 e 1957, tendo o seu papel neste contexto sido reconhecido pelo líder soviético. Mormente, não existem indícios de terem ocorrido conflitos entre ambos, no que concerniu à redução de efectivos militares. O apoio de Zhukov às decisões de Khrushchev ficou expresso em vários episódios, nomeadamente na demissão do Almirante Kuznetsov, como Comandante da Marinha em 1956, após divergências deste último com o líder soviético. Adicionalmente, Zhukov

⁵¹ Posteriormente demitido por Khrushchev em 26 de Outubro de 1957

chegou a apoiar Khrushchev no campo político em 1957, decorrente da sua influência na sociedade soviética (EVANGELISTA, 1997).

A intenção em reduzir o quadro de efectivos militares, não teve correspondência com a decisão de Khrushchev em basear a defesa da URSS em armas estratégicas, uma vez que neste domínio houve um acréscimo de elementos (EVANGELISTA, 1997). O esforço desenvolvido no âmbito da pesquisa e desenvolvimento do armamento nuclear e de mísseis levou a que fosse aferido um incremento de 23% de efectivos alocados a institutos especializados, desde 1955 a 1956, em contra-ciclo com a redução de efectivos na componente convencional. Este período foi coincidente com as contracções mais agudas no número de efectivos militares. Ainda assim, não foi suficiente para compensar o elevado custo associado ao programa de armas estratégicas, uma vez que este programa se prolongou muito para lá das reduções e, adicionalmente, depois da liderança de Khrushchev. Com efeito, o período associado a Brezhnev assistiu ao incremento dos mísseis estratégicos e, simultaneamente, à expansão das forças convencionais. Não obstante a realidade dos números, Khrushchev ambicionava uma redução dramática. Em 1963, afirmou aos seus principais comandantes, que a sua visão para o exército soviético consistia num efectivo de 200 a 300 mísseis estratégicos e não mais de 300 000 a 500 000 tropas terrestres. Mormente, almejava a operacionalização de milícias locais com o intuito de substituir o elevado número de recrutas (EVANGELISTA, 1997).

O arrojo de Khrushchev não se ficou pela dimensão humana. No que concerne a armamento, o líder soviético concretizou uma profunda reformulação da marinha soviética, optando por unidades submersíveis em oposição a uma frota de superfície. O início de uma marinha de águas profundas ocorreu pela mão de Stalin em 1930. Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, e apesar de o país se encontrar devastado devido aos anos de combate foi programado um plano de reequipamento da marinha soviética com a duração de 10 anos. Em termos financeiros, este plano contemplava entre 110 a 130 mil milhões de rublos (TAUBMAN, KHRUSHCHEV, GLEASON, 2000)

Em 1955, Khrushchev começou a enfatizar o escopo da sua decisão, esclarecendo ser sua intenção a redução acentuada de todos os navios em construção, nomeadamente contratorpedeiros e fragatas. Mesmo as unidades já em avançada fase de construção foram sentenciadas para a sucata (KHRUSHCHEV, BENSON, 2000). O impacto desta decisão afectou profundamente a marinha soviética, havendo entre os próprios defensores de uma frota submarina, reacções de oposição perante a magnitude da decisão de Khrushchev. Para as unidades já existentes e operacionais, o líder soviético equacionou uma série de

usos, decorrente da acentuada falta de navios no sector civil. Nesse contexto, envidou esforços no sentido de se operacionalizar a conversão dos navios de guerra em navios pesqueiros e de passageiros. A reacção inicial ao conceito proposto foi de recusa, com base nos custos operacionais inerentes à conversão e utilização de navios de guerra em navios de pesca. Adicionalmente, a conversão dos intricados espaços interiores de um navio de guerra para um navio de passageiros era tecnicamente inultrapassável, para permitir um mínimo de conforto para um passageiro civil. Adicionalmente, e à semelhança do projecto de conversão desta unidades para navios pesqueiros, os custos operacionais não seriam comportáveis (KHRUSHCHEV, BENSON, 2000).

Em 1956, o líder soviético nomeou o Vice-almirante Sergei Gorshkov, para suceder a Kuznetsov, demitido pelo Marechal Zhukhov, como referido supra. O esforço do Vice-almirante permitiu à URSS dispor da maior frota submarina da história, tendo atingindo o auge, em valores absolutos, em 1958 com 475 submarinos dos quais 258, tinham sido autorizados para construção em 1953. Não obstante, navios de superfície embora em menor escala, continuaram a receber autorização para serem construídos, pese embora com a instrução directa de Khrushchev que teriam de estar obrigatoriamente armados com mísseis. Neste âmbito, em 1958, foi colocado ao serviço da marinha soviética o contratorpedeiro *Bedoviy, a Spokoiniy* - da classe KILDIN / NATO - que se tornou no primeiro navio de guerra armado com mísseis. Posteriormente, em 1960/61, oito contratorpedeiros Projecto 57B - da classe KRUPNY / NATO - entraram ao serviço com 12 mísseis KSSCH⁵². Paralelamente, a corveta codificada como Projecto 205 - classe OSA / NATO - entrou também ao serviço, com o intuito de defender a costa contra navios de superfície de maior envergadura, no âmbito do conceito da *Jeune Ecole*. Já na fase final da liderança de Khrushchev, a corveta Projecto 58 - da classe KYNDA / NATO - equipada com mísseis *over the horizon* (OTH), passou a integrar a frota da marinha soviética. No mesmo contexto, 20 unidades do contratorpedeiro Projecto 61 - da classe KASHIN / NATO - foram operacionalizados em 1962 com o objectivo de outros navios de guerra de ataques aéreos. Cada unidade transportava 32 mísseis. Finalmente, já no limite do que Khrushchev considerava a frota de superfície ideal, Gorshkov obteve a aprovação do líder soviético para a construção de plataformas para ASW, consolidadas nos navios Moskva e Leningrad, cada um com 14 590 toneladas, podendo acomodar 20 helicópteros. Estas

⁵² Primeiro míssil soviético terra-terra, classe SS-N-I 'Scrubber' / NATO

unidades foram apresentadas a Khrushchev como uma resposta aos mísseis Polaris americanos, que equipavam então os submarinos deste país (SONDHAUS, 2004).

Apesar de revelar uma preferência por uma frota de superfície, Gorshkov operacionalizou a visão de Khrushchev, tendo dado sequência a três programas de submarinos de ataque, que transitaram ainda do seu antecessor: o Projecto 613, da classe WHISKEY / NATO, o Projecto 611, da classe ZULU / NATO e, por fim, o Projecto 615. Posteriormente, outros três submarinos de ataque, Projecto 633, da classe ROMEO / NATO, Projecto 641, da classe FOXTROT / NATO e, o Projecto 627, da classe NOVEMBER / NATO, que se tornou no primeiro submarino alimentado por energia nuclear, tendo sido construídas 14 unidades entre 1959 e 1963. Adicionalmente, foi também com Gorshkov que os primeiros submarinos com mísseis de cruzeiro entraram ao serviço da Marinha soviética. Tratavam-se do Projecto 659, 675 e 651, sendo este último ainda alimentado a diesel. Paralelamente ao esforço de equipar a Marinha soviética com submarinos de ataque e de submarinos com mísseis de cruzeiro, foi também com a liderança de Khrushchev que ocorreu o primeiro lançamento de um míssil balístico a partir de um submarino. Tal feito primordial ocorreu ainda em 1955, a partir de um submarino da classe ZULU modificado. Posteriormente, e ainda no âmbito da capacidade de lançar mísseis balísticos, foi construído o submarino Projecto 628, da classe GOLF / NATO, alimentado a diesel e, o Projecto 658, da classe HOTEL / NATO, alimentado a energia nuclear, embora inferior ao submarino George Washington, que fora colocado ao serviço da Marinha americana onze meses antes. Enquanto o submarino americano podia disparar os mísseis balísticos enquanto submerso, os submarinos das classes ZULU, GOLF e HOTEL tinham de o realizar à superfície num moroso processo, que tinha a duração de 10 minutos por míssil. Era entendimento da Marinha soviética, que a quantidade poderia compensar a falta de qualidade, na maioria dos seus submarinos (SONDHAUS, 2004).

O apertado controle ao desenvolvimento e produção de uma marinha de superfície exercido por Khrushchev, alterou-se substancialmente em 1962, com a Crise de Cuba. O bloqueio naval implementado pelos EUA à ilha contribuiu para o desfecho da crise que culminou com a retirada dos mísseis. Decorrente deste facto, o líder soviético viu-se forçado a deslassar a onnipotente ordem de interditar a construção de navios de superfície de grande tonelagem. Gorshkov capitalizou o evento e, rapidamente ganhou apoios para a activação de uma frota de superfície significativa. Pouco antes de ser substituído por Brezhnev, Khrushchev anuiu com a construção do cruzador, Projecto 1134, da classe KRESTA, I / NATO, com 6000 toneladas, tendo ficado operacional entre 1967 e 1969. O

período que se seguiria não poderia ser mais contrastante. Sob a liderança de Bezhnev, Gorshkov recebeu a autorização para empreender a construção do seu mais ambicioso projecto até então, no contexto de uma frota de superfície. Tratou-se da construção do navio de guerra Kiev, com 36 000 toneladas, que desafiava a classificação convencional, decorrente de não se assemelhar como nenhum outro navio até então (SONDHAUS, 2004).

A reformulação da doutrina militar teve profundas implicações na URSS. As reduções impostas por Khrushchev, não só antagonizaram o aparelho militar, como criaram um elevado grau de indefinição, relativamente ao futuro do gigantesco CMI soviético, que envolvia, em vários graus, cerca de 80% da produção industrial do país (ZUBOK, 2007).

3.6. Motivos

Khrushchev entrou nas fileiras do Exército Vermelho em 1919 e, nesse contexto, serviu o seu país como soldado e funcionário do partido até ao fim da Guerra Civil Russa, em 1921 (KHRUSHCHEV, BENSON, 2000). O caminho que traçou para si próprio, conduziu-o ao ponto de poder exercer o seu poder para reconfigurar as Forças Armadas da URSS, de uma forma que o próprio jamais terá antecipado. Ainda assim, enquanto líder de uma grande potência, a escala do projecto que ambicionou tinha imperativamente na sua génese um conjunto de motivos subjacentes.

Com efeito, podem ser elencados vários motivos que contribuíram, cada um com um determinado grau de grandeza, na radical decisão do líder soviético em reduzir drasticamente o efectivo militar convencional. A crença ideológica nos valores do comunismo levou Khrushchev a promover a normalização do ambiente de tensão na comunidade internacional, ainda do período de Stalin. Paralelamente, Khrushchev almeja influenciar as políticas do Ocidente, com o intuito de capitalizar dividendos estratégicos para a URSS. Mormente, tencionava promover a melhoria das condições de vida do seu povo, mediante a construção de habitações e o desenvolvimento de novas indústrias e projectos de agricultura, o que envolvia custos elevados. No entanto, dois motivos se destacam como primordiais para as alterações profundas que Khrushchev visava implementar: motivos económicos e demográficos (EVANGELISTA, 1997).

A par com as preocupações económicas, existiam factores demográficos que contribuíram para as reduções de efectivos⁵³. O real problema subjacente, ainda que com implicações no domínio económico, prendia-se com a falta de mão-de-obra em vários sectores, tais como o sector agrícola, mineiro e a indústria associada à floresta. Tal afirmação pode ser sustentada pelo facto de as reduções iniciais de efectivos militares, ocorridas em meados de 1950, terem coincidido com um período de intenso crescimento económico. Com efeito, entre 1954 e 1956, a indústria soviética cresceu ao ritmo mais rápido registado na década de 1952 a 1962. O ritmo de crescimento de produção industrial passou de 7,5% em 1951-53, para 16% em 1954-56. Mormente, a produtividade, em 1954-55, duplicou relativamente aos três anos anteriores (EVANGELISTA, 1997).

Figura 1: Crescimento económico soviético entre 1951 e 1987

	Produto Nacional Bruto (%)	Rendimento interno produzido (%)
1951-1958	6.0	11.4
1958-1961	5.8	9.1
1961-1965	4.8	6.5
1966-1970	5.0	7.8
1971-1975	3.1	5.7
1976-1980	2.2	4.3
1981-1985	1.8	3.6
1986-1987	2.2	3.2

⁵³ Curiosamente, a questão demográfica continua a persistir. Segundo o relatório das Nações Unidas “*World Population Prospects: The 2012 Revision, Key Findings and Advance Tables*”, em 2013 a Federação Russa tinha 143 milhões de habitantes sendo que a previsão para 2050 se situa nos 121 milhões. Em 2100, o mesmo relatório perspectiva 102 milhões de habitantes. Paralelamente, o mesmo relatório aponta ainda o decréscimo da esperança de vida à nascença na Europa de Leste afirmando: “Among the more developed regions, Eastern Europe has the lowest life expectancy and has experienced reductions in life expectancy at birth since the late 1980s. In 2005-2010 life expectancy in the region increased somewhat but at 69.5 years it was almost the same as it had been in 1970-1975 (69.2 years). Despite having recorded some recovery since the late 1990s, Belarus, the Republic of Moldova, the Russian Federation and Ukraine have currently the lowest life expectancies among developed countries (below 70 years)”

Em EVANGELISTA, M. (1997). *"Why keep such an army?": Khrushchev's troop reductions*. [Washington, D.C.], Cold War International History Project, Woodrow Wilson International Center for Scholars. pp 19

Associado a estas taxas de crescimento, não foi alheio o fluxo de mão-de-obra originária das Forças Armadas. A necessidade mão-de-obra foi propagada nos media soviéticos, no período coincidente com o anúncio de uma redução de efectivos em Agosto de 1955, sendo aludido o facto de serem necessários os militares desmobilizados, na economia civil. Neste contexto, os sectores da agricultura, mineiro e da indústria da madeira eram anunciados como os mais deficitários. Não obstante, as reduções de efectivos militares neste período não foram ditadas necessariamente por motivos demográficos, uma vez que a força de trabalho decrescia consistentemente nestes domínios. Adicionalmente, a massa de prisioneiros libertados por Khrushchev, ainda do período stalinista, viera reforçar a mão-de-obra já existe (EVANGELISTA, 1997).

Em 1956, a decisão de desmobilizar 1 200 000 efectivos adicionais, ficou a dever-se aos objectivos traçados no sexto plano quinquenal, que previa um incremento da mão-de-obra nos sectores não estatais da economia soviética, nomeadamente as quintas colectivas. Ao contrário do quinto plano quinquenal, que registou um incremento de 4 500 000 de indivíduos para o sector já referido, no âmbito do sexto plano quinquenal, o crescimento da mão-de-obra foi somente de 1 100 000 indivíduos. A desmobilização supra mencionada, visava compensar este desequilíbrio. Em 1958, a redução efectuada de 300 000 efectivos, ficou relacionada com motivos económicos, decorrente da súbita queda de 1 000 000 de elementos na força de trabalho, a maior da década. De igual modo, a anunciada redução de 1960, encontra-se associada à falta de mão-de-obra em novas zonas industriais e agrícolas do Cazaquistão e em zonas mais a leste (EVANGELISTA, 1997).

Figura 2: Anúncio oficial da redução de efectivos militares

Data	Redução anunciada
Agosto 1955	640 000
Maio 1956	1 200 000
Janeiro 1958	300 000
Janeiro 1960	1 200 000

Em EVANGELISTA, M. (1997). *"Why keep such an army?": Khrushchev's troop reductions*. [Washington, D.C.], Cold War International History Project, Woodrow Wilson International Center for Scholars. pp 5

Os decisores soviéticos tinham noção do eventual decréscimo na força de mão-de-obra resultante das baixas taxas de natalidade durante a Segunda Guerra Mundial. Como forma de ultrapassar esta tendência, foi equacionado o recurso a soluções tecnológicas e à mecanização na agricultura. Ainda assim, a produtividade associada às novas medidas não permitiu atingir os objectivos traçados. Paralelamente, as novas regiões delineadas para a expansão da produção agrícola e industrial nos montes Urais, não conseguiam atrair mão-de-obra em número suficiente. Tal devia-se aos poucos incentivos materiais, bem como, às difíceis condições de vida locais. A desmobilização previa resolver estas lacunas, não só pelo fluxo de mão-de-obra, mas também decorrente da disciplina e *esprit de corps* inerente à condição militar. Factores que a liderança soviética contava que fossem suficientes para que os desmobilizados ultrapassassem a dura realidade encontrada nos montes Urais (EVANGELISTA, 1997).

As reduções almejadas por Khrushchev eram também analisadas pelo próprio, por motivos puramente económicos. Com efeito, eram esperadas poupanças na ordem dos 16 a 17 mil milhões de rublos anuais, com os cortes anunciados. Mormente, a retirada de efectivos militares em teatros operacionais fora da URSS, permitia uma poupança substancial, decorrente das vastas despesas associadas em manter um exército no exterior. Complementarmente, embora com menor contributo efectivo, a redução de efectivos

militares visava também potenciar a actuação de Khrushchev na política internacional (EVANGELISTA, 1997).

3.7. Reacções do aparelho militar

A complexidade associada ao processo transformativo imposto por Khrushchev nas Forças Armadas, não revelou ser um caminho sem tribulações. O líder soviético, na sua demanda por reduzir o efectivo militar, viu-se compelido a expurgar o espectro da guerra do tecido estatal, para atingir o desiderato que tinha projectado. Não obstante, as suas tentativas eram encaradas como quase traição (KHRUSHCHEV, BENSON, 2000)

Com efeito, a desmobilização massiva de militares originou por vezes situações gravosas de índole social e económica, uma vez que esses elementos desmobilizados encontravam nas grandes cidades e nos grandes centros industriais situações de penúria nos próprios habitantes locais. Como tal, acabavam amiúdamente sem local para trabalhar ou viver condignamente, o que originou dificuldades de adaptação à vida civil. A situação tomou proporções tais que o Comité Central exigiu às autoridades políticas e económicas locais, que providenciassem ocupação profissional para os elementos desmobilizados no expedito prazo de um mês e que, a referida ocupação não fosse inferior à que desempenhavam nas Forças Armadas (EVANGELISTA, 1997).

Neste contexto de crítica, em 26 de Outubro de 1957, Khrushchev demitiu o Marechal Zhukov⁵⁴ do cargo de ministro da defesa e, nomeou para o substituir o General Rodion Malinovsky na esperança de que este operacionalizasse a sua intenção em suportar a defesa da URSS em armamento nuclear (ANDY, 2011). Mormente, Malinovsky esteve presente em Estalinegrado onde desenvolveu contactos privilegiados com Khrushchev, esperando assim este último, uma ligação de lealdade. No entanto, o novo ministro da defesa apoiava os comandantes militares que alegavam a importância das forças convencionais no teatro de guerra nuclear, argumentado que os militares poderiam ser protegidos da radiação com recurso a uma blindagem reforçada em tanques, viaturas de

⁵⁴ As diferenças de opiniões entre o Marechal e Khrushchev intensificaram-se no contexto da discussão sobre o programa de porta-aviões, que o primeiro defendia. Mormente, Khrushchev começou a acreditar que Zhukov começava a angariar apoio das massas para si próprio. A intensificação do emergente conflito, agudizado pela sua encomenda a um dos mais reputados pintores de um retrato seu, montado num cavalo branco tendo por trás o Reichstag em chamas, levou a que fosse acusado de ter uma guarda pretoriana e afastado (FURSENKO, NAFTALI, 2006)

transporte, helicópteros ou, pela simples retirada das zonas afectadas. Adicionalmente, apresentou os tanques a Khrushchev como os únicos meios de realizar manobras em teatros operacionais no âmbito de uma guerra nuclear (ANDY, 2011).

Não podendo o aparelho militar manifestar publicamente a sua oposição a Khrushchev, o combate ideológico no campo teórico, surgiu como a forma mais inteligente de marcar posição. Neste contexto, entre 1960-62, um grupo de generais visou questionar a versão soviética da doutrina da retaliação massiva, na publicação classificada “Pensamento Militar”. Aqui, plasmaram a opinião de que a doutrina militar edificada por Khrushchev e Malinovsky, só contemplava a rendição ou o suicídio nuclear (EVANGELISTA, 1997). Não podendo ignorar a elite militar, Malinovsky ordenou a preparação de um documento classificado sobre a estratégia militar na era nuclear. Após a leitura e consequente aprovação, Khrushchev desclassificou o documento, que transmitia que a próxima guerra seria nuclear e, como tal, concedia uma importância primordial à fase inicial da mesma, estabelecendo também que a posse de armamento nuclear por parte da URSS era simplesmente para contrariar um eventual ataque americano, e nunca para iniciar uma guerra deste tipo, decorrente do facto de tal ser devastador e assim, ser evitado a todo o custo (EVANGELISTA, 1997)

Num equilíbrio difícil, Malinovsky apoiou os dois pólos antagónicos - a crença de Khrushchev nas armas nucleares como paradigma de defesa do país e a posição dos militares relativamente ao armamento convencional - no vigésimo segundo congresso do Partido Comunista. O seu argumento, validando o desenvolvimento de armas e mísseis nucleares, baseava-se no complemento desta última dimensão com as modernas forças convencionais como meio de proporcionar a vitória à URSS numa eventual guerra. No período que se seguiu à Crise de Cuba, Malinovsky reforçou novamente a necessidade da existência da componente convencional. Numa conferência reservada, em Fevereiro de 1963, afirmou que todas as forças convencionais deveriam ser preservadas e operacionalizadas, de modo a estarem em prontidão para guerras não-nucleares, que serviriam para, após a fase inicial do confronto nuclear, eliminar forças inimigas restantes e, para proceder e ocupar o território inimigo (ANDY, 2011). O rescaldo da Crise de Cuba e o consequente receio de Malinovsky perante as jogadas diplomáticas arriscadas de Khrushchev, levaram o general a colocar o seu brio profissional à frente das suas aspirações de carreira sob o auspício de Khrushchev, o que resultou na defesa, cada vez de forma mais veemente por parte do General, nas forças convencionais (ANDY, 2011).

CONCLUSÃO

O ponto de partida da presente dissertação, visava aferir a intervenção de Khrushchev no CMI soviético, no contexto da Guerra Fria. A dimensão deste fenómeno tornou este país, a par com os EUA, num dos mais relevantes actores da comunidade internacional. A intenção de converter o CMI soviético, baseado num paradigma de um exército massivo equipado com armamento convencional, para um modelo assente em armamento nuclear, gerou alterações em vários domínios da sociedade soviética. A dimensão do evento e a sua preponderância no panorama das Relações Internacionais, decorrente de ter sido o maior fornecedor de armamento a países do Terceiro Mundo e o líder da indústria militar em todo o bloco soviético, constituíram-se como factores motivadores para a realização deste trabalho.

No final da liderança de Stalin, o exército soviético contava com cerca de 5 milhões de efectivos. Khrushchev anunciou este aparato militar como excessivo e prejudicial aos interesses da URSS, promovendo a dissuasão nuclear como a panaceia correcta para lidar com a ameaça do Ocidente. Neste contexto, o líder soviético ambicionou um plano de redução de efectivos militares que apresentou duas características interessantes: um desfasamento cronológico entre o anúncio e a efectiva desmobilização dos efectivos e um número anunciado de desmobilização de efectivos que, na grande maioria, se verificou substancialmente inferior, ou nulo. Com efeito, as primeiras reduções significativas ocorreram em 1953, logo após a morte de Stalin, e não em 1955, por altura do anúncio de Khrushchev. No que concerne à divergência entre os números propagados para redução de efectivos e a sua real efectivação, sublinhe-se a anunciada redução de 1 200 000 efectivos, em 1960, que nunca se chegou a efectivar. Deste modo, apesar de em 1960, o número total de efectivos ser na ordem dos 3,5 milhões, a redução ambicionada não foi totalmente concretizada e, quando periodicamente aconteceu, não se concretizou nas datas anunciadas pelo líder soviético (EVANGELISTA, 1997).

Em linha com a redução de efectivos militares, Khrushchev visou igualmente transformar o aparato militar das Forças Armadas. Assim, em consonância com a sua visão relativa ao armamento nuclear, desactivou uma margem significativa da frota de superfície da marinha soviética e, só permitiu a construção de novos navios de superfície caso pudessem transportar mísseis. O resultado deste esforço radical traduziu-se na alocação de

recursos a unidades submersíveis, tendo daqui resultado a maior frota submarina da história, com 475 submarinos em 1958. Deste total, 258 foram autorizados para construção em 1953 (SONDHAUS, 2004).

A substancial alteração que Khrushchev imprimiu no CMI soviético levou a que um número significativo de civis passassem a ocupar cargos de carácter científico, relacionados com o domínio militar. Mormente, os civis passaram a desempenhar funções anteriormente reservadas a militares, nomeadamente na logística e construção. A nível organizacional, releve-se a criação - decorrente do desenvolvimento do programa nuclear - da Força de Mísseis Estratégicos, em 1959, como um ramo independente das Forças Armadas, ao mesmo nível que os restantes (EVANGELISTA, 1997).

Na senda da corrida à superioridade militar sobre o antagonista americano e, tendo em conta a assumpção de Khrushchev relativamente às vantagens alcançadas com a militarização do espaço, a URSS procedeu ao desenvolvimento de um ambicioso programa espacial. A interligação deste programa, com o desenvolvimento da tecnologia dos mísseis, levou a que em 1957 fosse captado na terra o sinal do primeiro satélite artificial. Este facto levou a que a URSS dispusesse de um activo importante para uso como instrumento de propaganda e, consequentemente, para potenciar o prestígio da URSS na comunidade internacional. A excelência tecnológica revelada neste campo pelos soviéticos, levou a que todos os grandes feitos no domínio espacial, no quadro do período temporal em análise, tivessem sido sempre operacionalizados primeiro pela URSS, embora posteriormente - com uma distância temporal aproximadamente de 3 ou 4 meses - os americanos ripostassem, igualando os feitos tecnológicos. Para além da vertente propagandista relacionada com o domínio espacial, importa referir que o vector de lançamento utilizado para o satélite artificial, podia atingir os EUA em cerca de 30 minutos o que veio alterar substancialmente a balança global de poder, a favor da URSS (SHELTON, 1971).

A magnitude da mutação do CMI teve necessariamente de ser suportada por razões relevantes. Com efeito, vários motivos concorreram para que o líder soviético tivesse realizado tal viragem. Khrushchev tinha noção da necessidade da promoção de uma melhoria dos níveis de vida dos seus concidadãos, nomeadamente no que concernia à criação de novas habitações, indústrias e projectos alargados de agricultura. Os recursos financeiros necessários para estes projectos teriam de ser retirados do extenso aparato militar. Neste contexto, eram esperadas poupanças na ordem dos 16 a 17 milhões de rublos anuais, decorrente das reduções de efectivos no interior da própria URSS, mas também devido à retirada de efectivos no estrangeiro, cuja presença implicava custos acrescidos.

Adicionalmente, no âmbito do princípio da co-existência pacífica, Khrushchev visava potenciar a sua actuação ao nível da política externa mediante a redução das Forças Armadas soviéticas, indo de encontro às suas ambições. Por fim, saliente-se a problemática da demografia e a sua interligação com a dinâmica em estudo. A Segunda Guerra Mundial teve profundas implicações nos níveis de natalidade, face aos extraordinários níveis de mobilização de efectivos para o esforço de guerra. As potenciais implicações eram conhecidas pela liderança soviética que, como forma de combater o fenómeno, visou introduzir novas tecnologias e procedeu à mecanização da agricultura. Não obstante, este conjunto de medidas não surtiu efeito, sendo que a falta de mão-de-obra fez-se sentir ainda de modo mais premente em novas zonas industriais e agrícolas (EVANGELISTA, 1997).

Em suma, as profundas alterações operadas por Khrushchev, inseridas no contexto da Guerra Fria, provocaram mudanças quantitativas e qualitativas no CMI soviético e, consequentemente, nas suas várias facetas. Sublinhe-se que cerca de 80% da produção industrial da URSS estava alocada a este fenómeno (ZUBOK, 2007). A mudança de paradigma constituiu-se como um catalisador para um dos períodos mais intensos no domínio das Relações Internacionais, cuja acção ainda hoje se faz sentir. Khrushchev foi essencialmente movido pelo pragmatismo e por uma visão baseada na realidade dos eventos que se sucediam. O ritmo das alterações induzidas pelo líder soviético, só veio a abrandar perante a Crise de Cuba e o respectivo bloqueio naval, sendo que após a transição para o período de Brezhnev a tendência para o armamento convencional ressurgiu em paralelo com a vertente nuclear e o consagrado programa espacial.

BIBLIOGRAFIA

CAPITULO I

ANDY, C. JOSHUA (2006). *A Comparative Study of Military Spending and Policy in the Soviet Union Under Nikita S. Khrushchev and in the United States Under Dwight D. Eisenhower, 1953-1961*. Virginia Military Institute.

BARON, S. H. (2001). *Bloody Saturday in the Soviet Union: Novocherkassk, 1962*. Stanford, Calif, Stanford University Press.

BERNSTEIN, B. J. (1980). The Cuban Missile Crisis: Trading the Jupiters in Turkey? *Political Science Quarterly*. 95, 97-125.

BLUTH, C. (1992). *Soviet strategic arms policy before SALT*. Cambridge [England], Cambridge University Press.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=53560>.

BROWN, C., & MOONEY, P. F. (1981). *COLD WAR TO DETENTE 1945-83*. Heinemann Educational.

BRUCE J. ALLYN, JAMES G. BLIGHT AND DAVID A. WELCH. "A Essence of Revision: Moscow, Havana and the Cuban Missile Crisis." *International Security* Vol. 14, No. 3 (Winter, 1989-1990), pp. 136-172

BYRNE, M., & MASTNY, V. (2005). *A Cardboard castle?: an inside history of the Warsaw Pact : 1955-1991*. Budapest, Central European University Press.

CALVO-GOLLER, N. K., & CALVO, M. A. (1987). *The SALT agreements: content, application, verification*. Dordrecht, Martinus Nijhoff.

CENTER FOR SCIENCE AND INTERNATIONAL AFFAIRS, John F. Kennedy School of Government, Harvard University.

DUIGNAN, P. (2000). *NATO: its past, present, and future*. Stanford, Calif, Hoover Institution Press.

GADDIS, J. L. (2005). *The Cold War: a new history*. New York, Penguin Press.

GANNON, J. (2001). Stealing secrets, telling lies how spies and codebreakers helped shape the twentieth century. Washington, D.C., Brassey's.
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=388673>.

GETTY, J. A. (2002). "Excesses are not permitted": Mass Terror and Stalinist Governance in the Late 1930s. *The Russian Review*. 61, 113-138.

GREENE, B. P. (2007). *Eisenhower, science advice, and the nuclear test-ban debate, 1945-1963*. Stanford, Calif, Stanford University Press.

ILIC, M., & SMITH, J. (2011). *Khrushchev in the Kremlin policy and government in the Soviet Union, 1953-1964*. Milton Park, Abingdon, Oxon, Routledge. <http://site.ebrary.com/id/10452585>.

JAMES A. NATHAN (1975). *The Missile Crisis: His Finest Hour Now*. *World Politics*, 27, pp 256-281. doi:10.2307/2009883.

KHRUSHCHEV, S., & BENSON, S. (2000). *Nikita Khrushchev and the creation of a superpower*. University Park, Pa, Pennsylvania State University Press.

KOMISSAROV, S. (2002). *Russia's ekranoplans: the Caspian Sea monster and other WIG craft*. Hinckley, Midland.

LENIN, V. I. (1939). *Imperialism, the highest stage of capitalism: a popular outline*. New York, International Publishers.

LAIRD, R. F., & HOFFMANN, E. P. (1986). *Soviet foreign policy in a changing world*. New York, Aldine Pub. Co.

LOSI, P. C. (1995). *The wingship's potential for strategic lift*. For McNair, Washington, D.C., Industrial College of the Armed Forces, National Defense University.

MARANTZ, P. (1975). *Prelude to Detente: Doctrinal Change under Khrushchev*. *International Studies Quarterly*. 19, 501-528.

SEABORG, G. T., & LOEB, B. S. (1981). *Kennedy, Khrushchev, and the test ban*. Berkeley, University of California Press.

SCHMIDL, E. A., RITTER, L., & DENNIS, P. (2006). *The Hungarian Revolution, 1956*. Oxford, Osprey.

SIENKIEWICZ, S. (1978). *SALT and Soviet Nuclear Doctrine*. *International Security*. 2, 84-100.

STARES, P. B. (1985). *The militarization of space: U.S. policy, 1945-1984*. Ithaca, N.Y., Cornell University Press.

TAUBMAN, W., KHRUSHCHEV, S., & GLEASON, A. (2000). *Nikita Khrushchev*. New Haven, Conn, Yale University Press.
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=187888>.

TRACHTENBERG, M. (1985). *The Influence of Nuclear Weapons in the Cuban Missile Crisis*. *International Security*. 10, 137-163.

WALSH, J., & SAVELIEV, A. (2004). *Russian and American nonproliferation policy: success, failure, and the role of cooperation*. Cambridge, Mass, Project on Managing the Atom, Belfer

CAPITULO II

ALLISON, R. (1988). *The Soviet Union and the strategy of non-alignment in the Third World*. Cambridge, Cambridge University Press.

ANDY, C. JOSHUA (2006). *A Comparative Study of Military Spending and Policy in the Soviet Union Under Nikita S. Khrushchev and in the United States Under Dwight D. Eisenhower, 1953-1961*. Virginia Military Institute.

ANDERSON, P. (1995). 'Summer madness' the crisis in Syria, August-October 1957. *British Journal of Middle Eastern Studies*. 22, 21-42.

BROWN, C., & MOONEY, P. F. (1981). *COLD WAR TO DETENTE 1945-83*. Heinemann Educational.

BYSTROVA, IRINA (2011). *Russian Military-Industrial Complex*. Aleksanteri Inst. Kikimora Publications. Helsinki.

CRUMP, T. (2014). *Brezhnev and the decline of the Soviet Union*.

GARTHOFF, R. L. (1985). *Détente and confrontation: American-Soviet relations from Nixon to Reagan*. Washington, D.C., Brookings Institution.

IMAM, Z. (1983). *Soviet treaties with Third World countries*. *Soviet Studies*. -, 351, 53-70.

JACKSON, J. H. (1948). Finland Since the Armistice. *International Affairs* (Royal Institute of International Affairs 1944-). 24, 505.

KHRUSHCHEV, N. S. (2000). *Nikita Khrushchev: creation of a superpower*. University Park, Pa, Pennsylvania State University Press.

KREUTZ, A. (2007). *Russia in the Middle East friend or foe?* Westport, Conn, Praeger Security International.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=226432>.

LIDER, J. (1980). *The correlation of world forces: the Soviet concept*. *Journal of Peace Research*. -, 172, 151-171.

MARANTZ, P. (1975). Prelude to Detente: Doctrinal Change under Khrushchev. *International Studies Quarterly*. 19, 501-528.

MORRIS, B. S. (1953). The Cominform: A Five-Year Perspective. *World Politics*. 5, 368-376.

NATHAN, J. A. (1975). The Missile Crisis: His Finest Hour Now. *World Politics*. 27, 256-281.

NATUFE, O. I. (2011). *Soviet policy in Africa: from Lenin to Brezhnev*. Bloomington, IN, Iuniverse In

NELSON, C. (1978). *The role of sea power in the Soviet Union's Strategy for World Domination*. *Scientia Militaria - South African Journal of Military Studies*. 8.

PORTER, B. D. (1984). *The USSR in Third World conflicts: Soviet arms and diplomacy in local wars, 1945-1980*. Cambridge [Cambridgeshire], Cambridge University Press.

SCHECTER, J. L. (1963). Khrushchev's Image inside China. *The China Quarterly*. 14.

SHAPIRO, J. P. (1975). Soviet Policy Towards North Korea and Korean Unification. *Pacific Affairs*. 48, 335-352.

SHULTZ, R. H., & GODSON, R. (1984). *Dezinformatsia: active measures in Soviet strategy*. Washington, Pergamon-Brassey's.

SONDHAUS, L. (2004). *Navies in modern world history*. London, Reaktion.

SZALONTAI, B. (2005). Kim Il Sung in the Khrushchev era: Soviet-DPRK relations and the roots of North Korean despotism, 1953-1964. Washington, D.C., Woodrow Wilson Center Press.

TRISKA, J. F., & SLUSSER, R. M. (1958). Treaties and Other Sources of Order in International Relations: The Soviet View. *The American Journal of International Law*. 52, 699-726.

YERGIN, D. (1991). *The prize: the epic quest for oil, money, and power*. New York, Simon & Schuster.

CAPITULO III

ANDY, J. C. (2011). *Politics and the Soviet Army civil-military relations in Soviet Union the Khrushchev Era, 1953-1964*. University of Birmingham. <http://etheses.bham.ac.uk/2929/>.

BARBER, J., & HARRISON, M. (2000). *The soviet defence-industry complex from Stalin to Khrushchev*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, Macmillan Press.

BLUTH, C. (1992). *Soviet strategic arms policy before SALT*. Cambridge [England], Cambridge University Press.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=53560>.

BOVA, R. (1988). *The Soviet Military and Economic Reform*. Soviet Studies. 40, 385-405.

BRZEZINSKI, M. (2007). *Red moon rising: Sputnik and the hidden rivalries that ignited the Space Age*. New York, Times Books.

BYSTROVA, IRINA (2011). *Russian Military-Industrial Complex*. Aleksanteri Inst. Kikimora Publications. Helsinki.

CHERTOK, B. E. (2005). *Rockets and people*. Washington, D.C., National Aeronautics and Space Administration, NASA History Office, Office of External Affairs. <http://purl.fdlp.gov/GPO/gpo18457>.

CLARKE, S. (2007). *The Development of Capitalism in Russia*. London & New York: Routledge.

CUSACK, T. R., & WARD, M. D. (1980). *Military spending in the United States, Soviet Union, and People's Republic of China*. Berlin, IIVG.

(parece que este ´e o tal pp 18) FIGURA 2!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!

CUTLER, R. M., DESPRÉS, L., & KARP, A. (1987). The political economy of East-South military transfers. *International Studies Quarterly*. -. 313, 273-299.

DEVEREUX, D. (2009). The Sino-Indian War of 1962 in Anglo-American Relations. *Journal of Contemporary History*. 44, 71-87.

EDUCATIONAL FOUNDATION FOR NUCLEAR SCIENCE (CHICAGO, ILL.),
ATOMIC SCIENTISTS OF CHICAGO, & BULLETIN OF THE ATOMIC
SCIENTISTS (ORGANIZATION). (1967). *Bulletin of the atomic scientists*. Chicago,
Atomic Scientists of Chicago.

EVANGELISTA, M. (1997). *"Why keep such an army?": Khrushchev's troop reductions*. [Washington, D.C.], Cold War International History Project, Woodrow Wilson International Center for Scholars.

FURSENKO, A. A., & NAFTALI, T. J. (2006). *Khrushchev's cold war: the inside story of an American adversary*. New York, Norton.

GADDIS, J. L. (1999). *Cold War statesmen confront the bomb: nuclear diplomacy since 1945*. Oxford, Oxford University Press.

GARTHOFF, R. L. (1990). Estimating Soviet Military Force Levels: Some Light from the Past. *International Security*. 14, 93-116.

HEALEY, D. (1958). The Sputnik and Western Defence. *International Affairs*. 34, 145-163.

HUTCHINGS, R. (1971). Soviet Defence Spending and Soviet External Relations. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*. 47, 518.

JOHNSON, A. R. (1981). *The Warsaw Pact: Soviet military policy in Eastern Europe*. Santa Monica, Calif, Rand Corp.

MADDOCK, R. T. (1987). *The Soviet defence burden and arms control*. Journal of Peace Research. -. 244, 381-391.

KHRUSHCHEV, S., & BENSON, S. (2000). *Nikita Khrushchev and the creation of a superpower*. University Park, Pa, Pennsylvania State University Press.

LAVIGNE, M. (1979) *Les Economies Socialistes Soviétiques et Européennes*. Paris : Armand Colin.

LEITENBERG, M. (1979). The Counterpart of Defense Industry Conversion in the United States: The USSR Economy, Defense Industry, and Military Expenditure. An Introduction and Guide to Sources. *Journal of Peace Research*. 16, 263-277.

LUKE, T. W. (1985). Technology and Soviet foreign trade: on the political economy of an underdeveloped superpower. *International Studies Quarterly*. -. 293, 327-353.

OFER, G. (1988). *Soviet economic growth, 1928-1985*. Los Angeles, Calif, RAND/UCLA Center for the Study of Soviet International Behavior.

POPOV, V. (2010). *Life cycle of the centrally planned economy: why soviet growth rates peaked in the 1950's*. CEFIR / NES Working Paper series. Working Paper No 152.

SCHWARTZ, M. (1987). *The Russian-American Bomb: The Role of Espionage in the Soviet Atomic Bomb Project*. Massachusetts, Journal of Ungraduated Sciences. Harvard University Sciences Center

SIDDIQI, A. A. (2000). *Challenge to Apollo the Soviet Union and the space race, 1945-1974*. Washington, D.C., National Aeronautics and Space Administration, NASA History Div., Office of Policy and Plans.

SHELTON, W. (1971). *The United States and the Soviet Union: fourteen years in Space*, Russian Review, vol. 30, 4.

STONE, D. R. (2006). *A military history of Russia from Ivan the Terrible to the war in Chechnya*. Westport, Conn, Praeger Security International.
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=226214>.

SONDHAUS, L. (2004). *Navies in modern world history*. London, Reaktion.

TAUBMAN, W., KHRUSHCHEV, S., & GLEASON, A. (2000). *Nikita Khrushchev*. New Haven, Conn, Yale University Press.
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=187888>.

TUCKER, S., & ROBERTS, P. M. (2006). *World War I a student encyclopedia*. Santa Barbara, Calif, ABC-CLIO.
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=143015>.

UNITED NATIONS. (2013). *World population prospects: the 2012 revision*. [New York], United Nations.

ZUBOK, V. M. (2007). *A failed empire: the Soviet Union in the Cold War from Stalin to Gorbachev*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.

INTERNATIONAL COMMISSION FOR THE STUDY OF COMMUNICATION PROBLEMS. (1980). Notes for the press on the report of the International Commission for the Study of Communication Problems. [S.l.], The Commission.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Crescimento económico soviético entre 1951 e 1987

Produto Nacional Bruto (%)		Rendimento interno produzido (%)
1951-1958	6.0	11.4
1958-1961	5.8	9.1
1961-1965	4.8	6.5
1966-1970	5.0	7.8
1971-1975	3.1	5.7
1976-1980	2.2	4.3
1981-1985	1.8	3.6
1986-1987	2.2	3.2

Em EVANGELISTA, M. (1997). *"Why keep such an army?": Khrushchev's troop reductions*. [Washington, D.C.], Cold War International History Project, Woodrow Wilson International Center for Scholars. pp 19

Figura 2: Anúncio oficial da redução de efectivos militares

Data	Redução anunciada
Agosto 1955	640 000
Maio 1956	1 200 000
Janeiro 1958	300 000
Janeiro 1960	1 200 000

In EVANGELISTA, M. (1997). *"Why keep such an army?": Khrushchev's troop reductions*. [Washington, D.C.], Cold War International History Project, Woodrow Wilson International Center for Scholars. pp 5